

Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Dissertação

É só fachada. Metamorfose na rua Augusta, Lisboa.

Cíntia Marina Gomes Messias

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno

Évora 2024





Universidade de Évora - Escola de Artes

Mestrado Integrado em Arquitetura

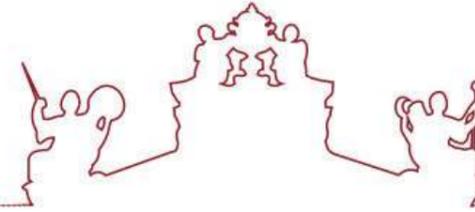
Dissertação

É só fachada. Metamorfose na rua Augusta, Lisboa.

Cíntia Marina Gomes Messias

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno

Évora 2024



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Artes:

Presidente | Maria Teresa Alves (Universidade de Évora)

Vogais | José Manuel dos Santos Afonso (Universidade de Lisboa - Faculdade de
Arquitetura) (Arguente)
Maria do Céu Tereno (Universidade de Évora) (Orientador)



Universidade de Évora- Escola de Artes | Mestrado Integrado em Arquitectura | Dissertação

Cíntia Marina Gomes Messias

Orientador(es) | Maria do Céu Tereno



É SÓ FACHADA
METAMORFOSE NA RUA AUGUSTA, LISBOA



“Não me importo de passar por conservador, se isso significar que não tenho nenhuma ânsia por ser moderno. Acredito que cada projeto tem uma vocação, nasce de uma necessidade interna que vai para além da vontade do arquiteto e do desenho.”

Vieira, Álvaro Siza. (2009) entrevistado por Dominique Machabert e Laurent Beaudouin, Álvaro Siza, uma questão de medida. Entrevistas com Dominique Machabert e Laurent Beaudouin. Lisboa: Caleidoscópio.

É SÓ FACHADA.

METAMORFOSE NA RUA AUGUSTA, LISBOA

RESUMO

Os centros históricos são suscetíveis a adaptações e alterações, motivadas pelos padrões de vivência que as populações e o seu tempo lhe exigem. Nos últimos tempos assiste-se a uma tendência Fachadista, surgindo como resposta fácil à adaptação do património aos valores do nosso tempo. Ao arquiteto cabe encontrar o equilíbrio entre os valores patrimoniais a preservar e os novos valores que são exigíveis ao património arquitetónico.

Esta problemática será tratada recorrendo ao caso da Rua Augusta (Lisboa), refletindo sobre os deveres éticos e deontológicos, analisando e compreendendo a tentativa de salvaguardar a autenticidade desta geografia, que é identitária para uma comunidade.

A Rua Augusta permitirá uma perceção da problemática associada a tendências fachadistas recorrentes, e também dos seus efeitos.

Esta investigação propõe estabelecer um conjunto de boas práticas, que assemem em propostas harmoniosas apontando à valorização e revitalização deste espaço.

A Rua Augusta não basta parecer autêntica, também deve sê-lo.

PALAVRAS CHAVE

Património | Fachadismo | Rua Augusta | Identidade | Autenticidade

IT'S ONLY FAÇADE.

METAMORPHOSIS IN RUA AUGUSTA, LISBOA

ABSTRACT

Historic centres are prone to adaptations and changes, motivated by living patterns that population and their time demands. Lately we have seen a Façadistic tendency, emerging as an easy answer to the adaptation of architectural heritage to our times. It is up to the architect to balance the heritage values to preserve and the new values that are demanded from architectural heritage.

This problem will be treated using the case of Rua Augusta (Lisbon), reflecting on ethical and deontological duties, analysing and understanding the attempt to preserve the authenticity of this geography, identity for a community.

Rua Augusta will enable a perception of the problems associated with recurring façadistic tendencies, and their effects.

This dissertation aims to establish a set of good practices, grounded in harmonious proposals, seeking the valorization and revival of this space.

It is not enough for Rua Augusta to seem authentic, it must be it too.

10

KEY WORDS

Heritage | Façadism | Rua Augusta | Identity | Authenticity

Para efeitos de notas, citações e referências bibliográficas, este trabalho utiliza as normas da Publication manual of the American Psychological Association: The official guide to APA style, 7th Edition

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as minhas pessoas-guias que foram a minha maior âncora e nunca permitiram que eu perde-se o rumo, infelizmente não conseguirei mencionar o nome de todas essas pessoas, mas elas sabem quem são.

À Professora Doutora Maria do Céu Tereno, que sempre acompanhou o meu percurso e o meu crescimento desde que entrei como aluna no curso de Arquitetura na Universidade de Évora, como professora e posteriormente como orientadora. Agradeço toda a disponibilidade e dedicação que sempre me demonstrou, e certamente ficará para além de Professora na minha vida, simplesmente pelo Ser que é.

Aqueles que me são tudo, queridos Pais, Maria e José, que tiveram sempre o papel base no meu percurso para fosse possível estar hoje a concluir o meu mestrado. Foram eles que me ensinaram o amor, a acreditar que são os sonhos que nos encaminham e que na luta a humildade é sempre o último grau da sabedoria.

Á minha querida irmã, Isa, amiga incondicional que sempre esteve ao meu lado, que acredita em mim mesmo antes de eu própria acreditar. Foi ela que me ensinou o sentido da palavra cumplicidade. Á minha pequena Inês, que me ensinou a abrandar o ritmo e a apreciar a maior beleza da vida que é vê-la crescer todos os dias. Ao Luís, que sempre acompanhou o meu crescimento.

Ao António João, à Isabel e à Helena, por serem a fonte eterna de carinho.

Á Cláudia, minha pessoa-guia, amiga eterna, gratidão à vida por te ter.

Por último, e não menos importante, agradeço a quem me ensinou o sentido da palavra amor eterno, ao meu David, o meu abrigo. Meu tudo, para sempre.

Ao meu avô Sôta, meu guia, a quem dedico esta Dissertação.

Por estares sempre ao meu lado.

INDÍCE

INTRODUÇÃO 21

Objeto de estudo 21

Pertinência 21

Organização 22

Metodologia 24

Estado da Arte 24

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO 28

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL 29

Conceitos urbanos 29

Morfologia 29

Rua 30

Praça 30

Edifícios 30

Fachada 31

CONCEITOS PATRIMONIAIS 33

Património Cultural 33

Identidade Cultural e Autenticidade 35

ACÇÕES 38

Conservação 38

Restauro 39

Fachadismo	42
CONCEITOS RELACIONADOS	44
FACHADA- EDIFICIO	44
Fachada como expressão	44
Renascimento Italiano	44
Barroco Francês	47
Pitoresco Inglês	47
Modernismo	47
Da segunda metade no séc.XX à actualidade	48
AUTENTICIDADE E APARÊNCIA	50
Tratadística	50
Gentrificação	51
Turismo	53
Conclusão	55
FACHADISMO E RESTAURO	56
Uma relação Anacrónica	56
Fachadismo e Restauro Estilístico	58
Fachadismo e Restauro Histórico	59
Conclusão	61
ENQUADRAMENTO ILUSTRADO	63

Casa dos Bicos	63
Pré-existência	63
Projecto	64
Reação ao projecto	66
Pertinência	67
Cineteatro Éden	68
Pré-existência	68
Projecto	71
Reação ao projecto	71
Salão Central Eborense	73
Pré-existência	73
Projecto	74
Reação ao projecto	76
Pertinência	77
CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	80
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA RUA AUGUSTA NO CONCEITO DA BAIXA POMBALINA	81
No século XVIII	81
O Plano	85
No século XIX	91
No século XX	94
No século XXI	99

CAPÍTULO III - RUA AUGUSTA	104
A RUA DA AUGUSTA FIGURA DO REI	105
CIDADE ANTIGA, CIDADE NOVA	106
VIVÊNCIA DA RUA AUGUSTA	107
CENÁRIOS FÍSICOS DA PAISAGEM URBANA	107
ANÁLISE POR QUARTEIRÃO	112
Q0	112
Q1	118
Q2	124
Q5	130
Q6	136
Q7	142
Q8	148
Q9	154
Q10	160
Q11	166
Q12	172
Q13	178
Q14	184
Q15	190
Q16	196
CAPÍTULO IV - SÍNTESE CRÍTICA	202
PARADIGMAS	203
Fachadismo e Política	203

Fachadismo e Pensamento Arquitectónico	205
Proposta de conceito Fachadismo	206
Gestão Urbanística na Rua Augusta	207
SÍNTESE DA INVESTIGAÇÃO	212
Enquadramento	212
Enquadramento Histórico	213
Rua Augusta	214
BOAS PRÁCTICAS	217
O Arquitecto e a Parcimónia	218
O Arquitecto e a História	218
O Arquitecto e a Metodologia	219
O Arquitecto Urbanísta e os Usos	219
O Arquitecto Urbanísta e o Plano	220
BIBLIOGRAFIA	223
Documentos de Arquivo	227
Arquivo do Banco de Portugal	227
Arquivo Municipal de Lisboa	227
Arquivo Fotográfico	227
Arquivo Histórico	227

INTRODUÇÃO

OBJETO DE ESTUDO

O projeto de dissertação aqui proposto explora a questão deontológica na prática do Fachadismo como técnica de restauro. Usando como matéria de reflexão o caso de estudo e exemplo proeminente da prática do Fachadismo em Portugal, a Rua Augusta em Lisboa.

A rua Augusta, uma das ruas mais célebres de Lisboa, faz ligação entre duas praças principais, o Terreiro do Paço e o Rossio, sendo o eixo central da malha urbana da Baixa Lisboeta.

As variadas edificações que pertencem à rua Augusta, atualmente são confrontadas por duas realidades opostas, o moderno e minimalista interior e a memória afetiva no seu exterior, na fachada. É composta por diferenças temporais na circunstância de evolução e modificação, que são necessárias, nesta dissertação, serem comparadas para a compreensão do seu estado e do papel das entidades envolvidas na sua voz ativa e passiva, no decorrer de longas décadas neste processo, permitindo o relacionamento base com o seu contexto histórico.

A pertinência deste caso de estudo aponta para os problemas lesivos ao património da Baixa Lisboeta e na necessidade de globalização económica, cultural, social e política, na gentrificação da alteração da identidade do lugar, *genius loci*, com a consequência da sistemática da hegemonia da fachada que é reforçada por uma intenção “plástica” de perseveração de uma identidade que não é preservada.

PERTINÊNCIA

Cada vez mais, torna-se um pensamento existente no questionamento sobre o futuro do Património da Baixa Lisboeta, mais particularmente da Rua Augusta.

A pertinência desta dissertação, assenta na necessidade de sensibilização e compreensão no momento da intervenção no património edificado da Rua Augusta, como expressão da identidade cultural de uma comunidade.

O espírito do lugar que nela habita durante séculos, está em constante alteração atualmente numa velocidade rápida, ocorrendo o desinteresse na manutenção dos edifícios por parte de autoridades municipais, herdeiros ou outras entidades envolvidas.

A decadência de edifícios para uso habitacional está num estado avançado, na preferência de acolher potenciais investimentos para o sector terciário, resolvendo o seu restauro com as liberdades e “criatividades” que os caricaturam de modo a retirar-lhe o “miolo” e preservando a sua fachada. Estas atitudes são cada vez mais abrangentes e drásticas para o património, resultando num cenário frágil sustentado pela economia do turismo, pelo prático e pelo “bonito”, substituindo a sua essência pela sua aparência.

O objetivo final desta dissertação é compreender de que modo pode estar associado o Fachadismo, o seu comportamento perante uma relação de dualidade com o restauro nas diferentes edificações desta rua, sugerindo as boas práticas numa relação crítica-comparativa. Realçando uma questão de grande atualidade: Porque não se prosseguiu com a classificação da Baixa e Chiado como Património da Unesco?

22

ORGANIZAÇÃO

A dissertação estará organizada em três secções.

A primeira, a Compreensão, destaca-se em três pontos: Conceitos diversos, conceitos relacionados e conceitos ilustrados. Os conceitos diversos visam o entendimento sob a definição dos conceitos que destaco nesta dissertação desde aos

conceitos dentro do campo do património, das ações e dos conceitos urbanos. Os conceitos relacionados visam a um entendimento de associação entre conceitos de modo a realçar que um não pode ser entendido sem o outro, dando desenlace até que ponto o Fachadismo poderá ser associado ao Restauro, a relação aos conceitos de edifício e fachada e por fim confrontando a aparência e a essência. Os conceitos ilustrados enquadram-se entre a memória e a amnésia de obras que foram afetadas tanto positivamente como negativamente com esta prática em Portugal, destacando por ordem cronológica Casa dos Bicos, Cineteatro Éden e finalizando assim na cidade de Évora, no Salão Central Eborense.

A segunda secção contém um enquadramento histórico que se subdivide em dois pontos notáveis para contextualizar esta dissertação: Lisboa depois do terramoto de 1755 e Lisboa depois da reconstrução, onde é feita uma investigação pela história da Baixa Lisboeta e por Lisboa depois do terramoto de 1755 na sua reconstrução, no seu planeamento, na descrição dos planos e nas técnicas construtivas. Esta secção inclui também a reflexão e estudo da causa de não ser classificada a Baixa e Chiado como Património da Unesco.

A terceira secção do trabalho, destaca mais detalhadamente a Rua Augusta, referindo as suas divergências, os problemas de turistificação, urbanísticos, culturais e políticos que esta enfrenta nos dias atuais, criando uma comparação temporal com o estudo de peças do Cartulário Pombalino no arquivo municipal de Lisboa, de modo a entender até que ponto esta rua foi afetada pelo Fachadismo até aos dias atuais.

A quarta e última secção desta dissertação assenta toda a sua pertinência na realidade que vivemos. Concluindo assim numa crítica-comparativa de considerações finais num entendimento da prática em causa, onde serão estabelecidas reflexões com base nas quais será possível estabelecer as Boas Práticas.

METODOLOGIA

Esta investigação terá como objetivo a consulta de documentos existentes nas Bibliotecas e os Arquivos do Sipa no Forte de Sacavém, o Arquivo de Conservação e Restauro da DGPC e o Arquivo Municipal de Lisboa, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo da divisão de Urbanismo de Lisboa, o Museu Lisboa, o Cartulário Pombalino da camara municipal de Lisboa e a Biblioteca Nacional, serão as fontes de informação para este caso de estudo.

Os registos *in situ* serão também essenciais para a compreensão da execução dos projetos.

ESTADO DA ARTE

O estado da arte desta dissertação pode dividir-se pelos vários temas que são abordados. Em primeiro lugar surge o estado da arte de enquadramento conceptual, onde são abordados os temas de Fachadismo como técnica de restauro, incluído na história da conservação/restauro do património arquitetónico. Por outro lado, o estado da arte também se foca na geografia específica desta dissertação e nos seus objetivos.

O livro *A History of Architectural Conservation* de Jukka Jokiletho, será imprescindível nesta dissertação e neste tema, incluindo todos os intervenientes, todas as teorias da história da conservação e do restauro, vista pessoalmente como uma “bíblia” sendo essencial para a panorâmica geral sobre a histórica e restauro.

Os artigos são uma base de grande importância nesta dissertação tais como, o artigo da WallStreet Internacional, no campo da Arquitectura e Design com o tema *Fachadismo em Arquitectura, o artigo É A forma, o conteúdo e uma fantasia do passado* escrito por Daniel Vale. No artigo com o tema *Do restauro à recriação* de Juliana Cardoso Nery e Rodrigo Espinha Baeta, retratando a valorização das demandas da preservação. Os artigos do Diário de Notícias *Proponente da classi-*

ficção do Foco alerta para “risco” de “obras de Fachadismo. O artigo do Público Fachadismo: a morte da (autenti)cidade de Lisboa de Nuno Almeida, “Na tentativa de salvar a sua autenticidade, a cidade que estagna a sua própria evolução está a condenar-se ao seu esvaziamento cultural.”

Em relação aos objetivos da dissertação proposta, encontram-se algumas investigações já realizadas, nomeadamente a dissertação de Ricardo Mendes de Freitas que estuda a reflexão sobre processos de reabilitação em edificação de valor patrimonial, elaborando uma investigação na intervenção no património, no restauro, na identidade, no tempo e na memória, transmitindo no seu trabalho que a arquitetura tem de ser um ato consciente e de ética mais do que antes de ser arte ou técnica. Utilizando essas ferramentas essenciais para descrever a autenticidade do Fachadismo.

Filipa Ferreira Lindo dissertou sobre 3 casos de novas obras em Lisboa e a sua relação com a identidade da cidade antiga. Mariana Fernandes Gil que elaborou a sua dissertação sobre a intervenção do atelier de Souto de Moura sobre o Convento das Bernardas, confrontando-a com a tratadística relativa ao restauro, refletindo ainda, em conclusão, sobre o impacto local da obra. Sérgio Godinho na sua dissertação reflete sobre as identidades da cidade de Lisboa. Rita Soares Baptista de Andrade, escreve “Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade”, na sua dissertação de Mestrado em Antropologia no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa em 2017. Júlio de Castilho na 2ª Edição, Volume X, em 1937, na página 85 visa o entendimento do ponto urbano no contexto histórico do Rossio antes do terramoto de 1755. José Augusto França em 1987, adiciona a dissertação sob a relação de Lisboa Pombalina e o Iluminismo. José Armando Saraiva no programa televisivo na RTP “A alma e a gente- Manuel da Maia, o Terramoto e Torre” em 2004, é bastante útil para entender o todo desde ao terramoto ao plano de Manuel da Maia, onde nesta dissertação é referido no enquadramento histórico do pós-terramoto de 1755, nos diferentes planos e soluções.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO

Neste primeiro capítulo aprofundaremos os princípios base que nos permitirão estabelecer as fundações conceptuais e de estado de arte que diz respeito aos temas desta dissertação. Iniciaremos com a compreensão de conceitos pertinentes, conceitos dentro do campo do património, das ações sobre o património arquitectónico e dos conceitos urbanos.

Seguiremos com a relação desses conceitos de modo a realçar que um não pode ser entendido sem o outro, procurando demonstrar até que ponto o Fachadismo poderá ser associado ao Restauro, a relação aos conceitos de edifício e fachada e por fim confrontando a aparência e a essência. Inevitavelmente isto vai conduzir-nos até uma discussão política.

Por fim, iremos analisar casos práticos que ilustram estes conceitos num contexto português destacando por ordem cronológica os projectos para a Casa dos Bicos, Cineteatro Éden e finalizando assim na cidade de Évora, com o Salão Central Eborense.

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

CONCEITOS URBANOS

Morfologia

A morfologia urbana deriva do grego “morphe+lógus”, este termo aplica-se de forma a denominar o estudo da configuração e da estrutura externa de um objeto, os factos da sua origem, as suas características físicas, a sua época e a sua evolução e transformação do meio. Este meio urbano onde se implanta é considerado um ser vivo que está apto a transformações a cada segundo, articulando-se em variadas inúmeras funções e usos. A morfologia urbana atualmente não se limita ao “estudo da cidade como o *habitat* humano”¹

A morfologia deve ser definida pela análise dos factos construídos, naturais e dos vazios do conjunto urbano que o define, uma rede de sistemas que se relacionam entre si e apoiam um quotidiano cada vez mais exigente.

A relevância do estudo do espaço não construído, desenvolve a notável significância dos elementos morfológicos indispensáveis para o desenho do traçado urbano.

Em 1955 o antropólogo Belga Lévi-Strauss afirmou nas suas memórias que a cidade “é a mais complexa das invenções humanas (...) na confluência entre a natureza e o artificial”.²



Fig.1. Claude Lévi- Strauss (16 Novembro 2005), fotografado por Michel Ravassard © Wikimedia Commons acedido a 25 Março 2023, https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Levi-strauss_260.jpg

¹ Moudon, Anee V. (27 de março de 1997). “Urban Morphology as an interdisciplinary field”. *Urban Morphology*, p.3-10.

² Lévi-Strauss, Claude. (1955). *Tristes Tropiques*. Londres: Penguin Books, p.137-138.

Rua

A rua caracteriza-se como o espaço vazio de toda a mancha edificada que a delimita, definindo-se como elemento de estruturação do tecido urbano. A rua ao longo do tempo tem vindo a alterar o seu carácter, o carácter social dá lugar a um canal estruturante da circulação rodoviária.

O traçado da rua tem uma necessidade de disponibilizar acesso às diferentes hierarquias urbanas, desde a avenidas, praças e a edifícios, mas também sendo por si mesma um espaço de convivência, de fenomenologia do ambiente e da interação entre o lugar e a identidade que ali habitam.³

Praça

A praça tem um papel estruturante no desenho da cidade e na vida urbana, relacionando-se valores de dinâmicas sociais. A praça define-se pela menor incidência dos edifícios e fachadas, oferecendo um espaço colectivo de permanência com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas que a contornam.

Edifícios

Estes edifícios assumem como elemento morfológico a solidificação no desenho da cidade. Sendo elementos construídos, são destinados principalmente a

³ “A rua mais do que um simples acesso, é um elemento estruturante do tecido urbano, e, como tal, carece de uma demarcação própria do seu espaço, até onde ele se desenvolve, permitindo uma fácil leitura. A ambiência peculiar do sítio, o carácter arquitetónico e a toponímia são fatores que contribuem para lhe dar identidade urbana.” - Pardal, Sidónio Costa; Correia, Paulo V.D. e Lobo, Manuel L. da Costa. (1991). Normas Urbanísticas, vol.II: Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e apreciação de planos. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

usufruto da atividade humana, estabelecendo uma forte relação entre a morfologia urbana e a tipologia edificada.

Fachada

Os edifícios constituem-se pela sua análise tipológica, tomando a fachada como elemento gerador da memória e identidade, sendo este o contacto mais directo com o observador na sua linguagem arquitectónica. A definição de fachada ao ser refletida, poderá assemelhar-se ao invólucro de um abrigo, sendo esse invólucro o limite entre duas realidades dissemelhantes, o seu interior e o seu exterior, do seu espaço habitado ao seu espaço público, é onde esse limite acaba e outro ambiente começa, como esse mesmo gerador se torne um elemento de transição de duas realidades que se transformam paralelamente.

Este termo “face” é composto por três pontos de vista: por conotação geométrica, conotação antropomórfica e conotação moral.

29

A conotação geométrica advém da própria face, podendo servir como exemplo a face de um cubo, que nos submete ao intuito de que é uma superfície plana, sem espessuras nem reentrâncias.

A conotação antropomórfica, segundo o dicionário de Houaiss: “região delimitada pelo couro cabeludo, orelhas e pescoço, composta de testa, olhos, nariz, boca, queixo e bochechas”. É também definida pela palavra “frente” e superfície, ou “lado externo de alguma coisa mais ou menos plana, fachada, frontispício”.

Se assim entendermos esta definição antropomorficamente, podemos obter uma conotação falaciosa que nos encaminha para um pensamento direto de “superfície plana”, mas tal como a fachada do edifício possa apresentar protuberâncias e reentrâncias, sejam elas pouco ou muito acentuadas, assim é a face humana, que desenvolve a este conceito noções de relações entre cheios e vazios.

Na conotação moral, este termo transfere para uma “aparência superficial”,



Fig.2. Le Corbusier (01 Janeiro 1938), © gettyimages acedido a 25 Março 2023, <https://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/french-architect-le-corbusier-fotografia-de-not%C3%ADcias/613509034?adppopup=true>

ou, “exterioridade enganosa”, intencionando ocultar o que está por detrás e transmitindo um possível falso indício a quem a observa apenas.

Segundo *Ornament and Crime*, datado de 1908, para Adolf Loos, este tema já era um profundo incómodo para os arquitetos modernos. Esta geração tinha como princípios uma arquitectura moderna, uma arquitectura de transparência, acima de tudo, assumir uma “expressão de verdade”. Segundo Adolf Loos, os adornos são um desperdício e devem ser completamente excluídos da fachada, retirados por completo.⁴

Le Corbusier em *Vers une architecture*, 1923, descreve que a fachada é o resultado do desenho interior, de modo a transparecer as funções internas dos espaços, todas as fachadas deveriam ser mostradas, não só existir a preocupação mais directa de fachada principal.⁵

⁴ “O ornamento é um desperdício de mão-de-obra e, por isso, um desperdício de saúde. Foi sempre assim, no entanto, hoje o ornamento também significa desperdício de material e ambos significam desperdício de capital.” - Loos, Adolf. (2004). *Ornamento e crime*. Lisboa: Cotovia, p.223-236.

⁵ Le Corbusier (1925). *Vers Une Architecture*. Paris: Les Éditions G. Crès et Cie, p.43.

CONCEITOS PATRIMONIAIS

Património Cultural

A palavra património, tem origem etimológica do latim, patrimonĭu, que por sua vez deriva da conjunção da palavra pater (pai) e da palavra monium (receber) – ou seja, o significado histórico da palavra é de herança ou legado. Hoje, património é um “conceito nómada”,⁶ assim requalificado pela associação da palavra a vários outros vocábulos, tais como “genético”, “histórico”, “ambiental” ou “cultural”. Para os fins do presente estudo, interessa-nos o entendimento deste conceito de património associado ao adjetivo cultural.

Em 1972 realizou-se a Convenção Para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, para os fins dessa convenção, assumiu-se património cultural como um conceito guarda-chuva, que abarcava vários objetos, tais como: os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse.⁷ Dezassete anos mais tarde, em 1989, a UNESCO realiza 25ª sessão da sua Conferência Geral, que veio oferecer uma nova e especificada definição: “Património cultural pode ser definido como o corpo de sinais relevantes - sejam artísticos ou simbólicos – transmiti-

⁶ Choay, Françoise. (1999). *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Seuil, p.11.

⁷ « Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural: Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. » - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (1972) *Convenção Para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris: s.n. Artigo 1º.

dos pelo passado a cada cultura e, deste modo, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e enriquecimento das identidades culturais, como legado pertencente a toda a humanidade, o património cultural atribui a cada sítio os seus traços reconhecíveis sendo o depósito da experiência humana. A preservação e a apresentação do património cultural são, portanto, uma pedra-basilar de qualquer política cultural.”⁸. Assim, o conceito de património cultural abrange todos os testemunhos significativos da cultura humana, sejam obras do homem ou da natureza, aqui incluem-se os monumentos, obras de arte, bens arqueológicos, bens artísticos e históricos, bens ambientais, paisagísticos e urbanísticos, bens arquivísticos, livros e manuscritos.

Já no século XXI e seguindo as propensões que se vinham construindo durante o século anterior, assume-se a aproximação efetiva do conceito de património cultural aos valores que lhe são imputados pela sociedade. O expoente desta aproximação ocorreu em 2005, aquando da realização da Convenção de Faro, que, no seu documento final vem reconhecer “a necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado e interdisciplinar de património cultural”. Segundo o documento resultante dessa convenção: “O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interacção en-

⁸ « The cultural heritage may be defined as the entire corpus of material signs – either artistic or symbolic - handed on by the past to each culture and, therefore, to the whole of humankind. As a constituent part of the affirmation and enrichment of cultural identities, as a legacy belonging to all humankind, the cultural heritage gives each particular place its recognizable features and is the storehouse of human experience. The preservation and the presentation of the cultural heritage are therefore a cornerstone of any cultural policy. » – todas as traduções são da responsabilidade da autora – UNESCO. (1989). General Conference; 25th session, Draft Medium-term plan, 1990-1995. p.57. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000082539>

tre as pessoas e os lugares através do tempo;”⁹. As disposições da convenção de Faro vêm já refletir uma certa bifurcação do conceito de património cultural, entre património tangível e intangível, característica das discussões do século XXI em torno desse conceito.

Em 2011, o ICOMOS reuniu a sua XVII Assembleia Geral. A partir das definições expostas anteriormente, no documento que resultou dessa assembleia, o ICOMOS assumiu que as “Cidades históricas e áreas urbanas são constituídas por elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos tangíveis incluem, além da estrutura urbana, elementos arquitetónicos, paisagens dentro e em redor da cidade, vestígios arqueológicos, vistas, skylines, belvederes e pontos de referência. Os elementos intangíveis incluem atividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico.”¹⁰ Desta aceção estabelecida pelo ICOMOS, podemos entender novamente a categorização do património cultural em património tangível e em património intangível. Para a caracterização cultural de determinada sociedade é fundamental o seu património cultural na sua categorização de tangível e intangível, categorias que por sua vez são indissociáveis uma da outra, testemunhando-se uma à outra, contribuindo mutuamente para a identidade cultural da sociedade que detém esses valores.

Identidade Cultural e Autenticidade

Na análise de intervenção no património, é fundamental que nela consistam na atribuição de dois valores que se interligam, identificando-os por autenticidade e identidade. Ao tomar como conhecimento a sua identidade é necessária uma

⁹ Conselho Europeu. (2005) Convenção Do Conselho Europeu Sobre o Valor do Património Cultural Para a Sociedade. Faro: s.n.

¹⁰ International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (2011). The Valletta Principles for the Safeguarding and Management of Historic Cities, Towns and Urban Areas. Paris: s.n.

capacidade de análise dos elementos que são postos em causa para comprovar a sua autenticidade, o ser autêntico. Esses valores definem os princípios na intervenção, não se separam, se retirarmos a esse edificado as características que compõem a forma que ele tinha, ao passá-lo por processos de transformações indevidas, além de perdemos identidade, colocamos em causa a sua essência.

A procura da autenticidade nas diferentes formas de agir perante uma intervenção no património é definida por Sérgio Infante: "procura por uma relação de verdade e sinceridade entre o suporte da mensagem e a mensagem em si mesma".¹¹ Devem ser definidos princípios e limites de intervenção para que se possa ser autêntico, deve existir uma boa relação entre o invólucro e o conteúdo.

A definição de conceito de património cultural, apresentada pela UNESCO em 1989, aquando da 25ª sessão da Conferência Geral, integra já uma certa noção de Identidade Cultural – notemos nessa definição que afirma: "Como parte constituinte da afirmação e enriquecimento das identidades culturais, como legado pertencente a toda a humanidade, o património cultural atribui a cada sítio os seus traços reconhecíveis sendo o depósito da experiência humana."¹² Por detrás desta afirmação de que o património serve de caracterizador de um sítio, distinguindo-o, podemos adivinhar que o património, seja ele tangível ou intangível, é manifesto de um contexto humano e natural.

Em 2000, o ICOMOS reúne a sua Conferência Internacional sobre Conservação, de que resultam os Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído, a comumente designada Carta de Cracóvia. Esta conferência vem retomar a definição de identidade cultural, que neste contexto é compreendida como uma "referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado."

¹¹ Infante, Sérgio. (Abril 2001) "Autenticidade, continuidade e mudança", *Arquitectura e vida* nº15. Lisboa. p.26

¹² UNESCO. (1989). General Conference; 25th session, Draft Medium-term plan, 1990-1995, p.57. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000082539>

Um ponto de charneira para a definição do conceito de identidade cultural ocorre aquando da Convenção de Faro, realizada em 2005 e que veio firmar a colocação da pessoa e dos valores humanos num ponto central para um entendimento mais alargado e interdisciplinar de património cultural.¹³ O aprofundamento das temáticas do património intangível a que se tem vindo a assistir neste início de século, veio intensificar de forma premente e efetiva a conexão entre património cultural e identidade cultural – anteriormente a relação hegemónica era entre o património cultural e a memória.

No âmbito desta linha de pensamento, a antropóloga Carla Bertrand Cabral vem definir a identidade como um grau de reconhecimento e solidariedade que determinado indivíduo manifesta na sua relação com a sua comunidade. “Embora o conceito de património cultural se articule desde o início com o conceito de memória, o mesmo não se passa com a relação entre este e o conceito de identidade, podendo mesmo afirmar-se que do monumento enquanto suporte da memória se passou ao património como suporte da identidade.”¹⁴

Em conclusão, e para os efeitos da presente dissertação, o conceito de identidade cultural será compreendido como um valor fundamental reconhecido pela sociedade no seu património. Valor fundamental, pois, é através dele que o património cultural adquire o carácter de transportador de expressão dos valores, crenças, saberes e tradições do contexto humano e natural em que se insere.

Concluindo assim, o significado da perda da identidade e autenticidade patrimonial é provocado pela prática arquitetónica, o fachadismo.

¹³ Conselho Europeu. (2005). Convenção Do Conselho Europeu Sobre o Valor do Património Cultural Para a Sociedade. Faro: s.n.

¹⁴ Cabral, Carla Bertrand. (2011). Património Cultural Imaterial - Convenção da Unesco e seus Contextos. Lisboa: Edições 70, p. 31.

AÇÕES

Conservação

Na segunda metade do século XIX emergiu uma certa consciência histórica, da qual advieram os estabelecimentos dos princípios que fazem surgir o conceito de conservação. Esta historicidade emergente encontra uma forma de expressão na apologia da pátina, do autêntico e das várias camadas de transformações históricas – a par da crítica condenatória das tendências de restauro estilístico, em voga durante a primeira metade do século XIX e com o seu maior protagonista em *Viollet-le-Duc*. O conceito de conservação foi sendo aprofundado muito graças a essas críticas, que tiveram como principais autores personalidades como *John Ruskin*, *William Morris* e *Camillo Boito*, esse conceito viu a sua explanação nos trabalhos de *Alois Riegl*, *Gustavo Giovannoni* e *Cesare Brandi*.

Analisando os contributos dos teóricos da conservação, percebemos que, progressivamente, o conceito deixa de pertencer ao domínio exclusivo da arte, mas converge com o da ciência. Nos vários contributos teóricos propõe-se um verdadeiro processo crítico, definindo o que deve e como deve ser conservado, não se insistindo em fórmulas milagrosas e rígidas a aplicar indiscriminadamente. Em termos práticos, a conservação tem promovido desenvolvimento na investigação científica, nomeadamente nos avanços na área da investigação, de técnicas de levantamento, análise e consolidação. Para além disso contribuiu para a emergência de várias políticas, em vários níveis, para a salvaguarda do património construído.¹⁵

A conservação tem sido a base teórica e de referência para as várias cartas internacionais, como tal, esses documentos oferecem boas definições do conceito – por serem resultado duma discussão mais alargada. O Documento de Nara Sobre Autenticidade, lançado pelo ICOMOS em 1994, vem definir a conservação como “todos os esforços destinados a compreender o património cultural, conhecer

¹⁵ Jokilehto, Jukka. (1999). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Ltd, p.303.

a sua história e significado, garantir a sua salvaguarda material e, quando necessário, sua apresentação, restauro e aperfeiçoamento”¹⁶

Mais tarde, em 2000, a Carta de Cracóvia veio retomar o tema da conservação, definindo o termo como “o conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.”¹⁷ O mesmo documento esclarece que a conservação dos monumentos e edifícios de valor histórico tem como objetivo último a manutenção da sua integridade e autenticidade.

Nesta dissertação, conservação será compreendida como um conjunto de ações concertadas que apontam à dilatação da esperança de vida do bem cultural sobre o qual atuam, incidindo sobre causas e corrigindo os seus efeitos.

Restauro

O conceito de restauro, embora se atribua a uma ação, é evidente que essa ação tem dado resposta a múltiplas premissas ao longo da história do restauro, sendo que os seus resultados são variados. Com este pressuposto, podemos colocar este conceito em diversos âmbitos.

Baseando-nos na diversidade de resultados e soluções provocados pelas

¹⁶ « Conservation: all efforts designed to understand cultural heritage, know its history and meaning, ensure its material safeguard and, as required, its presentation, restoration and enhancement. (Cultural heritage is understood to include monuments, groups of buildings and sites of cultural value as defined in article one of the World Heritage Convention). » – todas as traduções são da responsabilidade da autora – ICOMOS. (1994). The Nara Document on Authenticity. Nara: s.n.

¹⁷ Conferência Internacional sobre Conservação. (2000). Carta de Cracóvia 2000: Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído. Cracóvia: Bureau Cracóvia.



Fig.3. Cesare Brandi (1906-1988) © Hornemann Institute acedido a 26 Março 2023, http://193.175.110.9/hornemann/german/epubl_abb/abb_brandi01.jpg

práticas de “restauração”, poderíamos pressupor que a melhor forma de analisar o conceito de restauração seria partindo de um âmbito abstrato. No entanto, o restauro é uma ação que surge sempre associada a uma metodologia, assim sendo, a análise do restauro enquanto conceito abstrato seria uma tarefa pouco frutífera, pois requeria a isenção de um certo espírito deontológico associado a uma metodologia que ao longo da História se têm provado indissociáveis do conceito de restauro.

A Carta de Veneza em 1964 e Cesare Brandi em 1974, deixaram uma herança notável e indispensável quando tratamos dos conceitos contemporâneos de restauro. Esta carta designa o restauro enquanto operação extremamente especializada com o seu propósito, fundamentando-se respeitosamente na autenticidade dos documentos e na originalidade do material. Esta carta declara a imprescindibilidade de um estudo preliminar e intenso antes de se proceder ao restauro, este que deve expressar as novas intervenções enquanto produto contemporâneo.¹⁸

Por seu lado, Cesare Brandi ao lançar Teoria del Restauro, em 1963 compreende o restauro enquanto circunstância metodológica em que a “obra de arte”, é entendida como objeto físico e palpável mas também numa dualidade de valores estéticos e históricos. Circunstância metodológica que tem como objetivo último a transmissão desses mesmos valores para o futuro.¹⁹

Na mesma obra, Brandi defende ainda que o restauro deve ser direcionado para a recomposição da unidade potencial da obra de arte. Restaurando apenas a sua materialidade, sem que se pratique um ato fraudulento artístico e, até mesmo, histórico, e sem eliminar da obra a sua pátina - as características peculiares que o tempo lhe concedeu.²⁰

¹⁸ Carta de Veneza. (1964). Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza: s.n., artigo 9º.

¹⁹ Brandi, Cesare (2014). Teoria del Restauro. Torino: Einaudi, p.49-50.

²⁰ Brandi, Cesare (2014). Teoria del Restauro. Torino: Einaudi, p.49-50.

No ano 2000 reuniu-se a Conferência Internacional sobre Conservação, de onde resultou a Carta de Cracóvia. Essa carta apresenta uma definição de restauro que é a síntese das conceptualizações feitas durante o séc. XX. Nesse documento, o conceito de restauro é entendido como uma “intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objetivo é a conservação, da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade”. Para além desta definição a carta de Cracóvia também entende o projecto de restauro como um “processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso”.²¹

Neste ponto, torna-se necessário esclarecer que conservação e restauro são distintas, como se poderá ver na definição de conservação acima e como se pode ler na Carta de Cracóvia que assume o restauro como um “processo específico”.

Subjacente à carta de Cracóvia surge o conceito de Autenticidade que convém abordar neste capítulo, esse conceito de autenticidade, um sinónimo do conceito de unidade potencial explanado por Brandi, que assume a obra de arte como um todo mesmo que seja um conjunto de vários elementos, porque não são esses elementos que compõem a obra de arte, ela por si mesma, é um todo. Tomemos como exemplo o Templo Romano de Évora, que hoje encontramos num ponto alto da cidade, composto por várias colunas e vários blocos de granito, apesar de não ser utilizado para o mesmo programa inicialmente previsto, conseguimos ao mesmo tempo adivinhar esse programa e o seu aspecto original. Este é um objecto que já perdeu partes mas ainda assim, não deixa de ser obra de arte, e mesmo que perdesse uma das suas colunas, a sua coluna ainda assim transporta com ela a imagem do templo.²²

²¹ Conferência Internacional sobre Conservação. (2000). Carta de Cracóvia 2000: Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído. Cracóvia: Bureau Cracóvia.

²² Brandi, Cesare (2014). Teoria del Restauro. Torino: Einaudi, p.56.

Concluindo assim, que o conceito de restauro na carta de Cracóvia define-se como a interpretação de um todo da obra de arte.

O restauro não é mais do que recuperação do elemento à sua potencial unidade, oferecendo o prolongamento de vida dos bens culturais.

Fachadismo

O Fachadismo, advém da expressão arquitetónica, que caracteriza a prática da operação que opta pela manutenção da fachada de um edifício, demolindo todo o seu interior, como refere José Aguiar “O Fachadismo é, hoje, uma das máximas expressões de um processo substitutivo da cidade histórica e do seu património edificado, recusando ou impedido as expressões da arquitetura contemporânea- porque na prática impede que tenha um rosto público-, destruindo valores essenciais da arquitetura antiga, ao fragmentar as relações entre fachadas e organização dos espaços interiores, (...)”²³

O Fachadismo assemelha-se a cenários físicos de paisagem urbana, onde a fachada não tem funções estruturais, de maneira a preservar a memória da cidade, transportando o observador do seu exterior histórico para um novo futuro no seu interior, tornando essa transição uma síntese arquitetónica que salvaguarda a memória, não a identidade.

Para José de Aguiar, o Fachadismo comporta-se “desarticulando as ligações

²³ Aguiar, José. (1999). “A conservação da Identidade do Património Urbano e o Lugar das novas Arquiteturas”, 1º Fórum Internacional de Urbanismo, Estratégias de reabilitação dos centros históricos. Vila Real: URBE, p.27-46.

entre a tipologia dos edificados e a morfologia urbana”²⁴, separando o fragmento da fachada com o fragmento de toda a sua espacialidade interior, rompendo essa relação tipológica com a análise urbana enquanto elemento urbano, o edifício, considerando um compromisso entre a preservação histórica e a demolição, sendo que essas duas vertentes colocam esta prática exposta ao elogio e à condenação.

²⁴ Aguiar, José. (1999). “A conservação da Identidade do Património Urbano e o Lugar das novas Arquiteturas”, 1º Fórum Internacional de Urbanismo, Estratégias de reabilitação dos centros históricos. Vila Real: URBE, p.27-46.

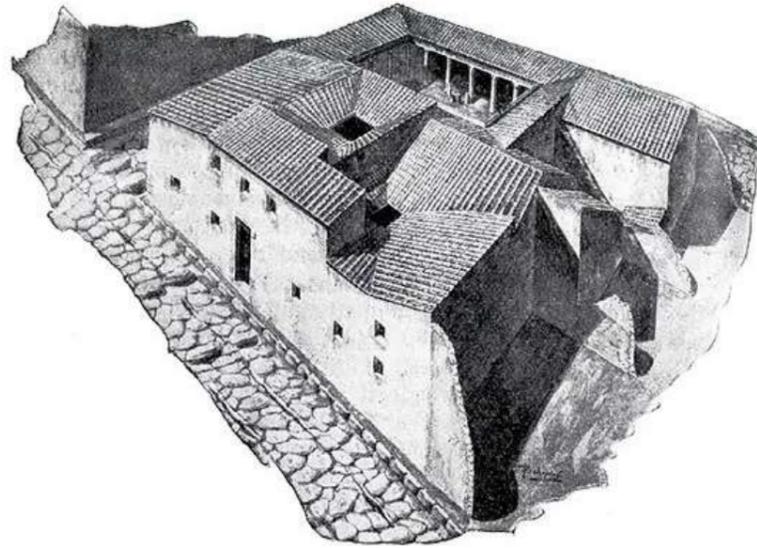


Fig.4. Casa dos Vettii em Pompeia © Look and Learn / Bridgeman Images acedido a 26 março 2023, <https://www.bridgemanimages.com/en-US/english-school/roman-architecture-house-of-pansa-pompeii-house-of-the-vettii-pompeii-litho/lithograph/asset/6005293>

CONCEITOS RELACIONADOS

FACHADA E EDIFÍCIO

Fachada como expressão

Tal como referido supra nos conceitos de fachada e edifício, a fachada é o elemento que nos proporciona o diálogo mais direto entre a memória e a identidade. Essa mesma fachada, é o elemento de transição entre dois ambientes, o ambiente exterior, que a rodeia, e o ambiente interior, “miolo” de todo o edifício. A fachada pode ser entendida como uma membrana que separa esse espaço interior do exterior, a sua relação com esses espaços tanto pode ser uma “expressão da verdade”, como pode ser um elemento disruptivo dessa relação.

Esta relação edifício-fachada sofreu algumas alterações ao longo dos tempos. As casas romanas e de época medieval, sofrem de uma negação à ideia de fachada. Nesses períodos, as superfícies externas continham um pragmatismo muito acentuado nos muros perfurados por orifícios destinados à iluminação e ventilação, eram apenas fachadas funcionais, sem qualquer tipo de ornamentação. As manifestações do estatuto/condição socioeconómica do proprietário não era expressa através da fachada, antes era expressa através dos átrios ou espaços internos do edifício.²⁵

Renascimento Italiano

No renascimento italiano - séculos XV e XVI, o projeto mostra-se competente no detalhe do desenho das superfícies externas do edifício, de um modo mais direto

²⁵ Leão, Sílvia Lopes Carneiro. (Junho 2012). “A evolução do conceito de fachada: Do renascimento ao modernismo.” Arquisur Revista, nº4.

de transmissão à comunidade do estatuto e da identidade de quem nele habitava.

O contrato do Palácio Sansedoni, de 1340 em Siena foi o primeiro documento de que se tem conhecimento sobre o tema de fachada. Este, apresenta um desenho de alçado, embora esquemático e sem escala, cotado horizontalmente e verticalmente.²⁶ Este esboço pode ser celebrado como o ponto de transição para um momento em que a fachada passa a ser encarada como um elemento fundamental da arquitetura residencial unifamiliar.²⁷

No final da idade média, é comprovada uma alteração de como são relacionados dois temas: o ambiente urbano e a fachada. Esta relação, demonstra uma preocupação no cuidado do embelezamento na porção de fachada inferior, sendo essa a área de contacto mais direto das pessoas com o edifício. No séc. XV manifesta-se novamente a preocupação para com este tema, mas desta vez não se circunscrevendo apenas pelas superfícies inferiores do edifício, e sim, em toda a sua plenitude. As implantações dos edifícios começam a exigir espaços mais amplos para a sua total visualização, o que por sua vez, motivou todo o desenho do tecido urbano, que sofreu gradualmente modificações de rearranjos, nos alargamentos das ruas e aberturas de pequenas praças de ligação aos palácios privados.²⁸

O final do quattrocento é marcado pela consagração de palácios com pequena escala de uma versão simplificada, para responder à emergência instalada da nobreza menor, que se pretende refinar, deixando o seu estilo de vida feudal e rural e redescobrimdo a vivência urbana romana. Estas residências utilizam a fachada como parte fundamental, sendo ela o espelho da posição social das entidades

²⁶ Friedman, David. (1992). Palaces and the street in late-medieval and Renaissance Italy. London: Urban Landscapes: International Perspectives, p.93-94.

²⁷ Toker, Franklin. (março de 1985). "Gothic Architecture by Remote Control: An Illustrated Building Contract of 1340." The Art Bulletin, Vol.67, N°1, p.75.

²⁸ Letts, Rosa Maria. (1996). El Renacimiento. Barcelona: Gustavo Gili, p.31-34.



Fig.5. Palazzo Sansedoni, Piazza del Campo, Siena, Toscana (22 julho 2013), © Wikimedia Commons acessado a 25 Março 2023, https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Palazzo_Sansedoni_Piazza_del_Campo.jpg

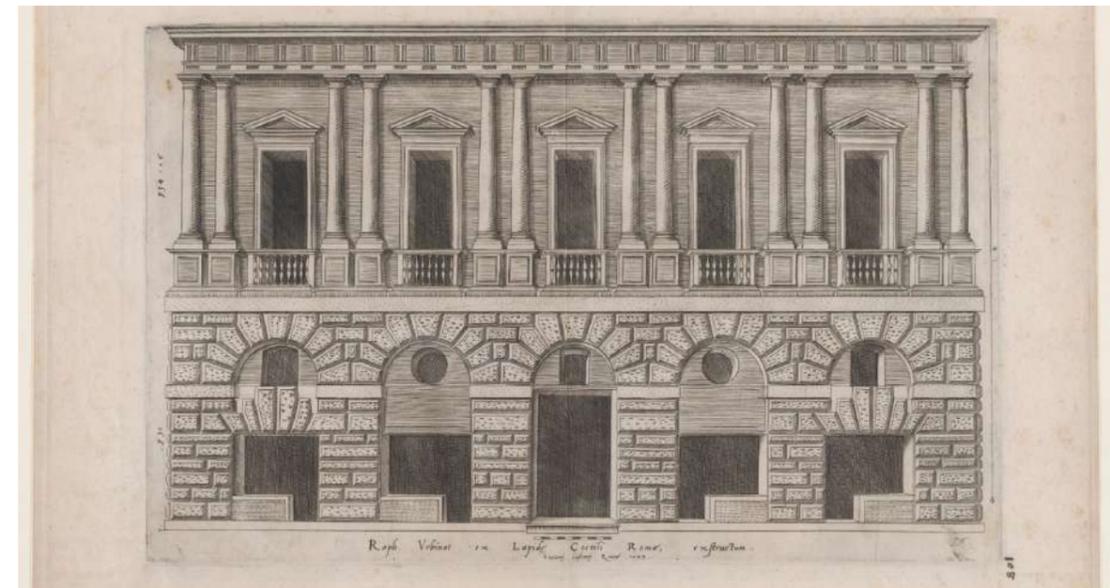


Fig.6. Fachada do Pallazzo Caprini, um exemplo de palácio de pequena escala para a nobreza menor, gravura de 1549 da autoria de Antoine Lafréry. © Metropolitan Museum of Art



Fig.7. Palazzo Medici, Florença, © Feel Florence, acedido a 26 Março 2023, <https://www.feelflorence.it/es/node/16341>

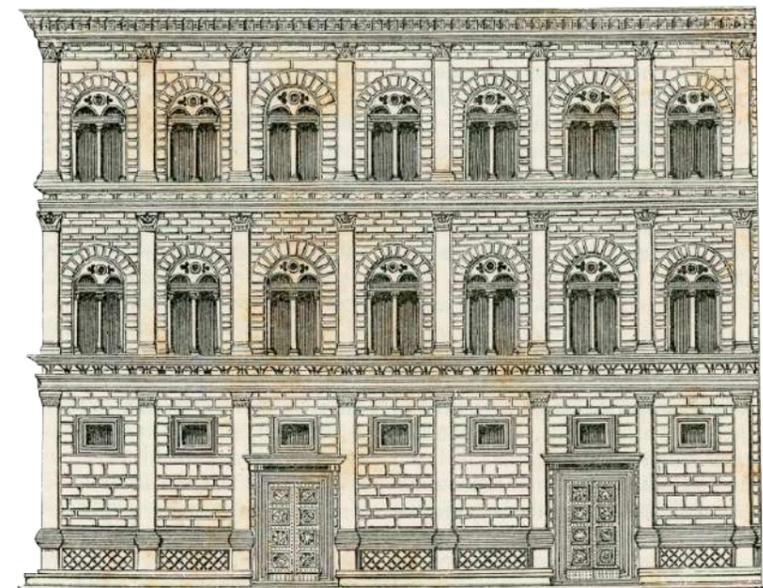


Fig.8. Palazzo Rucellai, Florença (1894), © Wikimedia Commons acedido a 25 Março 2023, https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Firenze_Palazzo_Rucellai.jpg

que nela habitam.²⁹

Em Florença, no ano 1444, a fachada desenvolve uma nova posição. As superfícies exteriores do edifício são apreciadas na sua totalidade, podendo analisar-se uma graduação de diferentes escalas de baixo para cima, trabalhando numa hierarquia de texturas - como é presente no Palácio Medici. Este palácio apresenta no seu piso térreo um estilo acentuadamente rústico, sublimando-se progressivamente por linhas mais leves e lisas até à cobertura.

O palácio de Rucellai em Florença é o primeiro edifício residencial onde estão externamente bem vincadas as ordens arquitetónicas, onde está presente a padronização, a beleza, harmonia, proporção e simetria desta unidade, tornando-a como exemplo da nova fase na articulação da fachada nos diferentes planos e elementos.³⁰

Em Florença, o palácio Pitti, marca uma certa tendência do séc. XVI: uma evolução relativamente às fachadas do quattrocento, numa liberdade superior em relação às ordens arquitetónicas, exemplo claro disso é o pátio, onde as ordens são rusticadas. De outro modo o Palácio Máximo localizado em Roma, “inverte-se à relação tradicional entre ordens (opera di mano) superpostas à rusticação (opera di natura).” Neste edifício podemos analisar caracterizando as ordens, como o detalhe da robustez das colunas, que suportam a parede rusticada acima e ocupam o lugar do tradicional embasamento maciço.³¹

²⁹ Pereira, Cláudio Calovi. (janeiro de 2001). “Prática profissional e projeto de palácios menores no renascimento italiano.” *Arqtextos: Interfaces* nº1, p.38-47.

³⁰ Norberg-Schulz, Christian. (1999). *Arquitectura Ocidental*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, p.119-120.

³¹ Leão, Silvia Lopes Carneiro. (Junho 2012). “A evolução do conceito de fachada: Do renascimento ao modernismo.” *Arquisur Revista*, nº4.

Barroco Francês

O Barroco Francês caracteriza uma nova fase na evolução da relação edifício-fachada, tendo como arquétipo o Hôtel Particulier. A sua fachada é o resultando da relação entre a via pública e a residência, na maneira como está implantada de acordo com a geometria do lugar em todo o seu alinhamento do corpo que recua em relação à via, o que permite que as fachadas trabalhem em toda a sua tridimensionalidade tornando-se mais complexas.

Pitoresco Inglês

A metodologia da libertação do edifício em relação aos limites do lote é alcançada na sua totalidade na época do Pitoresco Inglês, nos séc. XVIII e XIX. A habitação Pitoresca caracteriza-se por plantas de um desenho livre, sem limites, com diferentes composições de telhados e unidades isoladas. Esta é a consequência da procura de um modo de vida contemporâneo, baseando-se nos seus conceitos de privacidade e conforto que por si gera uma ausência das ordens.

As fachadas das Villas Pitorescas de finais do séc. XVII e início do XIX, apresentam uma abstração gradativa das ordens. Ordens estas que não se adequam com as irregularidades volumétricas propostas nas fachadas desta época.³²

Modernismo

O modernismo trouxe consigo o debate do conceito de fachada nos primórdios do sec. XX. Por um lado, os neoplasticistas, como Moholy-Nagy, defendem o “fim” da fachada. Hitchcock, Bruno Taut, Le Corbusier e Mumford, comprometem a

³² Leão, Sílvia Lopes Carneiro. (Junho 2012). “A evolução do conceito de fachada: Do renascimento ao modernismo.” Arquisur Revista, nº4.

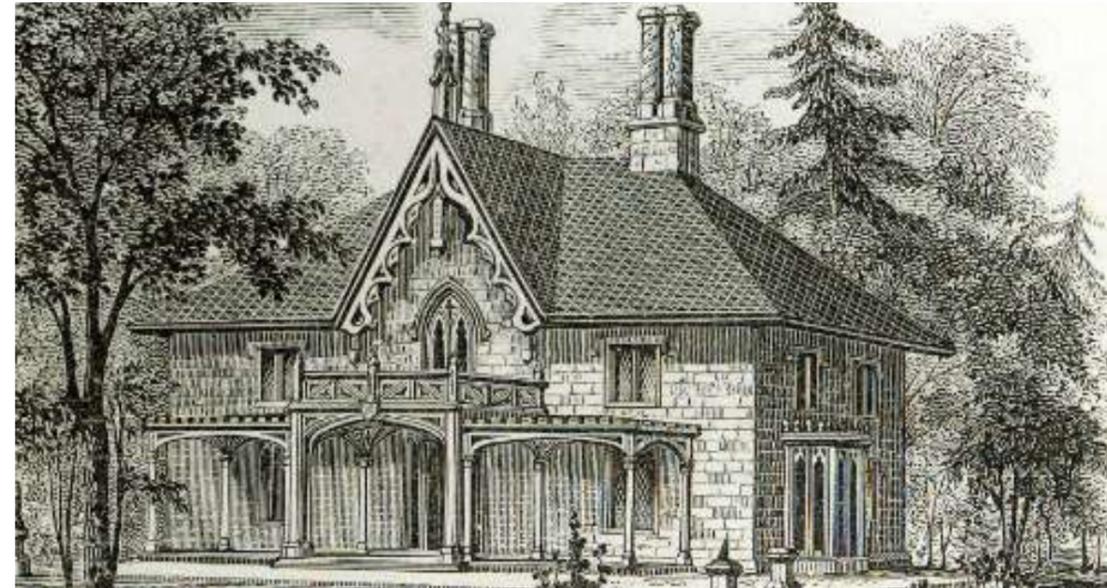


Fig.9. Cottage Residences, Estados Unidos (1840), © Ohio History Connection Selections acedido a 26 Março 2023, <https://ohiomemory.org/digital/collection/p267401coll32/id/11594/>

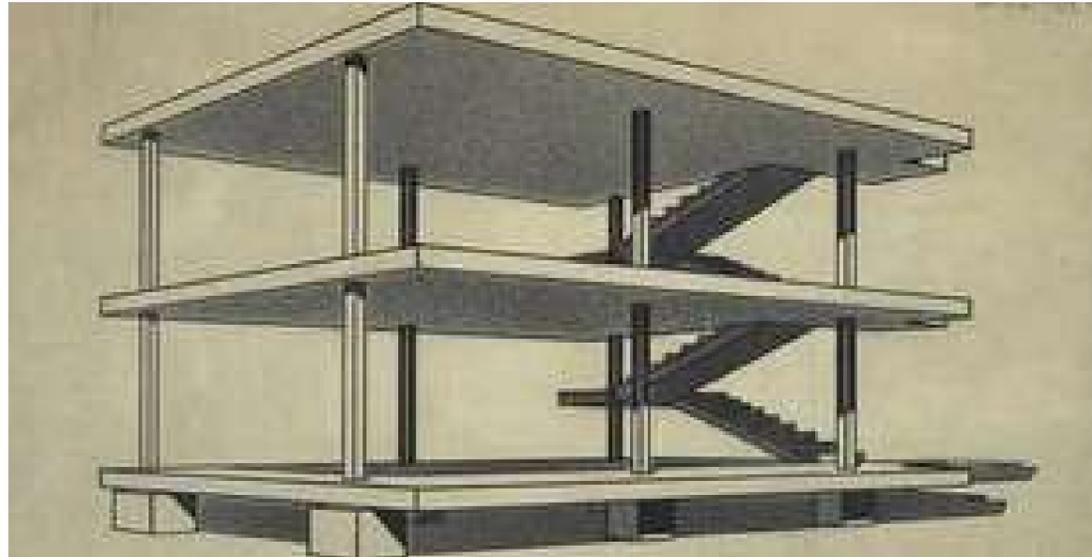


Fig.10. Sistema Dom-Iino, Le Corbusier (1914), © Wikipedia aceso a 26 Março 2023, [https://en.wikipedia.org/wiki/Dom-Iino_House#/media/File:Charles-%C3%89douard_Jeanneret_\(Le_Corbusier\),_1914-15,_Maison_Dom-Iino.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Dom-Iino_House#/media/File:Charles-%C3%89douard_Jeanneret_(Le_Corbusier),_1914-15,_Maison_Dom-Iino.jpg)

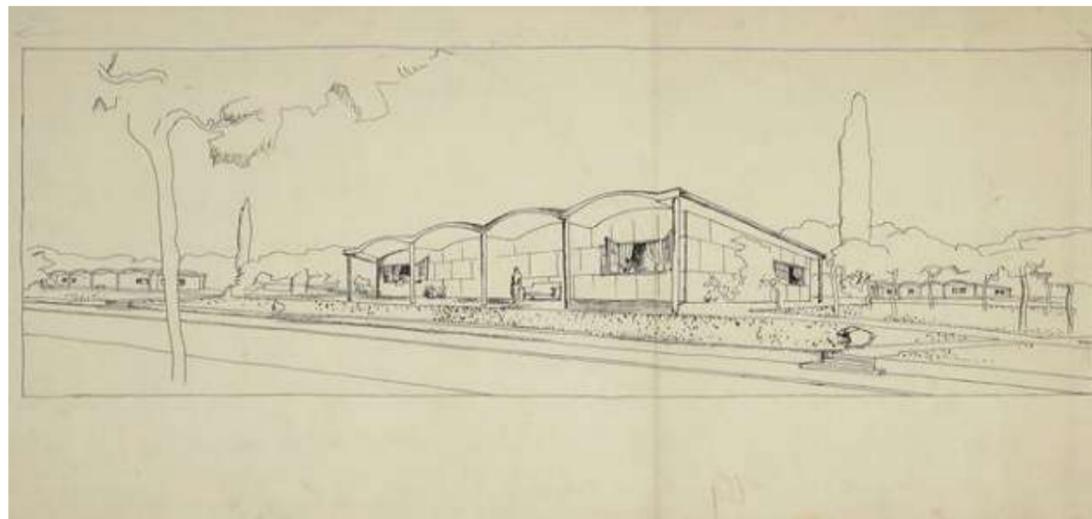


Fig.11. Casas Monol, Le Corbusier (1919), © Fondation Le Corbusier aceso a 26 Março 2023, http://fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6012&sysLanguage=en-en&itemPos=114&itemSort=en-en_sort_string1%20&itemCount=215&sysParentName=&sysParentId=65

existência da fachada, com a consequência do fim de hierarquia entre a designação de frente, trás e lados, ou seja, a igualdade entre todos os lados do edifício. Outros, como Zevi, atribuíam um papel sem protagonismo à fachada, conceituando-a totalmente secundária e insignificante, defendendo que toda a ênfase do projeto está presente no interior do edifício.³³

Le Courbusier faz incontáveis referências à presença da fachada em “Vers une Architecture”. Defende que “a planta procede de dentro para fora; o exterior é resultado de um interior”³⁴, sendo que as fachadas devem ser a consequência da organização interior. Estas, devem desprezar a ideologia de ornamentação, onde as faces do edifício devem ser panos em vidro e totalmente à face. A partir dos anos vinte, estas tais propostas acabam por constituir mudanças radicais no desenho das superfícies externas dos edifícios.

O desprezo de Le Corbusier pela ideologia de fachada tradicional, sólida e maciça está bastante vincado, traduzindo assim através de ilustrações esquemáticas dos esquemas Dom-ino (1914), Citrohan (1920) e Monol (1919), as variedades de aberturas nas paredes possíveis, as janelas horizontais sem interrupções e paredes em panos de vidro, totalmente transparentes e as relações entre cheios e vazios na sua ilustração de 1930.

Da segunda metade do séc. XX à atualidade

De 1960 até a atualidade, o conceito de fachada está em constante alteração e discussão, tais debates que têm a tendência de abalar os princípios compositivos modernos e produzir novas transformações. Perez de Arce analisou os edifícios

³³ Leão, Sílvia Lopes Carneiro. (Junho 2012). “A evolução do conceito de fachada: Do renascimento ao modernismo.” Arquisur Revista, nº4.

³⁴ Le Corbusier. (1925). Vers Une Architecture. Paris: Les Éditions G. Crès et Cie

residenciais e escritórios no período de 1910 a 1990, desde a fachada moderna a uma perspectiva contemporânea, estruturando cinco modelos: A fachada livre, fachada móvel, fachada balcão, fachada máscara e fachada cortina.³⁵

O debate de fachada continuará em evolução, sendo sempre caracterizado como um tema complexo, conceptual e representativo na arquitetura, progressivamente sofrendo transformações ao longo dos anos nas questões sociais, políticas e culturais.

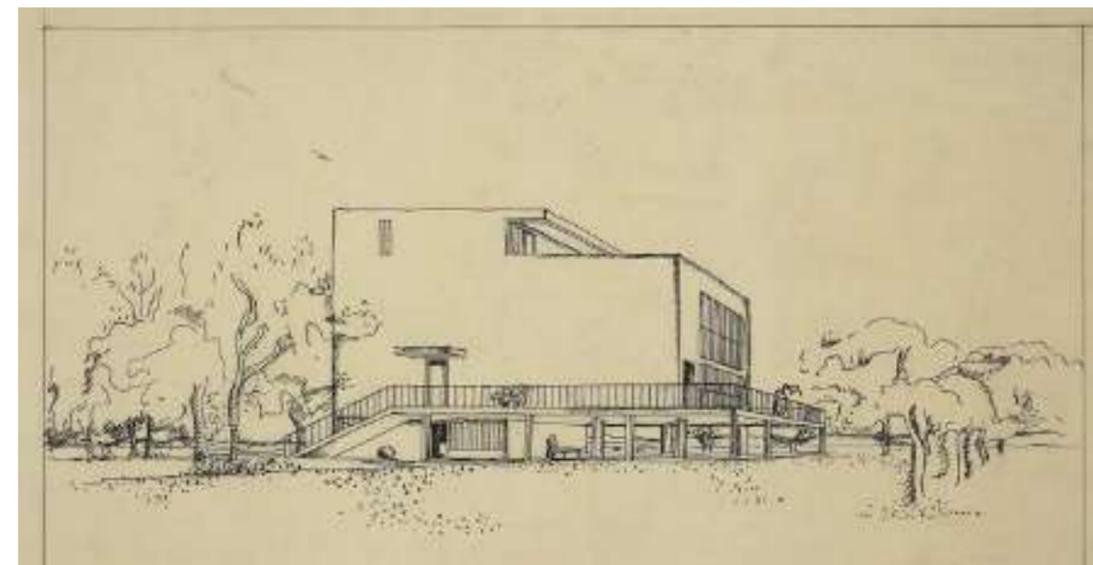


Fig.12. Casa Citrohan, Le Corbusier (1922), © Fondation Le Corbusier acedido a 26 Março 2023, <http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=5950&sysLanguage=en-en&itemPos=21&itemCount=215&sysParentId=65&sysParentName=>

³⁵ Arce, Rodrigo Perez de. (1997). As faces do moderno: O interior, o exterior e a ideia da fachada. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS.

AUTENTICIDADE E APARÊNCIA

Tratadística

Como explorado acima, o conceito de autenticidade surge interligado com um sentimento de identidade cultural – é autêntico aquilo que é alvo de identificação cultural por parte de uma comunidade alargada. Pensamento que foi vastamente explorado na viragem para o século XXI com as conferências de Nara e de Faro, ambas no seguimento do espírito da carta de Veneza.

A conferência de Nara, em 1994, assume a autenticidade em património como um “conceito guarda-chuva”, albergando um conjunto de valores que motiva a identificação da comunidade com determinado objeto, que, através desse processo é elevado a património – deste modo o documento de Nara vem atribuir à autenticidade um carácter quintessencial na definição do que é e do que não é património.³⁶ A conferência de Faro, já em 2005, vem firmar a mensagem da Carta de Nara, incorporando-a na definição de património cultural.³⁷

³⁶ “A conservação do património cultural, sob todas as suas formas e em todos os seus períodos históricos, está enraizada nos valores atribuídos ao próprio património. A nossa capacidade para compreendermos estes valores depende, em parte, do grau a que podem ser reconhecidas as fontes de informação sobre esses valores, como sendo creíveis ou verdadeiras. O conhecimento e a compreensão destas fontes de informação, relativamente às características originais e subsequentes do património cultural e do seu significado, são requisitos básicos para a avaliação de todos os aspectos da autenticidade. A autenticidade, considerada por esta forma e afirmada na Carta de Veneza, aparece como o factor essencial de qualificação respeitante aos valores.” – todas as traduções são da responsabilidade da autora – ICOMOS. (1994). The Nara Document on Authenticity. Nara: s.n.

³⁷ O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo;” - Conselho Europeu. (2005). Convenção Do Conselho Europeu Sobre o Valor do Património Cultural Para a Sociedade. Faro: s.n.

Em conclusão e com os contributos da tratadística na viragem para o século XXI, podemos hoje assumir que a autenticidade é indissociável do sentimento de identidade cultural, em última instância, é a própria autenticidade que eleva um qualquer objeto ao carácter de património.

As cartas que foram analisadas acima assumem que o conjunto de valores que compõem a autenticidade são variáveis ao longo dos tempos – porém, hoje assistimos a uma emergência de alguns fatores deturpadores e perversores da relação das comunidades com o seu património. Nos grandes centros urbanos históricos assiste-se hoje a uma elevada gentrificação e a uma especulação imobiliária provocada em parte pelo turismo que esses espaços atraem de forma inevitável.³⁸ Através destes fenómenos as comunidades existentes que imprimem os valores de identificação cultural a determinado espaço, vêm-se empurradas para fora desses espaços, sendo substituídas por outras que vem procurar esses mesmos valores – este fenómeno provoca no mínimo uma interrupção na evolução desses valores, no limite, provoca a substituição da autenticidade pela aparência.

49

Gentrificação

De acordo com os censos de 2021, entre 2019 e 2021, cerca de 56 mil pessoas saíram do município de Lisboa para viverem noutra município do país – desses 56 mil, mais de metade abaixo dos 40 anos de idade.³⁹ Essa saída não resulta

³⁸ Bastos, Joana Pereira; Albuquerque, Raquel e Figueiredo, Jaime. (1 de dezembro de 2022). “Gentrificação”, “bomba-relógio”, “insustentável”: preços das casas empurram 76 mil pessoas para fora de Lisboa e Porto em três anos”. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2022-12-01-Gentrificacao-bomba-relogio-insustentavel-precos-das-casas-empurram-76-mil-pessoas-para-fora-de-Lisboa-e-Porto-em-tres-anos-6f96727d>

³⁹ PORTUGAL. (2022). Instituto Nacional de Estatística, Censos 2021: resultados definitivos. Lisboa: INE. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_dados_finais&xpid=CENSOS21&xlang=pt

duma escolha livre, mas sim uma escolha necessária, provocada pela galopante especulação imobiliária que resulta num custo insustentável para as casas e para as rendas, que não se coadunam com os rendimentos médios praticados em Portugal. Também segundo o INE, entre 2016 e 2021, nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e Algarve, o índice de preços da habitação disparou mais de 80%.

Caso Lisboa não recebesse novos residentes, a sua população teria descido 10% entre 2019 e 2021, ainda assim a população do concelho até cresceu neste período – os que chegam suplantam aqueles que saem, mas desses, os censos dizem-nos que um quarto veio do estrangeiro, esta situação está a provocar uma forte mudança na composição social da cidade.⁴⁰

A forte alteração da composição social da cidade implica, inevitavelmente, um momento traumático no processo evolutivo dos valores que compõem a autenticidade do património construído a que se refere a carta de Nara.⁴¹ Pode assumir-se que a saída de uma porção considerável de população de um centro histórico implica a saída dos valores que essa mesma população atribuía ao património que habitava – do mesmo modo, podemos assumir que a nova população trará consigo um novo conjunto de valores, no limite podemos até colocar a possibilidade dessa nova população trazer consigo uma imagem pré-concebida do local para onde vai, concretizando assim um processo de atribuição de autenticidade inversa, onde é a aparência que prevalece.

⁴⁰ Bastos, Joana Pereira; Albuquerque, Raquel e Figueiredo, Jaime. (1 de dezembro de 2022). “Gentrificação”, “bomba-relógio”, “insustentável”: preços das casas empurram 76 mil pessoas para fora de Lisboa e Porto em três anos”. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2022-12-01-Gentrificacao-bomba-relogio-insustentavel-precos-das-casas-empurram-76-mil-pessoas-para-fora-de-Lisboa-e-Porto-em-tres-anos-6f96727d>

⁴¹ “Dependendo da natureza do património cultural, do seu contexto cultural, e da sua evolução através do tempo, os julgamentos de autenticidade podem estar ligados ao valor de uma grande variedade de fontes de informação.” - ICOMOS. (1994). The Nara Document on Authenticity. Nara: s.n.

Turismo

Outro grande perversor nestas tendências de descaracterização de centros históricos tem sido um certo turismo insustentável. Turismo e o património possuem uma longa história em comum, desde os seus primórdios com o Grand Tour com destaque para a segunda metade do século XX, períodos que vieram firmar o turismo como um elemento preponderante no balanço económico de várias cidades históricas mediterrânicas. É inegável que a grande maioria das obras de restauro, requalificação e conservação de edifícios históricos tem sido em grande medida financiada pelos ganhos económicos associados à atividade turística – para além disso o turismo enquanto programa arquitetónico tem impedido o abandono de vários edifícios de valor patrimonial e histórico – notemos por exemplo o caso das Pousadas.⁴² Têm emergido casos notáveis de gestão dos fundos obtidos pela atividade turística, Jukka Jokilehto destaca o caso do Sri Lanka e da Malásia, onde esses fundos são canalizados para a conservação do património edificado.⁴³ Porém, é impossível fechar os olhos aos efeitos do turismo insustentável nas cidades mediterrânicas que atraem um elevado número de turistas – cidades como Veneza, Roma, Barcelona, Oviedo ou Dubrovnik, onde emerge uma certa “turismofobia”, e onde as populações locais já se têm manifestado por se verem empurrados para fora das suas cidades.⁴⁴

O geógrafo Álvaro Domingues escreve que a relação entre património e turismo, que à partida se poderia assumir como um “casamento promissor”, tem-se

⁴² Almeida, Elsa. (2014). Reconversão do Património: o Caso das Pousadas de Portugal. Dissertação de Mestrado: Universidade Lusíada de Lisboa, p.67-84.

⁴³ Jokilehto, Jukka. (1998). “International Trends in Historic Preservation: From Ancient Monuments to Living Cultures.” APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology 29, no. 3/4, p.17-19. doi:10.2307/1504606.

⁴⁴ Coldwell, Will. (10 de agosto de 2017). “First Venice and Barcelona: now anti-tourism marches spread across Europe.” The Guardian. <https://www.theguardian.com/travel/2017/aug/10/anti-tourism-marches-spread-across-europe-venice-barcelona>

revelado um “divórcio litigioso,”⁴⁵ Porém, convém lembrar que este “divórcio litigioso” não chegou sem aviso – desde o início do século XXI que a tratadística de património tem vindo a alertar para os perigos do turismo, note-se o que nos transmite a Carta de Cracóvia: “O turismo cultural, apesar dos seus aspetos positivos para a economia local, deve ser considerado como um risco.”⁴⁶ A massificação do turismo, que é o que o torna insustentável, deve-se em grande medida à significativa redução dos custos associados às viagens aéreas e às estadias, que vão assumindo um carácter cada vez mais diversificado. Esta massificação do turismo também tem provocado alterações aos próprios conceitos de turismo e turista, sendo cada vez mais complexa a sua definição e categorização, estando plenos de ambiguidades – tanto existe procura pelos locais comuns e reconhecíveis como pelos locais irreverentes e fora dos roteiros turísticos. Álvaro Domingues afirma mesmo que hoje, o turismo tem mais de negócio e de capitalismo que de atividade cultural, é uma atividade a que cada vez mais se associa um sentimento ilusório de bem-estar e onde o que se consome é uma simulação de identidade.⁴⁷

Este turismo de massas afeta inevitavelmente os espaços urbanos históricos que se vêm transformados em parques temáticos em que a oferta que é dada ao turista é uma certa “cultura light”. Essa cultura light não é mais que uma perversão da autenticidade – é uma autenticidade inversa, moldada nos fundamentos da imagem prévia que o turista já tem dos sítios que visita.⁴⁸ A esta perversão da autenticidade

⁴⁵ Domingues, Álvaro. (2017-2018). “Património e turismo: de um casamento promissor a um divórcio litigioso.” RP – Revista Património, nº5, p.6.

⁴⁶ Conferência Internacional sobre Conservação. (2000). Carta de Cracóvia 2000: Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído. Cracóvia: Bureau Cracóvia 2000.

⁴⁷ Domingues, Álvaro. (2017-2018). “Património e turismo: de um casamento promissor a um divórcio litigioso.” RP – Revista Património, nº5, p.11

⁴⁸ Costa, Alexandre Alves. (2018). “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.148.

podemos chamar aparência.

Conclusão

Quando confrontamos a tratadística e o seu processo de atribuição de autenticidade tão interligado com o sentimento de identidade cultural e os os fenómenos perturbadores que os centros históricos vivem, percebemos que autenticidade é antónimo de aparência. Esta relação de antonímia não se resume à semântica, a relação é antagónica até no processo. Como vimos, a autenticidade é um conceito guarda-chuva que alberga os valores que a vão construindo, ela é o fim dum processo caracterizador que está em constante mutação e reavaliação. Por outro lado, a aparência é o oposto, é um princípio onde se podem ir acrescentando valores, é a imagem pré-concebida e expectável e por essa razão preferencialmente imutável, para que o seu reconhecimento seja fácil.

FACHADISMO E RESTAURO

Uma Relação Anacrónica

Segundo Jonathan Richards, o termo fachadismo emerge no vocabulário da arquitetura e do planeamento urbano com referência a práticas de preservação de fachadas históricas ou até mesmo na criação de réplicas com a construção de edificações novas no interior. O mesmo autor assume que fachadismo é à partida um termo com uma carga pejorativa, uma atitude inerentemente superficial e desvirtuada de verdade e de moralidade duvidosa, mas que, ainda assim responde a premissas de disposição disciplinar - enquadrando-se numa lógica pós-moderna; de disposição urbana – sendo um instrumento de manutenção duma ideia de enquadramento e preservação urbana; e de disposição socioeconómica – por corresponder a uma propensão social de mercantilização da edificação e de satisfação de requisitos atuais.⁴⁹

Por outro lado, o conceito de restauro é antigo, os seus antecedentes remetem-nos à antiguidade clássica, a sua teorização pode dizer-se que se inicia no século XIX com as tendências de restauro estilístico protagonizadas por Viollet-le-Duc. Desde o início da sua teorização que o conceito de restauro tem sido enriquecido pelas linhas teóricas do anti restauro de John Ruskin, já no século XX as correntes teóricas do restauro Filológico, Histórico e Científico conduziram àquelas que são as correntes de pensamento do restauro crítico, defendido pela carta de Veneza e onde foi protagonista Cesare Brandi, cujas teorias são amplamente aceites até aos dias de hoje. Acima, aquando da definição do conceito de restauro, assumimos a definição que Cesare Brandi oferece na sua Teoria do Restauro: que este consistia no processo de procura da unidade potencial da obra de arte.⁵⁰

⁴⁹ Richards, Jonathan. (2015). *Façadism*. London: Routledge, p.23.

⁵⁰ Brandi, Cesare. (2014). *Teoria del Restauro*. Torino: Einaudi, p.49-50.

Tendo em conta as definições acima mencionadas, parece que no âmbito da intervenção arquitetónica em património, as operações de substituição de todo o interior do edifício, com a construção de programas distintos, com a satisfação de novas exigências, mas com a manutenção da fachada exterior como instrumento para a preservação da imagem urbana, é no mínimo incongruente com a definição de restauro de Cesar Brandi. Afinal de contas, as operações de substituição do interior implicam a eliminação de parte significativa do edifício, em vez de se estar a procurar atingir a unidade potencial, essa unidade fica irremediavelmente mutilada.

Apesar de tudo, até poderíamos recorrer às teorizações de Roberto Pane, outro protagonista da tendência de restauro crítico. Na sua obra “O Restauro dos Monumentos”, Pane afirma que: “De certo que também o feio pertence à história, mas não é por isso que lhe devemos dedicar o mesmo cuidado, que dedicamos ao belo, que tem o mérito de ser seu objeto exclusivo”.⁵¹ Apesar de Pane defender uma aproximação crítica ao restauro, será falacioso defender o fachadismo com o mesmo espírito crítico que Pane defende – isto porque o objetivo é completamente distinto, Pane almeja a potencial unidade da obra de arte, o fachadismo por outro lado almeja a otimizações de índole programática ou funcional.

Ainda assim, a convergência do conceito de fachadismo com o de restauro é possível, mas para que aconteça é necessário incorrer em anacronismo. O fachadismo encontra alguns pontos de contacto com o conceito de restauro se entendermos este último à luz das práticas e teorias do chamado restauro estilístico ou do restauro histórico.

⁵¹ «In altre parole, pur rispettando la norma in questione, si tratterà di giudicare se certi elementi abbiano o no carattere di arte, perché, in caso negativo, ciò che maschera o addirittura offende immagini di vera bellezza sarà del tutto legittimo abolirlo e per conseguenza comprometersi con una predilezione ispirata da una vera e propria valutazione critica. Certamente anche il brutto appartiene alla storia, ma non per questo gli dovranno dedicare le stesse cure di cui il bello merita di essere l'oggetto esclusivo.» – todas as traduções são da responsabilidade da autora – Pane, Roberto. (Março-Abril de 1944). “Il restauro dei monumenti.” Aretusa vol. 1, nº 1, p.69-79.



Fig.13. Catedral de Notre-Dame, Paris, projecto de restauro da fachada oeste (1843), © Meisterdrucke, acedido a 26 Março 2023, <https://desplans.com/notre-dame-de-paris/>

Fachadismo e restauro estilístico

O restauro estilístico do século XIX teve como principal protagonista o arquiteto autodidata Eugène Viollet-le-Duc, sendo a sua obra mais notável o restauro da catedral de Notre-Dame de Paris onde, muito notavelmente foi reconstruída a flecha num estilo gótico, e foram ainda removidas as camadas de cal no interior, as capelas foram redecoradas e vários pormenores ornamentais redesenhados, também as estátuas dos Reis franceses foram completamente redesenhadas, novamente na tentativa de replicar um estilo gótico.⁵²

Para além deste contributo prático para a definição duma corrente de pensamento sobre o restauro, Viollet-le-Duc deixou ainda uma definição escrita da sua autoria, no seu oitavo tomo do Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle de 1866, escreve sobre a sua conceção de restauro: “A palavra e a coisa são modernas. Restaurar um edifício, não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas restabelecê-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num dado momento. (...) Dissemos que a palavra e a coisa são modernas e, na verdade, nenhuma civilização, nenhum povo, nos tempos passados, pretendeu fazer restauros como os compreendemos nos dias de hoje.”⁵³

Por incidir sobre uma fachada e por refletir o espírito da tendência de restauro estilístico, é também digna de nota a intervenção na catedral de Santa Maria del Fiore, onde em 1868 Emilio de Fabris venceu o concurso para a conclusão da

⁵² Jokilehto, Jukka. (1999). A History of Architectural Conservation. Oxford: Elsevier Ltd, p.145-147.

⁵³ RESTAURATION, s. f. Le mot et la chose sont modernes. Restaurer un édifice, ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné. (...) Nous avons dit que le mot et la chose sont modernes et en effet au cunc civilisation, aucun peuple, dans les temps écoulés, n'a entrepris des restaurations comme nous les comprenons aujourd'hui» — todas as traduções são da responsabilidade da autora – Viollet-le-Duc, Eugène. (1866). “Restauration” in Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle, tomo 8°. <https://archive.org/details/raisonnedelarchi01viol/page/n6>

fachada, ornamentando-a num estilo gótico toscano.⁵⁴

O fachadismo encontra alguns pontos de contacto com as tendências de restauro estilístico. A maior e mais evidente semelhança entre as duas tendências de intervenção em património está na circunstância destas serem, provavelmente, as teorizações que provocaram maior volume de edificado histórico demolido, um por motivos estilísticos, outro por motivos funcionais. Esta manifestação prática deve-se a um ponto de encontro em ambas as teorizações: ambas as tendências assumem, de forma mais ou menos direta, que o património arquitetónico contém camadas e elementos que são desprezíveis para atingir um determinado fim. Como nas tendências de restauro estilístico eram desprezíveis as adições barrocas para que se pudesse atingir a imagem que “pode nunca ter existido”⁵⁵, no fachadismo entendem-se os espaços interiores como desprezíveis para que se atinja o principal objetivo de manter uma imagem urbana.

Apesar destes pontos de encontro, notamos facilmente que não existe uma coincidência direta entre as duas tendências. Apesar de ambas serem muito redutoras do património arquitetónico e do seu vasto leque de valores associados, a principal diferença entre fachadismo e restauro estilístico está na forma de encarar o edifício, o primeiro foca-se na sua imagem urbana, o segundo foca-se no estilo arquitetónico de construção original.

Fachadismo e restauro histórico

As teorias de restauro histórico nasceram em Itália no início do século XX, guiadas pelas teorizações de Luca Beltrami, arquiteto italiano muito influenciado

⁵⁴ Jokilehto, Jukka. (1999). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Ltd, p.156-167.

⁵⁵ Viollet-le-Duc, Eugène. (1866). “Restauration” in *Dictionnaire raisonné de l’architecture française du XIe au XVIe siècle*, tomo 8º. <https://archive.org/details/raisonnedelarchi01viol/page/n6>



Fig.14. Luca Beltrami (1854-1933) © De Agostini Editorial, acedido a 26 Março 2023



Fig.15. *Campanile di San Marco*, 14 julho 1902 © Hulton Archive, acedido a 27 Março 2023



Fig.16. *Campanile di San Marco*, 5-12 maio 1912 © La Domenica del Corriere, acedido a 27 Março 2023

pela prática do restauro em França onde prevaleciam as tendências de restauro estilístico. A novidade que esta teoria traz assenta na sua defesa dos documentos históricos para justificar a intervenção, indo para além das analogias e das noções abstratas de coerência estilística – ainda assim aceitava reconstruções ou demolições com fundamento em qualquer documento histórico.⁵⁶

A corrente de pensamento de restauro histórico de Beltrami foi explanada sobretudo através de casos práticos, como veremos abaixo. A Beltrami não é possível atribuir uma *Magnus Opus* escrita que descreva em detalhe o seu pensamento, ainda assim, em 1901, na revista literária e artística *Il Marzoco*, Beltrami escreve um artigo onde afirma que a seu ver, para o restauro, “a condição essencial para o bom resultado consistirá sempre em conhecer a história do monumento e daí retirar as indicações do caminho a seguir, dos meios a serem adotados, dos limites a serem respeitados”⁵⁷

A obra mais notável de Beltrami e reflexo da sua teorização foi a reconstrução do Campanile di San Marco em Veneza. Após o colapso do campanile, o município de Veneza optou pela reconstrução do “onde estava e como era”. A responsabilidade recaiu sobre Beltrami, que para além do Campanile reconstruiu também a Loggeta de Sansovino. Coerente com a sua teorização, o arquiteto guiou o processo com base em documentação histórica, reconstruindo a Loggeta com

⁵⁶ Jokilehto, Jukka. (1999). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Ltd, p.205-207.

⁵⁷ «Nel concetto dell'opera di restauro noi dobbiamo sempre intravedere qualcosa di relativo, sia nei rapporti del monumento, sia nei rapporti dell'artefice. Possiamo deplorare restauri disastrosi, tanto per l'insufficienza intellettuale di chi li eseguì, quanto per l'erroneo concetto adottato nel determinare il metodo e l'estensione, ma la condizione essenziale per il buon risultato consistirà sempre nel sapere dallo studio del monumento ritrarre l'indice della via da seguire, dei mezzi da adottare, dei limiti da rispettare.» — todas as traduções são da responsabilidade da autora – Beltrami, Luca. (18 dezembro 1901). “Il restauro dei monumenti e la critica.” *Il Marzoco*. <https://www.vieusseux.it/coppermine/index.php?cat=25>

fragmentos originais, por sua vez o Campanile foi reconstruído em betão armado.⁵⁸

A maior semelhança entre a corrente do fachadismo e a do restauro histórico encontra-se quando analisamos o seu caso prático mais preponderante e que foi apresentado no parágrafo acima. Se na relação com as tendências estilísticas não existia convergência direta na forma de encarar o edifício, agora o fachadismo parece encontrar um ponto de convergência com o restauro histórico do Campanile di San Marco. Os dois casos focam-se de forma flagrante na manutenção de uma imagem urbana, sem preocupação para o cometimento de um certo logro histórico e artístico. Em ambas as tendências, parece que o fim: manter uma imagem urbana, justifica os meios, num caso a demolição de parte significativa do edificado, no outro a reconstrução de uma réplica num material diferente.

As tendências são mais distintas na sua fundamentação. Enquanto Beltrami insistia na documentação histórica, ainda que se permitisse realizar demolições e recomposições, no fachadismo a fundamentação parece ser mais estética e funcional.

59

Conclusão

Tal como vimos, a relação entre fachadismo e restauro não é fácil e faz-se sempre de forma indireta. Na realidade o fachadismo só consegue convergir com alguns pontos de teorias de restauro quando incorremos em anacronismos, recorrendo a teorias de restauro com mais de um século de idade para comparar com uma tendência que surge na segunda metade do século XX e que é diretamente subversiva das teorias de restauro contemporâneas.

⁵⁸ Morosi, Silvia e Rastelli, Paolo. (14 de julho de 2016). "Dov'era e com'era: la ricostruzione del campanile di Venezia." Corriere della Sera. http://pochestorie.corriere.it/2016/07/14/dovera-e-come-ra-la-ricostruzione-del-campanile-di-venezial/?refresh_ce-cp

ENQUADRAMENTO ILUSTRADO

CASA DOS BICOS

Pré-existência

Este exemplar de arquitetura residencial é icónico na cidade de Lisboa, sobretudo pela sua fachada que lhe vale o epíteto de “casa dos bicos”. Estes “bicos” são uma manifestação da moda italiana dos “*palazzi dei diamanti*” do século XV e XVI. Na realidade este tratamento de fachada revestida por pedras talhadas em forma de ponta de diamante foi aplicado de forma icónica no famoso Palazzo dei Diamanti de Ferrara, construído entre 1493 e 1503, e ainda no Palazzo Sansebastiani de Verona, que se presume tenha sido imediatamente posterior.⁵⁹

É sabido que em 1506 o Governador e Vice-Rei da Índia D. Afonso de Albuquerque já possuía os terrenos onde hoje podemos ver a “Casa dos Bicos.” Porém, a obra dessa casa terá sido encomendada pelo seu filho, o escritor Afonso Brás de Albuquerque. Brás de Albuquerque terá ido a Itália em 1521 acompanhando a Infanta D^a Beatriz até Sabóia, ocasião onde terá tido contacto com a moda dos “*palazzi dei diamanti*”. Regressado a Portugal, Brás de Albuquerque terá encomendado então a sua própria “Casa dos Diamantes” ao arquiteto Francisco de Arruda, nos terrenos herdados do pai.⁶⁰

A casa terá passado de geração em geração, tendo chegado a 1755 ainda na posse da família Menezes e Albuquerque. O terramoto que se fez sentir nesse ano em Lisboa terá provocado grandes danos à casa, tendo-lhe destruído a fachada que dava para a Rua Afonso de Albuquerque (que se presume tenha sido a fachada

⁵⁹ Fondazione Ferrara Arte. “Storia.” Palazzo dei Diamanti. <https://www.palazzodiamanti.it/chi-siamo/>

⁶⁰ Silva, João. (1992). “Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos” IPA.00002489, SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2489

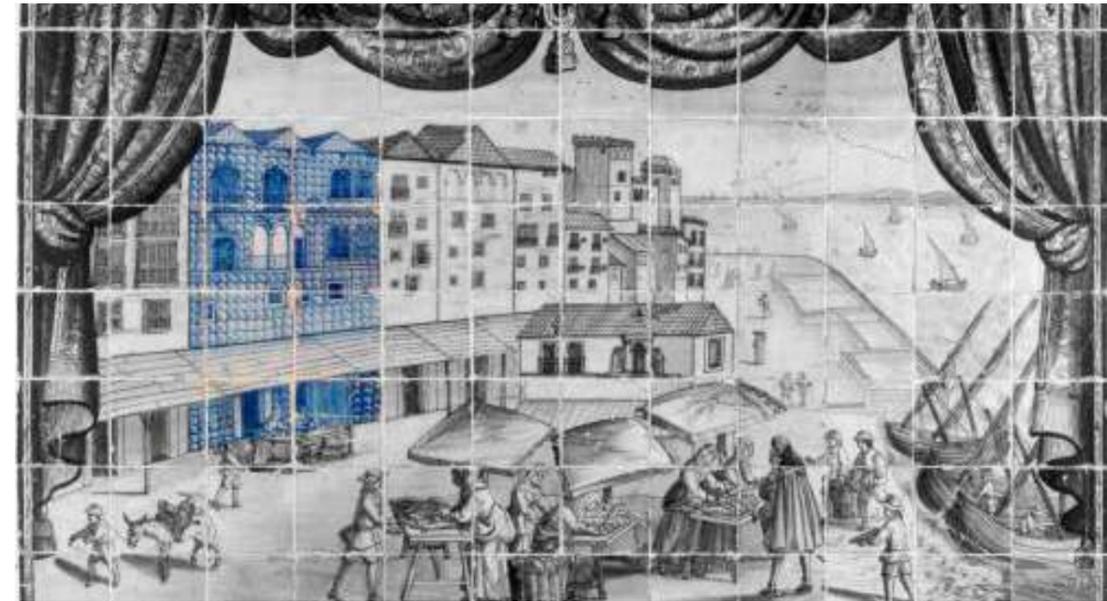


Fig.17. *Mercado da Ribeira Velha*, séc. XVIII, mestre P.M.P. © Museu de Lisboa, acedido a 27 Março 2023



Fig.18. *Casa dos bicos*, fotografia de Artur Pastor, 1955-1970 © Arquivo Municipal de Lisboa, acedido a 27 Março 2023

principal) e dois dos quatro pisos que davam para a atual Rua dos Bacalhoeiros.⁶¹

No século XIX, assiste-se à decadência da família Menezes e Albuquerque, que em 1827, por força de dívidas, deixa que a casa seja vendida em hasta pública ao negociante de bacalhau Caetano Lopes da Silva que já era seu inquilino e que usava a casa como armazém de bacalhau. Em 1838 a casa volta à posse da família que a mandara construir, porém 35 anos depois, e novamente por força de dívidas a casa volta a ficar na posse da família de Caetano Lopes da Silva que continuou a utilizar a casa como armazém de bacalhau.⁶²

Terá sido já em 1955 que a casa foi adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa, sabemos ainda que em 1968 o Município terá encomendado um projeto não executado ao arquiteto Raul Lino para a adaptação da casa a museu, programa que hoje cumpre. Em 1979 a Câmara volta a encomendar esse projeto aos arquitetos José Daniel Santa-Rita Fernandes e Manuel Vicente, cuja obra começou em 1981.

Projeto

Em 1983, aquando da XVII Exposição Europeia de Artes, Ciência e Cultura, a obra da Casa dos Bicos foi concluída de acordo com o projeto dos arquitetos José Daniel e João Santa-Rita, e Manuel Vicente, como veremos nos seguintes parágrafos, os arquitetos tentaram recuperar a volumetria perdida em 1755.

O primeiro estudo de projeto terá sido desenhado pela mão de José Daniel Santa Rita. Este primeiro estudo terá lançado as duas bases fundamentais para a obra que se realizou: um espaço interior que conecta duas ruas com cotas muito

⁶¹ Silva, João. (1992). "Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos" IPA.00002489, SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2489

⁶² Silva, João. (1992). "Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos" IPA.00002489, SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2489

distintas, através de uma escadaria; e dois estudos para a reconstrução dos dois pisos superiores, feitos desaparecer pelo grande terramoto de 1755.⁶³

Sobre este projeto, os seus autores afirmaram que: “O programa instalado na Casa dos Bicos, moderno e público, opõe-se por natureza ao seu histórico uso doméstico, de cuja organização subsistiam vestígios muito vagos. A sua concepção interior exclui, portanto, qualquer pretensão de reconstruir ou de se referir, à escala, ao ambiente residencial, ao traçado original, retendo deste apenas dois aspectos particularmente significativos – a escada (...) e a sua estrutura de três alas longitudinais (...). Na nova organização do edifício nestas três alas, a central é quase na totalidade ocupada pela escadaria, de grande desenvolvimento longitudinal, e pelo acesso aos vários pisos instalados nas duas alas laterais que, configurando as galerias, envolvem o esforço central da escada.(...)”⁶⁴

A fachada para a Rua Afonso de Albuquerque foi projetada como um espelho, uma solução que se pode enquadrar numa certa tendência pós-moderna que tenta procurar duma forma direta e literal a assimilação da intervenção por reflexo da envolvente. Também de linguagem pós-moderna é o desenho do espaço interior configurado após a demolição da compartimentação interior existente.

Para a “recomposição volumétrica”, foram construídos dois novos pisos cuja fachada para a Rua dos Bacalhoeiros é fenestrada por vãos para os quais se carecia de dados precisos. Peça documental importante para a caracterização desta fachada pré-terramoto é o painel de azulejos que se encontra no Museu Madre de Deus em Lisboa. Com base nestes documentos que não permitiam um conhecimento rigoroso do desenho dos vãos antigos, a equipa de projeto decidiu desenhar



Fig.19. *Casa dos bicos*, 2020 © Memórias de Lisboa, acedido a 27 Março 2023

⁶³ Ribeiro, Ana Isabel e Canelas, Alexandra. (2010). José D. Santa-Rita, Arquitecto: obra, marcas e identidade[s] de um percurso. Almada: Casa da Cerca, p.30

⁶⁴ Santa-Rita, José D. e Vicente, Manuel. (1983). “Casa dos Bicos.” Revista Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento, nº 151, p.70-72.



Fig.20. *Casa dos bicos*, fachada tardoz © fotografia da autora, captada a 27 Abril 2023

os novos “através de um desenho moderno e evocativo”.⁶⁵

Os materiais adotados para esta intervenção são muito distintos dos materiais disponíveis aquando da construção da casa no século XVI. Notemos que as janelas do 3º e 4º pisos têm molduras em alumínio anodizado, e que o revestimento de fachada em ponta de diamante foi feito em betão.⁶⁶

Reação ao Projeto

Logo à data da sua construção, este foi um projeto alvo de alguma atenção e de grande controvérsia. No ano de conclusão da sua obra, José Manuel Fernandes chega mesmo a classificá-la como “travesti”.⁶⁷

Na realidade, esta intervenção que é radicalmente pós-moderna parece ser desenvolvida ao arpejo da tratadística de restauro simbolizada pelos princípios fundacionais da Carta de Veneza, princípios como o da distinguibilidade, da reversibilidade e da adaptabilidade.⁶⁸

A crítica mais forte a este projeto talvez tenha sido a de Paulo Varela Gomes que escreveu que “o projecto só foi avante graças à persistência e ao lobbying dos autores. Na verdade, ninguém mais gostou verdadeiramente da solução. A chamada opinião pública aceitou-a por puro medo de ser chamada provinciana e porque as questões de património ainda não se tinham tornado o campo de batalha de

⁶⁵ Pereira, Paulo. (1997). “O Património como Problema e como Ideologia”. *Intervenções no Património*, p. 19.

⁶⁶ Silva, João. (1992). “Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos” IPA.00002489, SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2489

⁶⁷ Fernandes, José Manuel. (29 novembro a 5 dezembro 1983) “A Casa dos Bicos ‘Travesti’”, *Jornal de Letras*, nº73, p. 27.

⁶⁸ Carta de Veneza. (1964). *Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*. Veneza: s.n.

receios e excomunhões que viriam a ser nos anos seguintes. A comunidade arquitectónica teve que engolir porque ninguém já tinha certezas e ninguém foi capaz (ou quis) argumentar contra o voluntarismo de Manuel Vicente.”⁶⁹

Pertinência

Apesar de não ser uma manifestação direta do fenómeno de “fachadismo”, este caso prático oferece um lugar de destaque à fachada, enquanto reconstrói o interior com um desenho que satisfaz a vontade do projeto. Neste projeto, a fachada assume um papel de elemento carregado de uma simbologia que remete para referências históricas. A relevância deste projeto para a presente dissertação assenta no facto de este ser um exemplar de um certo entendimento da fachada como elemento autónomo na construção, um elemento que não é simbiótico com o interior – este entendimento parece ter encontrado alguma razão de ser nas manifestações mais pós-modernas (como é o caso do projeto em questão). Este entendimento autónomo da fachada parece abrir as portas às tendências de fachadismo no seu sentido mais literal que vamos abordar com o seguinte caso prático.

⁶⁹ Gomes, Paulo Varela. (1995). “Arquitectura, os Últimos Vinte e Cinco Anos”. Paulo Pereira (dir.). História da Arte Portuguesa. III Volume, Lisboa: Círculo de Leitores, p.571.

ILLUSTRAÇÃO PORTUGUEZA SERIE II

O passado, presente e futuro revelado pela mais celebre chiromante e phisyonomista da Europa

Madame BROUILLARD



Diz o passado e o presente e prediz o futuro, com veracidade e rapidez: é incomparavel em vaticinios. Pelo estudo que fez das sciencias, chromancias, chronologia e phisyonomia e pelas applicações praticas das theorias de Gall, Lavater, Desbarrolles, Lambruze, d'Arpenigney, Madame Brouillard tem percorrido as principaes cidades da Europa e America, onde foi admirada pelos numerosos clientes da mais alta cathedra, a quem predisse a queda do Imperio e todos os acontecimentos que se lhe seguiram. Fala portuguez, francez, inglez, allemão, italiano e hespanhol.

Dá consultas diarias das 9 da manhã ás 11 da noite em seu gabinete:
43, RUA DO CARMO, sobre-loja—LISBOA
 Consultas a 1.000 rs., 2.500 rs. e 5.000 rs.

Discos Simplex

de double face, os melhores pela sua nitidez e duração contendo o mais VARIADO E MODERNO REPORTORIO em musica e canto dos melhores auctores NACIONAES E EXTRANGEIROS. Marca registrada, propriedade exclusiva de J. Castello Branco.

Preços excepçionaes e grandes descontos para a venda no Brazil e colonias portuguezas. Grande deposito de discos e machinas fallantes. **PEDIR J. Castello Branco** CATALOGOS a

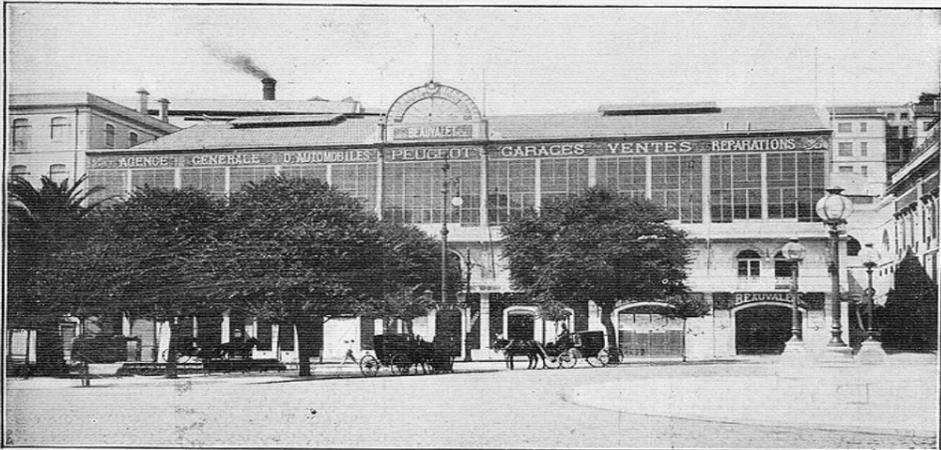
Rua de Santo Antão, 32, 34 e 82 — LISBOA

LOCAO DEQUEANT

CABELLO BARBA PESTANAS SOBRANCELHAS

Unico producto scientifico apresentado na Academia de Medicina de Paris contra o microbio da Calvicie e todas as affecções do couro cabeludo. **L. DEQUEANT, Pharmaceutico, 38, Rue Clichoncourt, Paris** Em LISBOA, 19, Rua de Arco a Jesus, a quem devees dirigir para todas as informaçoes gratis. A VENDA EM TODAS AS BOAS CASAS DO PORTUGAL.

A mais importante casa de AUTOMOVEIS em Portugal



ALBERT BEAUVALET & C.^a Representante de PEUGEOT A MAIS AFAMADA MARCA DE AUTOMOVEIS
PRAÇA DOS RESTAURADORES, LISBOA

Novo diamante americano

A mais perfeita imitação até hoje conhecida. A unica que sem luz artificial brilha como se fosse verdadeiro diamante. Anéis e alfinetes a 500 réis, broches a 800 réis, brincos a 1\$000 réis o par. Lindos collares de perolas a 1\$000 réis. Todas estas joias são em prata ou ouro de lei. *Não confundir a nossa casa.* RUA DE SANTA JUSTA, 60 (junto ao elevador) — LISBOA.

L'Epil'vite

CREMA EPILATORIA
 pronta a ser empregada. Resultado garantido. Agradao e perfume. Dissolve instantaneamente as pennugens desengraçadas, a barba, os pelos os mais duros do rosto e do corpo. — Não produz borbulhas, não irrita a pelle a mais delicada.

M. A. GRAZIANI, Pharm. de 1ª classe, 63, Rue Rambuteau, Paris.
 Agentes depot Portugal: CURIEL & DELIGANT, 19, R. do Arco a Jesus, Lisboa.

Agente em Paris:—Camille Lipman, 26, Rue Vignon

CINETEATRO ÉDEN

Pré-existência

O Cineteatro Éden está implantado em Lisboa na Praça dos Restauradores.

O Engenheiro Francês Albert Beauvalet em 1902 arrendou este edifício, conhecido como as antigas cocheiras do Palácio da Foz, com uma célebre infraestrutura de ferro e vidro, tendo sido o cenário do Grande Museu Universal Artístico Histórico e Olepático ou da Grandiosa Galeria Universal Parisiense, sendo trespassado para Agence Général d'automobiles, mais propriamente conhecida como Garage Beauvalet. Este espaço comercial denominado como Albert Beauvalet & C^o destinou-se à venda e reparação de automóveis importados, resultando como um dos principais representantes da marca Peugeot em Portugal, inaugurou em 1906 comparecendo o notável rei D.Carlos e o fundador da marca, Armand Peugeot.⁷⁰

No ano de 1909, foi prescindida esta função de venda e reparação de automóveis adaptando-se este espaço para Recreios Music-Hall, tendo como finalidade espetáculos e divertimento, um teatro de variedades, coordenado pelo empresário do Real Coliseu de Lisboa António dos Santos Júnior.⁷¹

Ao longo destes anos este edifício sofreu com mais variados arrendatários que teve, modificações dos diferentes usos e propósitos, desde oficina, comércio a espetáculos, como de obras realizadas de adaptação a essas mesmas funções. José Rodrigues de Sucena em 1913, apelou a Luís Galhardo, dramaturgo e empresário teatral, juntamente com Augusto Pina, decorador, que colaborassem junto do arquiteto Guilherme Edmundo Gomes para conceber uma sala de espetáculos

⁷⁰ Lisboa, Sociedade de Geografia de. (1998). Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa. [S.l.: s.n.].

⁷¹ Silva, João. (1992). Teatro Éden. IPA.00006228. S.l.: SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228

Fig.21. Artigo da revista *Ilustração Portuguesa*, nº101, 27 janeiro 2023[©] <https://ilustracaoportuguesa.wordpress.com/2015/07/22/illustacao-portugueza-no-101-janeiro-27-1908-33/>, acedido a 29 março 2023, modificado pela atuora

majestosa, ampla e deslumbrante que se destacasse do Teatro de Variedades que era localizado no Parque Mayer, apelidando esta obra de Éden Teatro.⁷²

O Éden Teatro foi inaugurado a 25 de setembro de 1914 apresentando capacidade de dois mil espectadores, contendo sala de espetáculos no primeiro andar, incluindo plateia e balcão, terraço, café-concerto, restaurante e diversos salões para diferentes eventos em simultâneo. No piso térreo, comunicante com a Praça de Restauradores, encontravam-se espaços de comércio e lojas. O Éden Teatro teve uma presença imponente na vivência dos Lisboetas, tornando-se majestoso nos seus diferentes sucessos sendo eles tanto musicais, como teatrais e revistas nas suas estreias cinematográficas. Infelizmente, este espaço de espetáculos viu-se forçado a encerrar por vistoria realizada em 1928 pela Inspeção Geral dos Teatros. A justificação para o seu encerramento envolveu a deteção de anomalias de diferentes qualidades, o que era considerado um grau elevado de risco de perigosidade se continuasse em funcionamento.⁷³

67

Cassiano Branco foi convocado em 1929 para resolver as questões de segurança impostas e redesenhar o Éden Teatro. Estas alterações consistiam na aplicação de betão nos pavimentos do primeiro e segundo piso, no redesenho da fachada e na localização da entrada o que provocava um certo conflito na leitura geral do edificado. O 2º Conde de Sucena iniciou a reconstrução de um teatro para substituir o Éden-Teatro e foram feitas três diferentes propostas, sendo este demolido no ano 1930. O projeto inicial de Cassiano Branco foi terminado pelo arquiteto Carlos Dias devido aos desacordos e diferentes pontos de vista entre o arquiteto Cassiano Branco e os proprietários, tendo este apresentado três diferentes propostas de fa-

⁷² Leal, João. (21 de janeiro de 2019). *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e identidade nacional*. Lisboa: Etnográfica Press.

⁷³ Silva, Susana Constantino Peixoto da. (13 de outubro de 2015). *Arquitectura de Cineteatros: Evolução e Registo [1927 1959] equipamento de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*. Coimbra: Edições Almedina SA.

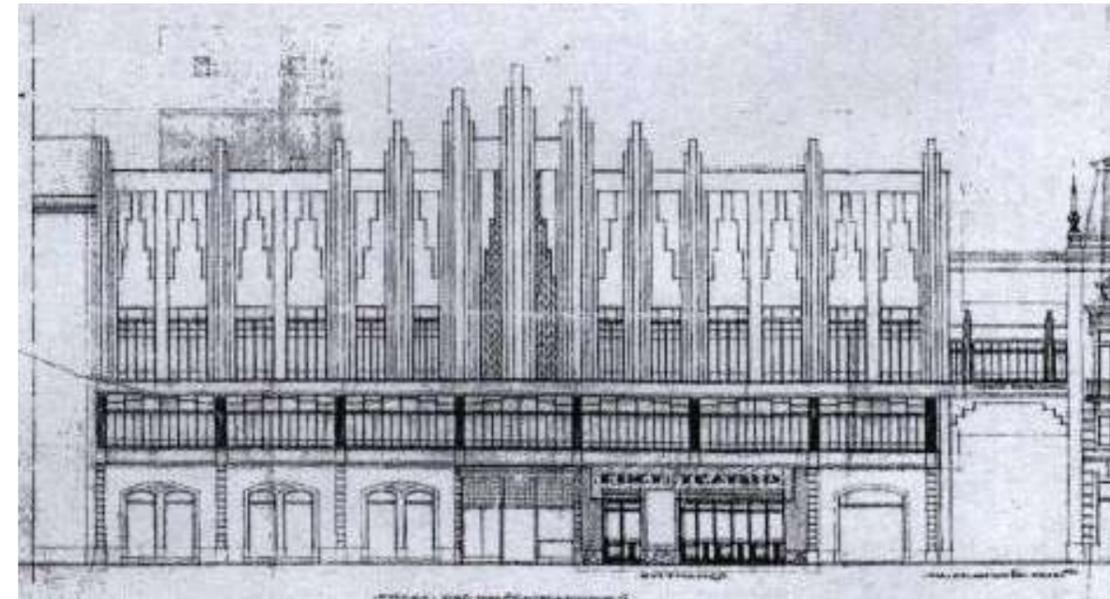


Fig.22. *Primeira proposta do arquitecto Cassiano Branco, 21 março 1930* © http://www.geocities.ws/bruno_guiomar/E_C.htm, acedido a 29 março 2023



Fig.23. *Segunda proposta do arquitecto Cassiano Branco, 1930* © https://pt.wikipedia.org/wiki/Cineteatro_%C3%89den#/media/Ficheiro:Eden_2_Proposta_1930_Cassiano_Branco.jpg, acedido a 29 março 2023



Fig.24. Construção do Cineteatro Éden, 24 janeiro 1936 © Arquivo do Jornal O Século, acedido a 29 março 2023

chada, mas a escolhida definitivamente não é assinada pelo mesmo, desvinculando-se do processo, dando continuação e entregue na Câmara Municipal de Lisboa em 1933 pelo arquiteto Carlos Dias que o assinou.⁷⁴

Este desenho final do projeto do Cineteatro Éden, conteve influências das anteriores propostas de Cassiano Branco em diferentes apontamentos, nunca desprendendo essa relação, o edifício contém no piso térreo os espaços comerciais, a escala era a tencionada, na fachada o corpo de janelas estavam a supra do piso da entrada, contendo ainda a memória dos cilindros de luz que compunham a fachada desenhada pelo arquiteto Cassiano Branco.⁷⁵

Durante a sua construção, este projeto sofreu imensas alterações no projeto, completando a obra e sendo inaugurado no ano de 1937. Nos anos 90 o Arquiteto Frederico Valsassina foi o responsável pela sua remodelação.⁷⁶

A fachada deste edifício relacionava-se através do seu desenho interior, no caso de a fachada norte desenvolver dois cilindros nos extremos, onde trabalhavam as escadas, existindo no mesmo espaço elevadores com acessos a todos os pisos. Os extremos da fachada da Praça dos Restauradores e no fundo da passagem da Rua do Anuário Comercial estavam presentes as entradas de serviço.⁷⁷

A fachada lateral de acentuada verticalidade e linhas modernistas continha a materialidade da pedra com o tratamento despojado sem qualquer tipo de ornamentação. Em 1934, durante a construção da fachada, foram encomendadas ao escultor Leopoldo de Almeida a adição de dois elementos: Dez baixos-relevos

⁷⁴ Silva, João. (1992). Teatro Éden. IPA.00006228. S.I.: SIPA http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228

⁷⁵ Pinto, P.T. (2015). Cassiano Branco (1897-1970). Casal de Cambra: Caleidoscópio, p.119.

⁷⁶ Silva, João. (1992). Teatro Éden. IPA.00006228. S.I.: SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228

⁷⁷ Pinto, P.T. (2015). Cassiano Branco (1897-1970). Casal de Cambra: Caleidoscópio, p.119.

como inspiração Bourdelliana para um friso da fachada e uma chapa em ferro no topo como intenções publicitárias, sendo inaugurado a 1 de Abril de 1937.

Durante os anos 80, é sentido neste cineteatro uma decadência com a consequência que a noite lisboeta o sobrecarregou, desde violência na sua entrada, abusos de substâncias ilícitas, crime e prostituição, realizando-se em 31 de Janeiro de 1989 a ultima sessão de cinema do Cineteatro Éden.⁷⁸

Projeto

Em 1995, o arquiteto Frederico Valsassina e George Pancreach foram convidados a colaborar em obras de requalificação e alteração no espaço deste Cineteatro Éden para os seus pisos superiores serem transformados em hotel, sendo praticamente todo o seu miolo alterado, permanecendo a fachada, completamente intacta.⁷⁹

Contudo, este edifício sobreviveu a alterações, demolições e adaptações ao longo de todos estes anos. Hoje, o que nos resta deste Cineteatro Éden é unicamente a sua fachada, Na qual se optou, apenas, na sua manutenção, a fachada foi assumida como um elemento simbólico, sendo-lhe atribuída toda a carga de memória e identidade que os lisboetas colocavam no edifício. A fachada é tratada como cenário e é a resposta de como este edifício se relaciona com o seu passado e presente.

Reação ao Projeto

Por incidir sobre um edifício icónico, este projeto foi alvo de alguma atenção,

⁷⁸ Vilela, Joana e Fernandes, Pedro. (2016). Lisboa, anos 80. Alfragide: D. Quixote

⁷⁹ Silva, João. (1992). Teatro Éden. IPA.00006228. S.I.: SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228



Fig.25. *Cineteatro Éden*® Memórias de Lisboa, acedido a 27 Março 2023

tendo surgido algumas reações e gerado alguma controvérsia, tal como a reação da arquiteta e editora Paula Melâneo que cita: “Relembremos aqui o mediatizado crime cometido no Cineteatro Éden em Lisboa, durante os anos 1990, em que, do seu interior, apenas se manteve a escadaria e onde a fachada, projetada por Cassiano Branco e adaptada por Carlos Dias, foi alvo de uma intervenção pós-modernista, sendo perfurada e teatralizada na construção de um apart-hotel, obra de Frederico Valsassina e George Pencreach;”⁸⁰

⁸⁰ Melâneo, Paula. (Maio de 2018). “O Fachadismo da Reabilitação” *Jornal Architectos* nº255-256

SALÃO CENTRAL EBORENSE

Pré-existência

A origem deste espaço cultural na cidade de Évora remonta a 23 de setembro de 1916, data em que o Salão Central Eborense inicia atividade como animatógrafo no espaço de um barracão anexo ao antigo Hotel Eborense.⁸¹

Após uns primeiros anos de sucesso, em 1922 iniciam-se obras de remodelação no espaço, adaptando-se o edifício para receber companhias e artistas para além das sessões de cinema – nestas obras foram construídos camarotes, um palco em madeira, foram reorganizadas as entradas e aumentou-se a capacidade da sala para 750 lugares. Este projeto terá sido da autoria de José Oreiro Teixeira – é a este arquiteto que se deve a conversão do antigo cinematógrafo em cineteatro, uma vez que após o seu projeto, para além das sessões de cinema, o espaço passou a ter instalações para a prática de teatro. Foi neste espaço que em 1931 se estreou o cinema sonoro em Évora, porém em 1934 o espaço viu-se forçado a encerrar por não ter passado em vistoria.⁸²

Nove anos após o encerramento, o edifício volta a funcionar como cinema, enquanto isso, o arquitecto Francisco Keil do Amaral desenvolveu o projeto que foi aprovado pela Câmara Municipal em Dezembro de 1944. O renovado Salão Central Eborense foi inaugurado em Novembro de 1945, tendo funcionado até 1988, data em que encerrou ao público. O projeto de Keil do Amaral rompeu radicalmente com o desenho da construção pré-existente, tanto no exterior como no interior – onde inverteu a posição da tela e definiu a compartimentação interior. Foi este arquiteto

⁸¹ Mantas, Helena e Gama, Marta. (2002). “Salão Central Eborense” IPA.00009562. S.I.: SIPA. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9562

⁸² Malhado, Patrícia. (2021). “Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva.” dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.74.



Fig.26. Alçado sul, destaque para novos elementos tais como a torre e os vãos do Salão Central - Intervenção pelo arquitecto Keil Do Amaral © Estúdio Mário Novais, acedido a 30 Março 2023



Fig.27. Alçado curvo que articula as ruas- Rua de Valdevinos e para o Pátio do Salema © <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/06/salao-central-eborense.html>, acedido a 30 Março 2023



Fig.28. *Salão Central Eborense antes do início da obra do projecto de intervenção do atelier* © José Vicente, acedido a 30 Março 2023

que configurou a fachada que se preservou até aos dias de hoje.⁸³

Já em 1996, o espaço foi adquirido pela Câmara Municipal de Évora. O município ponderou, em projetos não executados de 1997 e de 2000 a utilização do espaço para albergar algumas atividades culturais.⁸⁴

Entre 1988 e 2020 o edifício esteve remetido a um certo abandono, tendo sido alvo de escavações arqueológicas. Foi em 2020 que se iniciaram as obras de acordo com o projeto da autoria do Atelier Mob.

Projeto

O projeto de 2017 da autoria do Atelier Mob surge por iniciativa da Câmara Municipal de Évora no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – mais tarde, este torna-se um projeto âncora para a candidatura da cidade de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027.⁸⁵

Em termos práticos, o projeto consistiu na total remodelação dos espaços interiores com uma intervenção muito menor nas fachadas projetadas por Keil do Amaral, entendendo-se a fachada como um elemento autónomo. Inverteu-se a orientação da sala principal e equipou-se a sala com uma bancada retráctil e moldável.⁸⁶

⁸³ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.91-95.

⁸⁴ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.74.

⁸⁵ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.158.

⁸⁶ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva."

O programa preliminar foi fornecido pelo próprio município, dele constavam dois pontos fundamentais: a alteração da entrada principal da rua de Valdevinos para o Pátio do Salema (espaço urbano que deveria ser entendido como um agregador de cultura) e a conceção de uma sala de espetáculos polivalente, que permitisse versatilidade e adaptação às práticas artísticas e performativas contemporâneas.⁸⁷

Como vimos, o edifício foi pensado como um espaço cultural capaz de albergar uma grande diversidade de atividades. Em termos práticos, esta intenção refletiu-se na demolição integral das paredes interiores para a conceção de uma sala principal polivalente, do estilo Blackbox. Para além deste espaço polivalente, que é o que ocupa maior área do edificado, foi concebida ainda uma sala estúdio, assim como um bar de interior exterior, fazendo uso do terraço do edifício.⁸⁸

Para as fachadas, único elemento preservado, a proposta motivou algumas alterações aos materiais e aos desenhos das caixilharias e a reconfiguração de alguns vãos e até mesmo abertura de dois vãos novos. Estas alterações são sentidas sobretudo na fachada que confronta com o Pátio do Salema, tendo em conta o novo carácter que se pretendia dar a este espaço da cidade.⁸⁹

73

Reação ao Projeto

O Salão Central Eborense é um edifício imponente e histórico que marca os

dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.158.

⁸⁷ Mob, Atelier. (17 de abril de 2017). "Salão Central Eborense." <https://www.ateliermob.com/post/salao-central-eborense>

⁸⁸ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.158.

⁸⁹ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.158.

Eborenses, embora até ao momento se encontre desativado, mas a sua presença é entendida com afinidade e memória de todos os eborenses.

Este edifício atualmente foi alvo de uma demolição e reconstrução profunda de todo o seu miolo - o seu interior, preservando as paredes portantes, o seu cenário - a fachada. Em relação a este projecto, a câmara municipal de Évora publicou na sua plataforma online: "O antigo Salão Central Eborense beneficiou de uma remodelação profunda, mas com a preocupação de preservar a imagem exterior e a estrutura original."⁹⁰

A publicação feita pela Câmara Municipal de Évora, que resume a obra realizada, apresenta algumas reminiscências do conceito de fachadismo, sobretudo na manifesta "preocupação de preservar a imagem exterior". Estas reminiscências são comprovadas pelo resultado da intervenção arquitectónica, que se pode assumir como uma ilustração do conceito de fachadismo. Alguns eborenses podem entender esta obra como benéfica, pela preservação da imagem exterior tão característica deste edifício; outros poderão entendê-la como danosa pelas alterações provocadas no interior, sobretudo aqueles que têm memórias de fruir do espaço.

Em relação a este projeto, na sua dissertação sobre este edifício, Patrícia Malhado afirma que: "Se assemelha em parte ao conceito de Fachadismo, onde todo o interior foi eliminado à exceção da consolidação das paredes portantes".⁹¹

⁹⁰ Câmara Municipal de Évora [CME]. (publicado em 19 de outubro de 2021, atualizado em 27 de outubro de 2021). "O edifício do antigo Salão Central Eborense está reconstruído". <https://www.cm-evora.pt/o-edificio-do-antigo-salao-central-eborense-esta-reconstruido/>

⁹¹ Malhado, Patrícia. (2021). "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.158.

Pertinência

Como vimos anteriormente, a conceção deste projeto passa por um processo metodológico de considerar a fachada e o espaço interior como elementos autónomos, atribuindo-se maior valor estético e histórico à fachada, em detrimento dos espaços interiores que se viram completamente reestruturados. Este projeto assume a pré-existência como uma grande caixa onde se constroem paredes e lajes e onde se alteram cotas de pavimentos para satisfazer de forma direta as premissas. Por todos estes motivos, este projeto torna-se uma ilustração do conceito de fachadismo, tal como abordado na presente dissertação.



Fig.29. Salão Central Eborense durante a obra do projecto de intervenção do atelier © José Vicente, acedido a 30 Março 2023

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

76

Neste segundo capítulo iremos contextualizar a presente dissertação temporalmente, subdividindo em dois pontos notáveis: Lisboa depois do terramoto de 1755 e Lisboa depois da reconstrução.

O primeiro sub-capítulo - Lisboa depois do terramoto de 1755, visa ao entendimento do nosso conhecimento na descrição dos diferentes planos propostos, no seu planeamento, no plano adoptado e nas técnicas contrutivas.

O segundo sub-capítulo - Lisboa depois da reconstrução, refere o incêndio no Chiado e a reconstrução com o projecto do arquitecto Álvaro Siza Vieira, o processo de classificação e o fecho de casas históricas.

Concluimos assim, este capítulo realça também, a reflexão e o estudo da causa de não ser classificada a Baixa e Chiado como Património da Unesco.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA RUA AUGUSTA NO CONTEXTO DA BAIXA POMBALINA

NO SÉCULO XVIII

Lisboa, no início do séc. XVIII, sofreu uma enorme transformação, nunca antes vista até à atualidade. A Baixa estava confinada entre o Rossio e o Terreiro do Paço, era definida pelas suas ruas estreitas, irregulares e edifícios de quatro a seis pisos totalmente habitados.¹

O Rossio “era um vasto recinto irregular, de forma aproximadamente paralelogrâmica; do lado norte erguia-se o Paço Inquisitorial, do nascente o vasto edifício do convento de São Domingos, e o magnífico Hospital de Todos os Santos.”² O Terreiro do Paço, suportava um reconhecimento notável ao ser o espaço mais privilegiado de toda a cidade onde se implantava a residência real, concentrando todo o poder administrativo e religioso. A grande maioria da nobreza habitava nesta área, assim como muito clero, já que nesta zona se encontravam implantados alguns dos maiores conventos do país. Para além de tudo suprarreferido, é imprescindível destacar o ponto relevante que esta zona era para o comércio, fosse nacional como internacional.

Ocorreu um terramoto fatídico entre as nove horas e trinta minutos e as nove horas e quarenta minutos da manhã do dia 1 de Novembro de 1755. Esse dia é celebrado religiosamente em Portugal como o dia de Todos os Santos, o este terramoto fez-se sentir cerca de duas horas e meia, com epicentro no mar entre 150 a 500 quilómetros a sudoeste de Lisboa, a magnitude poderá ter sido 9 na escala

¹ Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). “Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade.” dissertação de Mestrado em Antropologia: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

² Castilho, Júlio de. (1937). Lisboa Antiga: Bairros Orientais, 2ª Edição, Volume X. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., p.85.



Fig.30. *Lisboa antes do terramoto - Detalhe da gravura de Franz Hogenberg & Georg Braun, 1572*© Civitates Orbis Terrarum, acedido a 31 Março 2023



Fig.31. *Pormenor de retrato de D. José I, Miguel António do Amaral, 1773* © <https://tinyurl.com/4n3u3add>, acedido a 31 Março 2023



Fig.32. *Retrato do Marquês de Pombal, Claude Joseph Vernet, 1766* © <https://tinyurl.com/34sjxzvr>, acedido a 31 Março 2023

de Richter.³

A Baixa Pombalina sofreu vários abalos que causaram desmoronamentos, deste modo quarteirões inteiros desmembraram-se. Poucos minutos depois, ocorreu um *tsunami* que fez submergir todo o Terreiro do Paço, arrastando consigo os escombros da frente ribeirinha. Os incêndios alastraram-se devastando o pouco que restou, tendo uma duração de cinco a seis dias a destruir palácios e igrejas, consumindo os armazéns da casa da Índia e aproximando-se do Paiol de pólvora do Castelo de S. Jorge, sendo o Palácio do Marquês de Louriçal e a Igreja de S. Domingos os primeiros a arder.⁴

A família Real Portuguesa - o Rei D. José I e a corte, encontravam-se em Santa Maria de Belém no momento que todo este desastre ocorria, enquanto a capital era reduzida a pó e a fragmentos. Lisboa, destacada como uma das cidades de maior prestígio, influência e rica aos olhos do Ocidente, estava desaparecida no caos e na inação do rei.⁵

Ao futuro Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi confiado pelo Rei D. José, a reedificação de uma nova cidade no mesmo local onde outrora existiu uma cidade que ficou devastada pelo caos sísmico. Marquês de Pombal, deu entrada com a primeira decisão tomada – Um Decreto para impossibilitar a saída da população da cidade. Esta população habitou longos anos em acampamentos em praças e terrenos de antigos conventos, e foram construídas barracas em madeira para a nobreza mais abastada.⁶

³ Belo, André. (2004). "Between History and Periodicity: Printed and Hand-Written News in 18th-Century Portugal". University of Lille 3.

⁴ Cartulário Pombalino, arquivo municipal de Lisboa - Arquivo Histórico, PT/AMLSB/CMLSB/BAH/PURB/007, datas de produção 1758-1846. Dimensão: 71 pt. (2,60 m.l.) Suporte: Papel.

⁵ França, (1987). José Augusto. Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Venda Nova: Bertrand Editora, p.67.

⁶ França, (1987). José Augusto. Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Venda Nova: Bertrand Editora,

O Engenheiro militar Manuel da Maia, no ano de 1755 tinha como profissão guarda-mor da Torre do Tombo e engenheiro-mor do reino, no momento que todo o terramoto se deu, a sua maior inquietude foi proteger todos os documentos que continham registada a história do reino, sendo essa ação de resgate que salvaguardou os mais importantes testemunhos da história portuguesa. O Marquês de Pombal recorreu ao Engenheiro-mor Manuel da Maia de modo a colaborar na reconstrução e redefinir a nova cidade que ali crescia.⁷

O Engenheiro-mor Manuel da Maia como coordenador, organizou três grupos de engenheiros que elaboraram cinco propostas de como erguer e reconstruir a cidade. Estas propostas, referiam-se a fins totalmente distintos: em manter a arquitetura da antiga cidade desenhando apenas edifícios de dois pisos e ruas mais espaçosas, a outra opção seria construir uma cidade nova em Belém, e por fim, a construção de um novo espírito do lugar, de uma nova cidade projetada neste novo plano. Esta última opção foi a escolhida, a que melhor se enquadrava em todo este pensamento político iluminado, o autor dela foi o Capitão Eugénio dos Santos, tornando-se dos um dos principais obreiros na reedificação, em colaboração com o diretor de obras engenheiro-mor Manuel da Maia e com o engenheiro húngaro Carlos Mardel.

Criada pelo Marquês de Pombal e chefiada por Eugénio dos Santos, e sucessivamente por Carlos Mardel, Reinaldo Manuel dos Santos e Manuel Caetano de Sousa, a Casa do Risco das Reais Obras Públicas, foi um gabinete técnico constituído por uma equipa de arquitetos, engenheiros e urbanistas para a reconstrução da nova cidade. É obrigatório denotar-se que estes foram os nomes que se destacaram ao longo deste processo de criação da nova cidade, mas não nos devemos esquecer que não foi um projeto individual, mas sim, concretizado por

p.71.

⁷ Saraiva, José Hermano. (2004). "A alma e a gente- Manuel da Maia, o Terramoto e Torre." Programa televisivo, RTP - Videofono.



Fig.33. *Retrato de Manuel da Maia, séc. XVIII*
© <https://tinyurl.com/2vt4zp26>, acedido a 31 Março 2023



Fig.34. *Retrato de Carlos Mardel, Claude Joseph Vernet, 1760*
© <https://tinyurl.com/49kezr8u>, acedido a 31 Março 2023

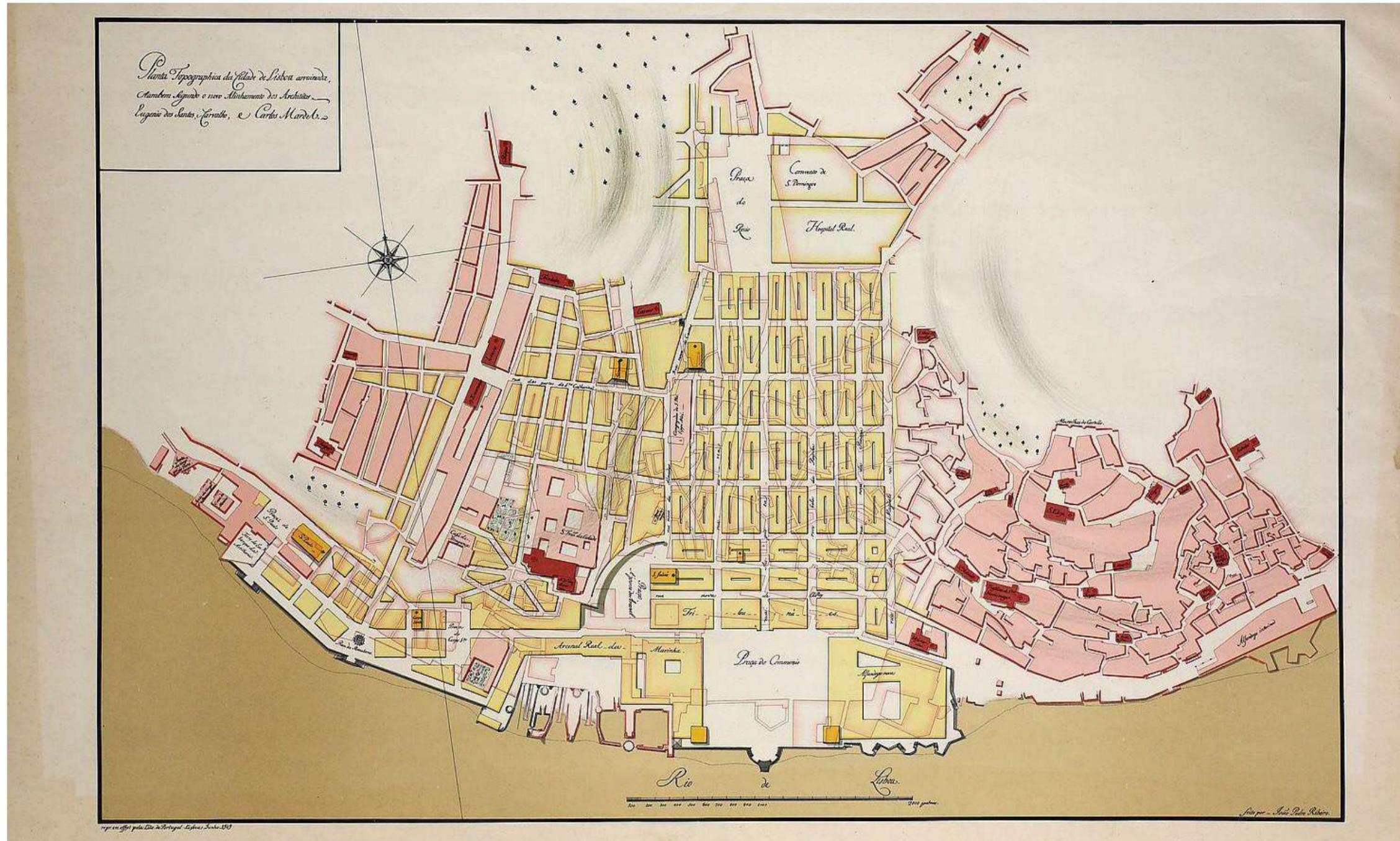


Fig.35. Planta topográfica da cidade de Lisboa, 1949, arquitecto Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel © <https://tinyurl.com/5hwtccdj>, acedido a 31 Março 2023

equipas de muitos técnicos cujos os nomes nunca foram referenciados.⁸

O PLANO

A proposta escolhida representava uma rutura imposta na herança construtiva da cidade, destruindo todas as suas pré-existências, tendo uma malha geométrica, proporcionalidade entre quarteirões e simetrias rígidas face ao desenho das edificações, desenhando o quarteirão como uma composição volumétrica, espacial e estética, onde a fachada é representada como elemento contínuo que encobre todo o edifício que trabalha na sua parte de trás, nunca desvendando o número de elementos modulares que a compõe. Enquadram-se também as questões desenvolvidas pelo Eng. Manuel da Maia relativas à segurança dos edifícios, a denominada Gaiola Pombalina, sistema antissísmico em madeira, adequam-se ainda o escoamento de águas e circulação.⁹

81

O projeto de reconstrução continha fachadas-tipo, concebidas para os mais distintos espaços públicos, sendo estas fachadas caracterizadas de maneira a transmitir essa hierarquização. Estas hierarquizações das ruas distinguiram-se em três tipos que correspondiam a um padrão de fachada: ruas principais, as travessas e as ruas secundárias, nesta ordem era definida a largura a corresponder à sua categoria, que podia ser de sessenta, quarenta ou trinta palmos. Nas ruas principais era empregue o tipo A - cantarias recortadas nas portas e janelas, simulando consolas nas ombreiras, com o primeiro andar separado dos restantes por uma faixa e sacadas em pedra, guardas de ferro que se relacionavam através de um friso separavam o primeiro andar. O tipo B - representado com cantarias não recor-

⁸ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

⁹ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

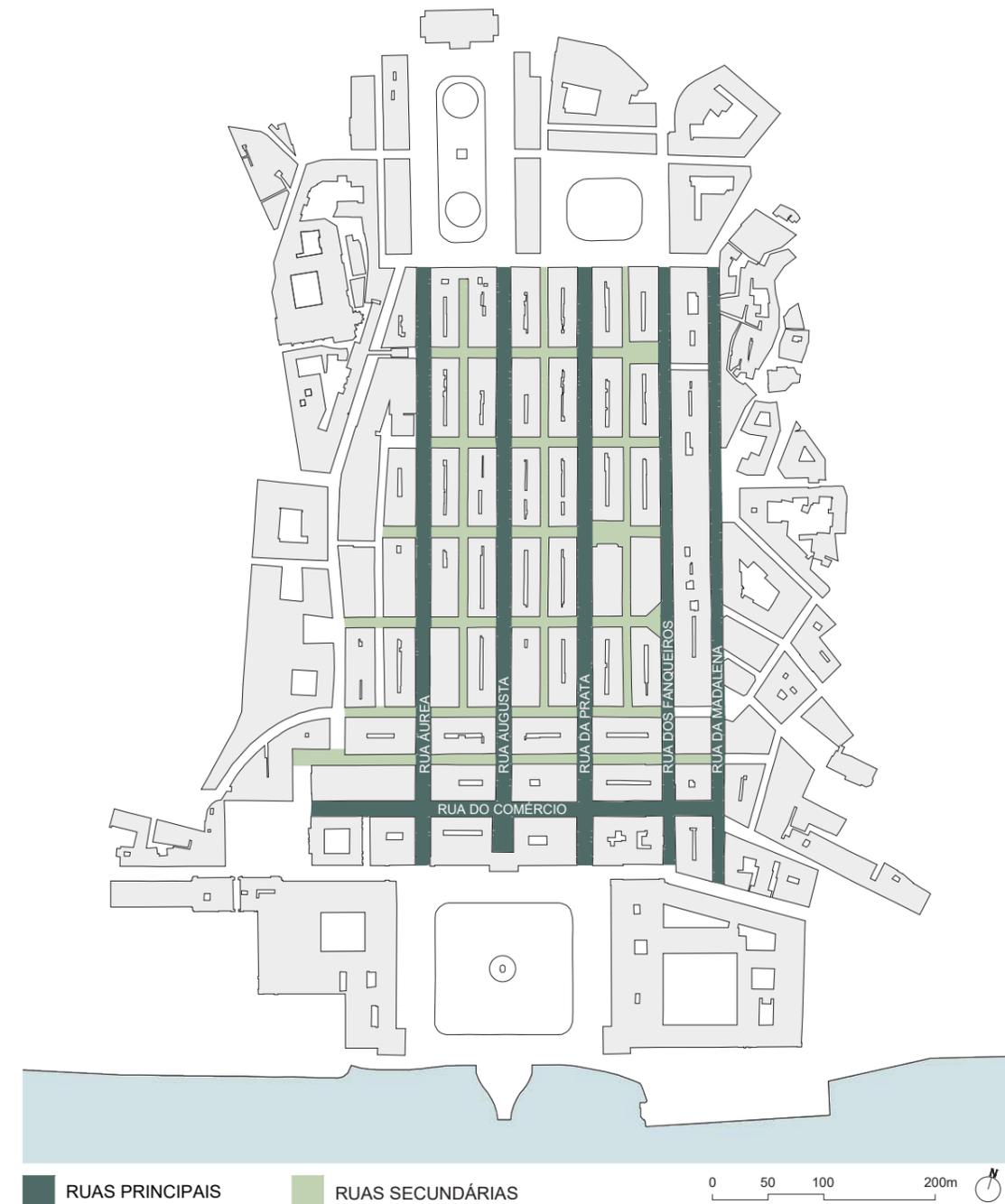


Fig.36. Planta da Baixa Pombalina com a indentificação das ruas principais e ruas secundárias.

tadas, o terceiro andar continha ou não fechos na janela, sem faixa separadora e com a presença de varandas no primeiro andar. O tipo C - era o mais simples dos três tipos, no rés-do-chão os vãos correspondem a lojas ou entradas dos prédios, não há a presença de varandas e não são recortadas as cantarias das janelas.¹⁰

Sendo estabelecida esta diversidade de padrões tipológicos, não é possível que estes fossem traduzidos como modelos rígidos, mas deveriam adaptar-se e resolver restrições e oposições que por vezes a sua localização lhes oferecia, nas variações constantes que dependiam dos diferentes locais onde se implantavam apresentando condicionantes, tais como as alterações de topografia e diferenciação das dimensões dos lotes. Este procedimento foi tal modo eficiente, que os lotes eram regulados em módulos, conseguindo diversificar as suas dimensões sem denunciar a modificação da fachada.¹¹

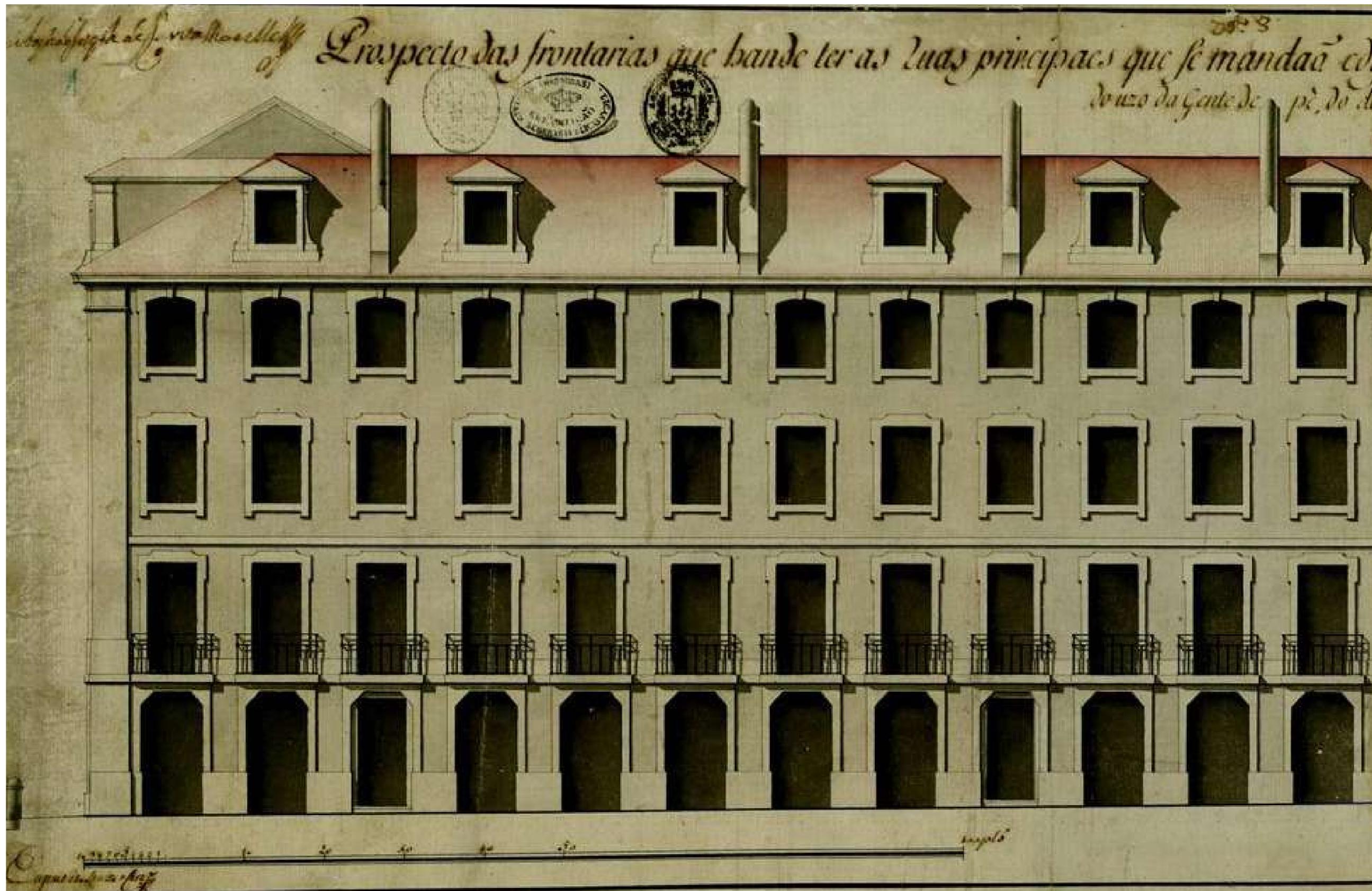
Mardel na tipologia do Rossio, permite que este sistema contenha todas as variações possíveis previstas, como a possibilidade da introdução dos novos andares, ou telhados duplos, sendo aplicado, entre outras áreas, mas destacando-se a praça do Município.

Por outro lado, a igreja católica portuguesa sentia desconforto por um variável número reconhecido de igrejas não serem incluídas neste plano, sendo que as incluídas não seriam implantadas nos locais onde anteriormente estavam implantadas, como possível exemplo da Igreja da Nossa Sr^a. da Oliveira, sendo incorporada em todo o edificado. Apenas as igrejas mais importantes tiveram direito a fachadas monumentais, sendo como exemplo pertinente a Igreja de São Nicolau.¹²

¹⁰ França, (1987). José Augusto. Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Venda Nova: Bertrand Editora, p.71.

¹¹ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

¹² França, (1987). José Augusto. Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Venda Nova: Bertrand Editora, p.107.



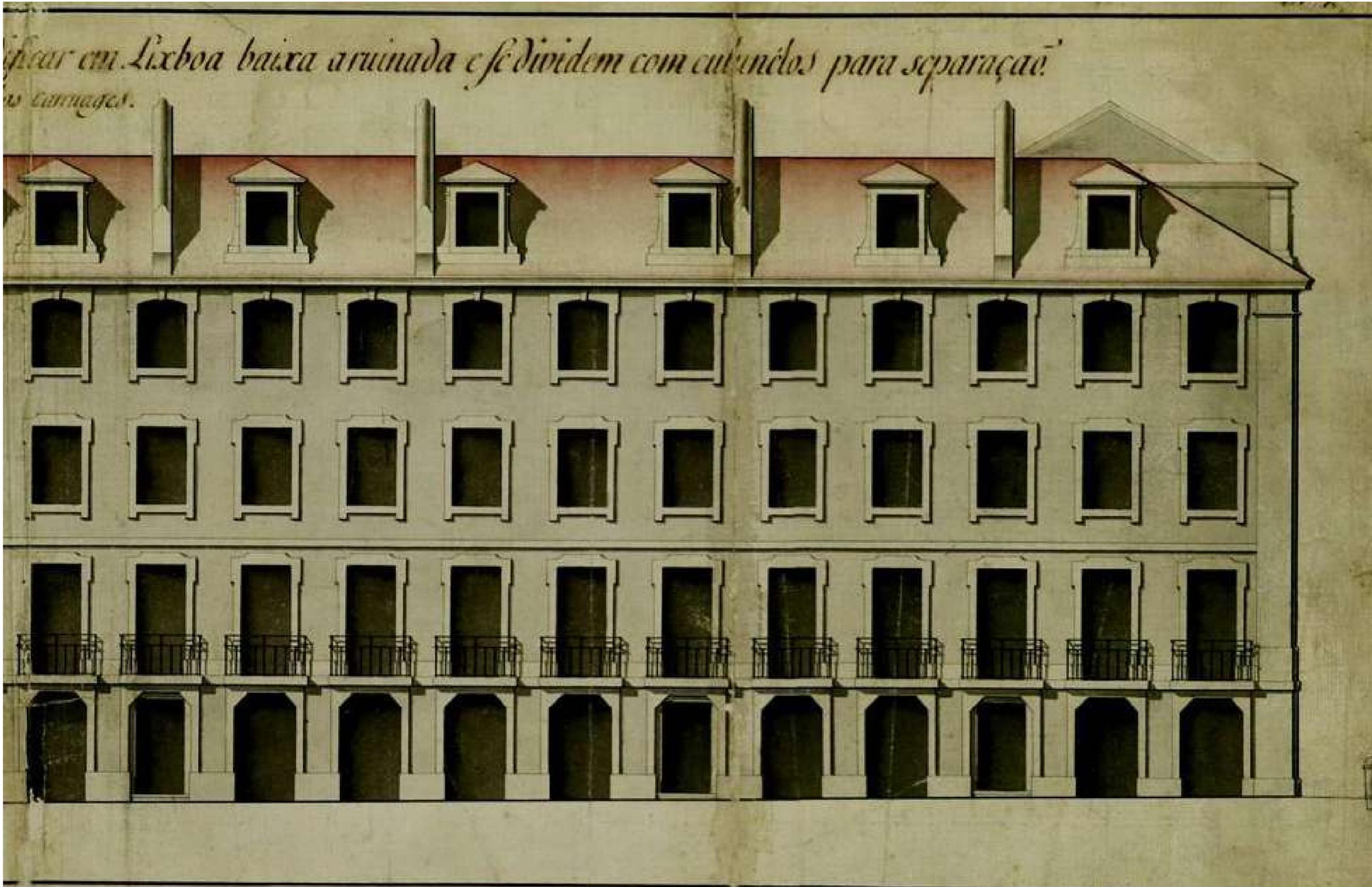


Fig.37. Estudo de alçados - "Prospeto das frontarias que hão-de ter as ruas principais que se mandam edificar em Lisboa baixa arruinada e se dividem com colunelos para separação do uso da gente de pé do das carruagens", 1758-1759, arquitecto Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel - Casa do Risco © <https://tinyurl.com/2n4tnzv9>, acedido a 01 Abril 2023

Embora considerando todos estes factores, a nova planta permaneceu com duas notáveis praças: O Terreiro do Paço, centro político e económico e o Rossio, embora numa dimensão mais reduzida que o original, era pretendido reconstruir o seu principal edifício, o Hospital Real de Todos os Santos. Não sendo possível a sua reconstrução na totalidade por falta de verba, face ao esforço financeiro que suportavam, atualmente Praça da Figueirinha, foi transferido para o Colégio Santo Antão, denominado hoje o Hospital de S.José, em honra ao rei D.José I.¹³

Estas duas notáveis praças relacionam-se através da principal artéria, denominado a Rua Augusta que surgiu no desenho do novo plano, homenageando com o seu nome a Augusta figura do rei D.José I.

Nesta nova cidade, palácios nobres deixaram de estar localizados no centro que se tornara a Baixa, na qual se reunia o poder governamental, o comércio, sendo projetado o Palácio Real na Ajuda. Com tudo isto, o Marquês de Pombal deixou simbolicamente a figura do rei, através da estátua de D.José I, no Terreiro do Paço ou como era também designada, Praça do Comércio. Esta ideologia apresentava um profundo impacto social e económico, alterando a maneira como era vista a economia, salientando o comércio, afastando o poder régio e a nobreza, querendo incutir valores do Iluminismo numa sociedade medieval e religiosa.¹⁴

O ano 1807, passado mais de cinquenta anos após o terramoto, ficou marcado pela metade da construção dos imóveis previstos, com o arco da Rua Augusta ainda a ser terminado. Neste ano muitas casas estavam disponíveis a ser habitadas, mas destacou-se uma enorme dificuldade em arrendar, pois todas as



Fig.38. *Perspectiva da Rua Augusta onde se encontra em ponto de fuga a estátua Equestre da Augusta figura do Rei D.José I* © <https://tinyurl.com/3jdmuktb>, acedido a 31 Março 2023

¹³ Carreira, Adélia Maria Caldas. (2012). "Lisboa de 1731 a 1833: Da desordem à ordem no espaço urbano." Tese de Doutoramento em História de Arte: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

¹⁴ Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). "Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade." Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

antigas tendas e casas em madeira que preenchiam em grande número uma parte da cidade tinham entrado nos hábitos citadinos, oferecendo prejuízo e desânimo a quem investiu.¹⁵

Ocorreram vários episódios que encadearam todo um atraso na construção, episódios estes como o a saída de Marques de Pombal do poder. Este foi uma personagem temerosa para o povo e para a corte, durante o tempo que exerceu o seu papel, nas suas rígidas leis e nas perseguições causadas.¹⁶

¹⁵ Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). "Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade." Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

¹⁶ Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). "Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade." Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

NO SÉCULO XIX

Após um século XVIII conturbado e definidor, esta zona de Lisboa continuou a ser palco de algumas transformações ao longo do século XIX. A viragem do século é desde logo marcada pelo encerramento por decreto do Gabinete de Reinspeção do Plano em 1808 – este gabinete encarregava-se do controlo e gestão do plano da Baixa, a atitude do seu encerramento vem terminar o processo administrativo de reconstrução após os acontecimentos de 1765.¹⁷

Apesar do encerramento do gabinete mencionado acima, podemos constatar que, à data do decreto, a reconstrução da Baixa não estava ainda plenamente consumada, aliás, o século XIX foi sendo pontuado pela conclusão de algumas obras notáveis e definidoras da identidade desse espaço. Notemos por exemplo que na Rua da Vitória, perpendicular à Rua Augusta que é objeto desta dissertação, foram concluídas as obras de reconstrução de duas igrejas já em pleno século XIX – a igreja de Nossa Senhora da Vitória, cuja obra foi concluída no ano de 1824, e a igreja de São Nicolau, cuja obra terminou em 1850, tendo sido lançada a sua primeira pedra em 1777. Mesmo na Praça do Comércio, foi já em 1842 que foi concluída a obra de construção do torreão Oeste.¹⁸

Para além de ser marcado pela conclusão efetiva de algumas obras relevantes no espaço da Baixa, no século XIX também se assinalam algumas transformações. Para os propósitos desta dissertação e no âmbito destas transformações, é da mais elementar justiça referir o arco da Rua Augusta. Logo no século XVIII, o engenheiro Carlos Mardel elaborou um projeto para o arco, projeto que não chegou ser concretizado, só no século XIX se concluiu a construção do arco que podemos ver hoje, com os contributos dos escultores Anatole Calmels e Vítor Bastos. Este

¹⁷ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

¹⁸ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966



Fig.39. *Perspectiva da rua da Vitória - Fachada da Igreja da Nossa Senhora da Vitória, 1996* © <https://tinyurl.com/25t8z8k9>, acedido a 01 Abril 2023

Fig.40. *Fachada da Igreja da Nossa Senhora da Vitória, 1996* © <https://tinyurl.com/25t8z8k9>, acedido a 01 Abril 2023



Fig.41. *Fachada da Igreja de São Nicolau* © <https://tinyurl.com/phewpstv>, acedido a 01 Abril 2023.

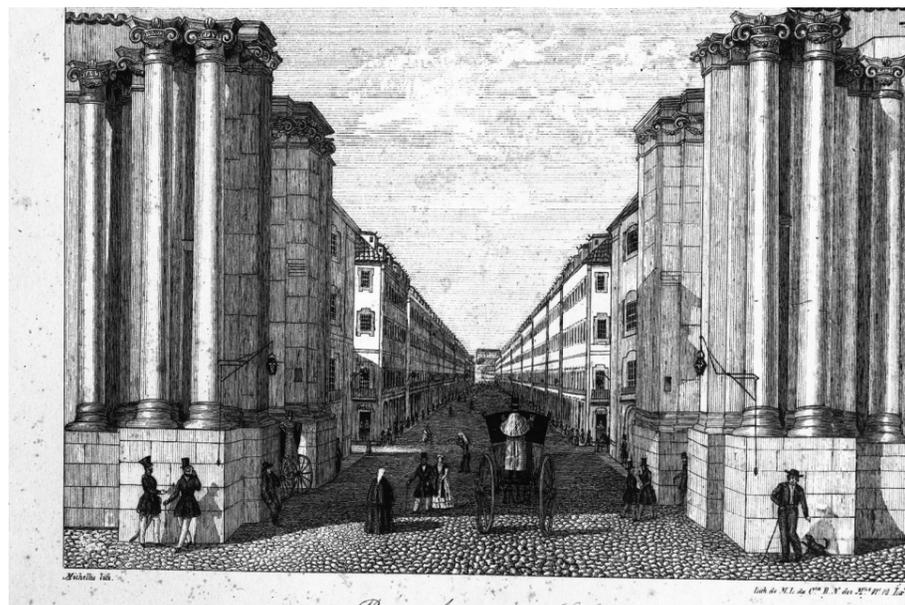


Fig.42. *Rua Augusta, meados do séc.XIX - entre 1900 e 1945*, José Artur Leitão © <https://tinyurl.com/2m3jz9ux>, acedido a 01 Abril 2023



Fig.43. *Construção do arco da rua Augusta, 1862/1873*, Wenceslau Cifka © <https://tinyurl.com/4n9n9d89> acedido a 01 Abril 2023

arco triunfal de características neoclássicas é construído em cantaria de calcário lioz e integra um conjunto notável de estatuária. Sobre a cornija, em pedestais assentam as estátuas de Viriato e Vasco da Gama de um lado, do outro assentam as de Marquês de Pombal e Nuno Álvares Pereira, estátuas da autoria de Vítor Bastos. Na cartela central está o escudo português rodeado por motivos vegetalistas. Nos lados e sobre aletas estão duas figuras de barba e maduras, alegorias dos rios Tejo e Douro, também da autoria de Vítor Bastos. No topo, acima da cartela está uma composição alegórica da autoria de Anatole Calmels, essa alegoria contém uma figura feminina, a representação da Glória que coroa dois jovens, o Génio e o Valor.¹⁹

O século XIX trouxe uma certa vontade de modernização da Baixa. Por esta época, o projeto mais notável para esta zona de Lisboa talvez tenha sido o do Teatro Nacional de D. Maria II, cuja intenção surge logo em 1836, quando o governador Civil Fernando Larcher tem a ideia de construir um teatro nacional no local do antigo Palácio da Inquisição, a norte do Rossio, que houvera sido destruído por incêndio no mesmo ano. No processo vêm-se envolvidos logo de início o escritor Almeida Garrett e o artista e arquiteto italiano Luigi Chiari, ainda assim, é só em 1842 que o projeto de Fortunato Lodi é aprovado, a obra decorre até 1846, da autoria dos arquitetos Feliciano de Sousa Correia e pelo seu filho Valentim José Correia.²⁰ Esta obra marca uma nova forma de habitar a baixa, é por esta época que para além do comércio e da habitação, a Baixa começa a ter uma forte presença de infraestruturas e atividades culturais.

À boleia das obras do teatro nacional no Rossio, a própria praça torna-se alvo de alguma atenção. No mesmo ano em que ardeu o palácio da inquisição, de-

¹⁹ Valente, António José da Silva. (1998). "A estátua equestre de D. José I de Machado de Castro 1775." dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Lusíada.

²⁰ Sequeira, Gustavo de Matos. (1955) História do Teatro Nacional D. Maria II: publicação comemorativa do centenário 1846-1946, vol. I. Lisboa: Ramos, Afonso e Moita, LDA, p.104-106.

cidu-se rebatizar o Rossio como Praça de D. Pedro, numa tentativa de enobrecer este espaço que mantinha um nome “antigo, velho, tradicional.” Porém, a estátua de D. Pedro IV que hoje se encontra ao centro da praça só viria a ser colocada em 1873. No mesmo espírito, em 1849 a praça é pavimentada com calçada portuguesa. “Tornou-se esta famosa praça alegre ponto de reunião dos passeantes nas tardes amenas de estio e outono; viu desfilar as tropas em ocasiões solenes; deu hospedagem ao célebre botequim das Parras (...) e ao botequim do Nicola”.²¹

Estas tentativas de “modernização” da Baixa prolongaram-se um pouco por todo o século XIX, notemos por exemplo que foi nesta época que o antigo passeio público foi convertido na Avenida da Liberdade em 1879. Esta também foi a época de construção da estação de caminho de ferro do Rossio, em 1888. Também no final do século, em 1885 inaugurou-se uma estrutura metálica que servia o mercado da Praça da Figueira, demolida depois em 1949. Estas tendências de modernização, muitas vezes com a utilização de novas estruturas metálicas, vão entrar pelo Século XX, sendo de destacar o elevador de Santa Justa, que foi inaugurado em 1902.²²

A criação de espaços dedicados à cultura e ao entretenimento demonstram-nos que a noção de cidade nesta zona de Lisboa sofreu uma alteração ao longo do século XIX. Essa noção desloca-se numa perspectiva meramente utilitária, inspirada pelo estilo de desenho militar, para uma perspectiva de cidade moderna, cosmopolita, cheia de hipótese de lazer.

²¹ Castilho, Júlio de. (1937). Lisboa Antiga: Bairros Orientais, 2ª Edição, Volume X. Lisboa: S. Industriais da C.M.L. p.99.

²² Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). “Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade.” Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.



Fig.44. *Fotografia aérea da praça do comércio, autor e data desconhecida* © <https://tinyurl.com/49y3hcdp>, acessido a 01 Abril 2023



Fig.45. *Praça do Comércio, Ferreira da Cunha* © <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=280264&type=PCD>, acessido a 02 Abril 2023.

NO SÉCULO XX

No início do século XX a Baixa já era assumidamente um espaço protagonista de uma sociedade com um foco muito grande na economia, na indústria e no comércio, nesta época era relativamente fácil encontrar pequenas fábricas, algumas oficinas, armazéns e bancos. Este foi também o século da consagração do espaço da Baixa como um espaço patrimonial, neste âmbito é de destacar o dia 16 de junho de 1910, data em que a Praça do Comércio foi classificada como Monumento Nacional, ou a classificação como Imóvel de Interesse Público do Teatro Nacional D. Maria II em 1928 (mais tarde elevado a monumento Nacional), ou mesmo o reconhecimento da Baixa como imóvel de interesse público, em 1978.²³

Exemplo muito relevante deste espírito mercantilista tão presente na Baixa é o caso dos armazéns Grandella. Esta casa comercial esteve instalada durante algum tempo na Rua Áurea, até que, em 1903, Francisco Grandella adquiriu o edifício contíguo, na Rua do Carmo, demolindo-o e fazendo obras que permitiram ligar uma rua à outra, ligando o Chiado à Baixa. O projeto ficou a cargo do arquiteto Francês George Demay que deixou uma obra que é um exemplar da arquitetura do ferro em voga na viragem para o século XX, um edifício que conjugava armazéns, salões e oficinas.²⁴

Ainda nos finais do século XIX, começaram a instalar-se algumas sedes bancárias na Baixa, como é o caso do Montepio Geral, que se instalou na Rua Áurea em 1897. Esta tendência prolongou-se pelo século XX, e logo no seu início foi construída a nova sede bancária do Banco Lisboa & Açores. Até 1907 este banco tinha tido sede na Rua do Comércio, tendo ficado essa antiga sede para o Banco de Portugal. O lote onde se viria a instalar esta sede foi adquirido pelo banco em

²³ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

²⁴ Dias, Marina Tavares. (1988). "Lisboa Desaparecida" – volume 2. Lisboa: Quimera.

1905, na rua Áurea, tendo sido encomendado o projeto ao arquiteto Miguel Ventura Terra.²⁵ Para além deste, outros bancos notáveis também montaram sede na baixa, como é o caso do Banco Burnay²⁶ cuja sede abriu em 1915 na Rua dos Fanqueiros; ou o Banco do Fomento, instalado em 1919 na Rua da Conceição.²⁷

Por ter tido a sua sede na Rua Augusta, que é o nosso objeto de estudo, é relevante para os propósitos da presente dissertação abordar o caso do Banco Nacional Ultramarino. Este banco instalou a sua sede num edifício com programa residencial multifamiliar e comercial, de carácter pombalino. A adaptação deste edifício para um programa financeiro ficou a cargo do arquiteto Tertuliano Lacerda Marques e implicou demolição interior com nova construção em betão armado, tendo sido poupadas as fachadas exteriores. Mais tarde, por se considerarem as instalações da sede diminutas e após a compra de todos os lotes que compunham o quarteirão, decidiu-se ampliar as instalações, tendo sido chamado o arquiteto Luís Cristino da Silva, tendo essa obra decorrido entre 1951 e 1967. No seu projeto, Cristino da Silva volta a fazer a demolição do interior com preservação de fachada, ainda assim, a porta principal foi alterada em dimensão, passando a ocupar os dois registos inferiores, também a cêrcea foi alterada e foram construídos dois novos pisos em mansarda. Pelo carácter das intervenções realizadas e pela notoriedade da obra, este é o primeiro caso duma intervenção que poderíamos classificar de Fachadismo na rua Augusta.²⁸ Mais tarde, já em 2009, este edifício foi intervencionado pelos

²⁵ Banco Lisboa & Açores, Banco de Portugal, PT/BP/IGCS-BLA. Datas de produção 1921-09-15 - 1969-11-14. 1 Caixa; Papel.

²⁶ Banco Burnay, Banco de Portugal, PT/BP/IGCS-BBUR. Datas de produção 1925-05-24 - 1970-02-04. 1 Caixa; Papel.

²⁷ Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). "Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade." Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

²⁸ Fernandes, Ana Cristina Pinto. (2013). "O Edifício Sede do BNU - Reutilização adaptativa no contexto da Baixa Pombalina: de Banco a Museu." Dissertação de Mestrado em Arquitectura, IST -



Fig.46. Sede BNU na rua Augusta, 1964[©] <https://tinyurl.com/mwzs28w8>, acedido a 02 Abril 2023



Fig.47. MUDE, Diogo Belo, 2015[©] <https://tinyurl.com/ybbp82a6>, acedido a 02 Abril 2023.



Fig.48. *Projecto de Carlos Ramos para o Rossio, 1934, tinta da china e aguada s/papel, colado em madeira.* © Jornal dos Arquitectos 255, nº3 (2017), acedido a 02 Abril 2023



Fig.49. *Projecto de Cottinelli Telmo para o Rossio, 1935, tinta da china s/papel.* © Jornal dos Arquitectos, nº3 (2017), acedido a 02 Abril 2023

arquitetos Joana Vilhena e Ricardo Carvalho que se focaram no piso térreo para a instalação do Museu do Design e da Moda (MUDE).

Esta presença de edifícios de sedes bancárias acontece muito graças ao crescimento da economia do pós I Guerra Mundial (28/07/1914 – 11/11/1918). Tendo em conta os programas emergentes nessa altura, os edifícios da “nova” cidade pombalina já não serviam, tendo em conta a incompatibilidade dos edifícios existentes com os novos programas, foi necessário gerar alterações profundas nos edifícios, ocorrendo assim as primeiras manifestações do fenómeno Fachadismo. Sobre isto, em 2004, João Paulo Martins escreveu na revista Monumentos: “Assim, enquanto os interiores pombalinos eram recusados à luz de uma racionalidade (proto)funcionalista, a geometria estrita das suas fachadas – estandardizadas, racionais, depuradas – sucumbia à necessidade de afirmação do capitalismo em ascensão, que se reconhecia nos recursos formais do ecletismo vigente”²⁹

É esta ideia de “adaptação” da cidade pombalina à vida do século XX que motiva a Câmara Municipal de Lisboa a lançar um concurso em 1934 para repensar o Rossio, praça a que se pretendia oferecer uma certa monumentalidade. Nesse concurso participaram os arquitetos Carlos Ramos e Cottinelli Telmo. No decorrer desse concurso surgiu a ideia de alargar o rossio, compreendendo a Praça da Figueira, sendo necessária a demolição de um quarteirão e também a eliminação da igreja de S. Domingos para a concretização desta ideia.³⁰

No pós II Guerra Mundial (1/09/1939 – 2/09/1945) houve uma certa retração nestas tendências de “adaptação”, passando a haver uma maior valorização da traça pombalina. Para este novo estado de espírito contribuíram os planos urbanís-

Técnico Lisboa, p.22-29.

²⁹ Martins, João Paulo. (setembro de 2004). “Arquitetura contemporânea na Baixa de Pombal”, Monumentos, nº 21, p.145.

³⁰ Melâneo, Paula. (2017). “Exposição A Lisboa que Teria Sido - Uma visão sobre a necessidade de mudança”, Jornal Arquitectos 255, nº 3.

ticos, nomeadamente o Plano Geral de Urbanização de Lisboa de 1948 e os seus sucessores. A Câmara Municipal de Lisboa começou a controlar de forma mais efetiva as sucessivas transformações que vinham ocorrendo na Baixa, limitando o acréscimo de pisos consoante a rua em que se encontravam os edifícios a intervir.³¹

Nesta altura, alguns primeiros pisos começaram a ser integrados pelas lojas do rés-do-chão, ou até mesmo para a instalação de novas lojas. Com todas estas transformações, nessa altura, a Baixa já era definitivamente um espaço de lazer e comércio, acumulando programas habitacionais, de serviços e da administração pública. Sobre esta multiplicidade de programas, em 2004 Teresa Barata Salgueiro escreve na revista Monumentos que “De facto, frequentava-se cafés no Rossio ou do Chiado, passeava-se para ver montras, para ver e para ser visto na Baixa e, especialmente, no Chiado, ia-se à Baixa para fazer compras de artigos não diários, para ir ao banco, para tratar de vários assuntos e muitos trabalhavam na Baixa”.³²

A segunda metade do século XX trouxe a expansão da cidade para as periferias e o surgimento de vários centros comerciais, estes vieram destronar a Baixa do seu forte caráter de espaço comercial e lúdico preferido dos lisboetas. Mesmo as sedes dos bancos começam a deslocar-se para a zona das Avenidas Novas. Teresa Barata Salgueiro aponta o início da década de 1970 como o momento inicial de um certo declínio na relação dos lisboetas com a Baixa. Esta situação ocorreu por diversos fatores, podem apontar-se as alterações na acessibilidade, a quebra de emprego, uma mudança do estilo de vida e até mesmo a concorrência comercial e de espaços de lazer que surgiam noutros locais da cidade – note-se que até mesmo alguns setores da administração pública começaram a espalhar-se por outras zonas da cidade. Ainda assim, a Baixa continuou a ter sempre um caráter de

³¹ Andrade, Rita Soares Baptista de. (2017). “Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade.” Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

³² Salgueiro, Teresa Barata. (setembro, 2004). “Da Baixa aos centros comerciais. A recomposição do centro de Lisboa”, Monumentos, nº 21, p.215.



Fig.51. Populares junto da pastelaria Suiça, 25 abril 1974 © <https://tinyurl.com/bdesndxb>, acedido a 02 Abril 2023.



Fig.50. Registo fotográfico aéreo do incêndio de 1988 © "O Grande Incêndio do Chiado", Alfredo Cunha, Rui Ochoa, Fernando Ricardo e José Carlos Pratas (2013), acedido a 02 Abril 2023.



Fig.52. Programa da RTP 2 dedicado à reconstrução do Chiado com entrevista ao Arquitecto Álvaro Siza Vieira, responsável pelo projecto do Chiado e a recuperação do Aqueduto das Águas Livres, 23 setembro 1992[©] <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/reconstrucao-do-chiado-2/>, acedido a 02 Abril 2023.

centro, tendo permanecido uma “referência no nosso imaginário coletivo”³³

Este declínio na relação dos lisboetas com a Baixa tem o seu momento mais simbólico no incêndio que ocorreu no Chiado em 1988. Esse incêndio destruiu parte do edificado na zona dos Armazéns do Chiado e do Edifício Grandella, destruiu ainda algum comércio histórico, como a pastelaria Ferrari, que funcionava desde 1846 na Rua Nova do Almada. Na sequência deste acontecimento dramático, o arquiteto Álvaro Siza Vieira foi convidado pela Câmara de Lisboa para a coordenação as obras de recuperação do Chiado, que se prolongaram desde 1989 até 2001. Esta foi uma operação que vem marcar uma nova forma de agir perante a arquitetura histórica desta zona de Lisboa, sobre este projeto, Siza afirmou: “Não me importo de passar por conservador, se isso significar que não tenho nenhuma ânsia por ser moderno. Acredito que cada projeto tem uma vocação, nasce de uma necessidade interna que vai para além da vontade do arquiteto e do desenho.”³⁴

Pouco antes do incêndio, em 1986, foi elaborado um plano de remodelação da Rua Augusta pelo arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral, plano que previa reservar a rua apenas ao trânsito de peões, plano que só mais tarde foi parcialmente executado. Segundo o autor Francisco Caldeira Cabral: “A Rua Augusta transformada numa via reservada ao trânsito de peões requeria o equacionamento pormenorizado das suas novas funções”.³⁵

Após a intervenção de Siza Vieira, do Centro Comercial do Chiado e da construção do metro em 1998, a Baixa começou ela própria a concorrer com os

³³ Salgueiro, Teresa Barata. (setembro, 2004). “Da Baixa aos centros comerciais. A recomposição do centro de Lisboa”, Monumentos, nº 21, p.215.

³⁴ Vieira, Álvaro Siza. (2009). entrevistado por Dominique Machabert e Laurent Beaudouin, Álvaro Siza, uma questão de medida. Entrevistas com Dominique Machabert e Laurent Beaudouin. Lisboa: Caleidoscópio.

³⁵ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). “Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa,” IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

centros comerciais, recuperando um pouco do seu caráter perdido.

NO SÉCULO XXI

Para além da obra realizada na zona do Chiado após o incêndio de 1988 e da obra da estação de metro da Baixa-Chiado, de 1998, o arquiteto Siza Vieira voltou a deixar obra na zona do Chiado já no início do século XXI, quando projetou o conjunto habitacional e comercial dos Terraços de Bragança e da Rua do Alecrim, de 2004.³⁶

O século XXI traz consigo uma consciencialização para os valores que a comunidade atribui ao seu património, esta consciencialização manifesta-se na tratadística que foi abordada no capítulo anterior, sobretudo com a Carta de Cracóvia³⁷, a Carta de Faro³⁸ e o Documento de Nara³⁹.

Esta nova forma de encarar o património tem efeitos na relação da comunidade civil portuguesa com a Baixa – note-se que foi em Abril de 2006 que, por despacho do então Presidente do IPPAR, foi aberto o processo para uma eventual classificação como Monumento Nacional do conjunto a que na altura se chamou “Lisboa Pombalina”. Também foi neste contexto de aproximação ao património muito próximo dos seus valores, que foi publicado o Decreto nº9/2009 em Diário da República que vem declarar a área crítica de recuperação e reconversão urbanística (ACCRU) da Baixa-Chiado. Também deste período foram as definições e redefini-

³⁶ Lopes, Carlos Nuno Lacerda. (2015). Edifício de habitação e comércio - Terraços de Bragança - Álvaro Siza Vieira. Porto: Frente e Verso, Ed. CIAMH.

³⁷ Conferência Internacional sobre Conservação. (2000). Carta de Cracóvia 2000: Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído. Cracóvia: Bureau Cracóvia 2000.

³⁸ Conselho Europeu. (2005) Convenção Do Conselho Europeu Sobre o Valor do Património Cultural Para a Sociedade. Faro: s.n.

³⁹ ICOMOS. (1994). The Nara Document on Authenticity. Nara: s.n.



Fig.53. Pastelaria Ferrari, 24 dezembro 1890 © <https://tinyurl.com/ymphncmn>, acedido a 02 Abril 2023

ções de áreas de proteção nesta zona da cidade.⁴⁰

Como “contrabalanço” a estas tendências teóricas, no terreno começam a surgir fenómenos que vêm alterar as pretensões e pensamentos relativos a esta zona da Cidade de Lisboa, falamos de fenómenos como o turismo massificado, a especulação imobiliária e a gentrificação, temas já abordados no capítulo anterior.

Efeito prático destas tendências que foi muito sentido pela população lisboeta com eco a nível nacional foi o encerramento da histórica Pastelaria Suíça. Esta casa que funcionava desde 1922 na zona do Rossio tinha tamanha importância que mesmo após o seu encerramento, em 2018, continua a dar nome ao quarteirão em que funcionou durante quase um século. Para perceber o fecho desta casa histórica é necessário perceber que todo o quarteirão tinha sido recentemente comprado pela Mabel Capital (empresa espanhola em que o tenista Rafael Nadal participa como investidor), este novo senhorio terá informado a mítica Pastelaria de que não tinha interesse em renovar o contrato de arrendamento que cessava em Outubro de 2018.⁴¹

Antes mesmo do encerramento da Pastelaria Suíça, os responsáveis políticos já se tinham apercebido deste problema e da iminência de fecho de algumas lojas históricas, foi por esse motivo que a Câmara Municipal de Lisboa criou um estatuto de “Lojas com História” que pretendia “conceder efetiva proteção aos estabelecimentos emblemáticos da cidade que mereçam ser distinguidos” - estatuto atingível por candidatura mas que talvez pela sua falta de celeridade não conseguiu resgatar as mais de 150 lojas históricas que fecharam até 2022. Este número de centena e meia de lojas encerradas surge numa estimativa da União de Associações do Comércio e Serviços (UACS), que entre aquelas que encerraram identifica-

⁴⁰ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). “Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa,” IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

⁴¹ Moreira, Cristiana Faria. (28 de junho de 2018). “Lisboetas escrevem a Nadal a pedir que “não mate” as memórias do Rossio.” Público.

ram a “Casa Frazão, Camisaria Pitta, Casa dos Carimbos, Casa Maciel, Alfaiataria Nunes Corrêa, Alfaiataria Picaddily, Livraria Portugal, Casa dos Panos, Drograria S. Pereira Leão, Mercearia Casa Alves, Casa Pereira, entre outras.”⁴²

Para além destes encerramentos das lojas históricas, também se pode identificar os fenómenos do turismo insustentável, da gentrificação e da especulação imobiliária como condicionantes de alguns processos iniciados no início do século XX. Como é o caso do processo de classificação da Baixa como Monumento Nacional iniciado em 2006, processo que foi alterado, tendo ficado a Baixa classificada como Conjunto de Interesse Público em 2012.⁴³

Para além da classificação nacional desta zona de Lisboa, também o processo de classificação como Património Mundial tem sido marcado por constantes adiamentos. Ao longo do ano de 2022 foi sendo preparado um novo processo, que decorre simultaneamente à execução desta dissertação, para a classificação da “Baixa Pombalina”.⁴⁴

⁴² DN/Lusa. (17 de fevereiro de 2022). “Já encerraram mais de 150 lojas históricas em Lisboa” Diário de Notícias.

⁴³ Vale, Teresa e Gomes, Carlos. (1995). “Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa,” IPA.00005966. SIPA: s.n. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

⁴⁴ Brandão, Arlinda. (13 de janeiro de 2023). “Lisboa avança com candidatura da Baixa pombalina a Património Mundial.” RTP.

CAPÍTULO III

RUA AUGUSTA

Neste terceiro capítulo incidiremos apenas sobre a Rua Augusta.

Iniciaremos com a caracterização de um ponto de vista generalizado, atendendo à sua localização, antecedentes, morfologia e relevância urbanística.

Neste capítulo vamos proceder a uma afinação da escala dos temas e dos objetos do nosso estudo, sendo que terminaremos o capítulo com a análise exaustiva da rua na sua dimensão de fachadas.

Nota: A autora realizou todos os desenhos e captou todas as fotografias que se seguem neste sub-capítulo.

A RUA DA AUGUSTA FIGURA DO REI

Rua Augusta, localizada a Sul da cidade de Lisboa, estabelecida na cota mais baixa da cidade centralizada entre duas colinas– Bairro Alto e Castelo de S. Jorge. Situa-se na Baixa Pombalina orientada a sudeste, aproximadamente. É uma das artérias principais da reconstrução pombalina com quinhentos e cinquenta metros de comprimento e treze metros de largura, faz a ligação entre dois pontos: o Terreiro do Paço, que tem a paisagem do rio como constituinte da sua quarta fachada e o outro ponto- o Rossio. Tendo estes dois pontos vistas e interpretações divergentes da relação destes espaços com a rua.

No ponto de vista do terreiro do Paço, a rua Augusta é facilmente entendida em todo o cenário como um eixo central que contém como ponto de fuga o Rossio. Na perspetiva angular na ótica do Rossio, a rua Augusta não manifesta a mesma compreensão, contendo a sua relação a partir da periferia desta praça, tendo mais expressão a Rua dos Sapateiros, como rua que centraliza este vazio urbano.

A toponímia da Rua da Augusta Figura do Rei, reconhecida como Rua Augusta, é bastante clarificada *in loco* através do ponto de fuga central que se manifesta para a estátua equestre do rei Dom José I, o soberano que estabeleceu a denominação dos arruamentos por decreto da portaria de 5 de novembro de 1760¹ sob o plano de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Ponto de fuga este que se estende-se visualmente até ao rio transmitindo o sentimento da ideologia do movimento iluminista.

¹ Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (publicado em junho de 2009). “A baixa Pombalina – Relatório Sectorial da Caracterização do Espaço Público”. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planos_pormenor/baixa_pombalina/relatorio/pp_baixa_pombalina_relatorio_5_relatorio_sectorial_carac_espaco_publico.pdf



Fig.54. Relação perspética entre a rua e a estátua equestre de D.José © Registo fotográfico da autora, captada a 27 de abril 2023

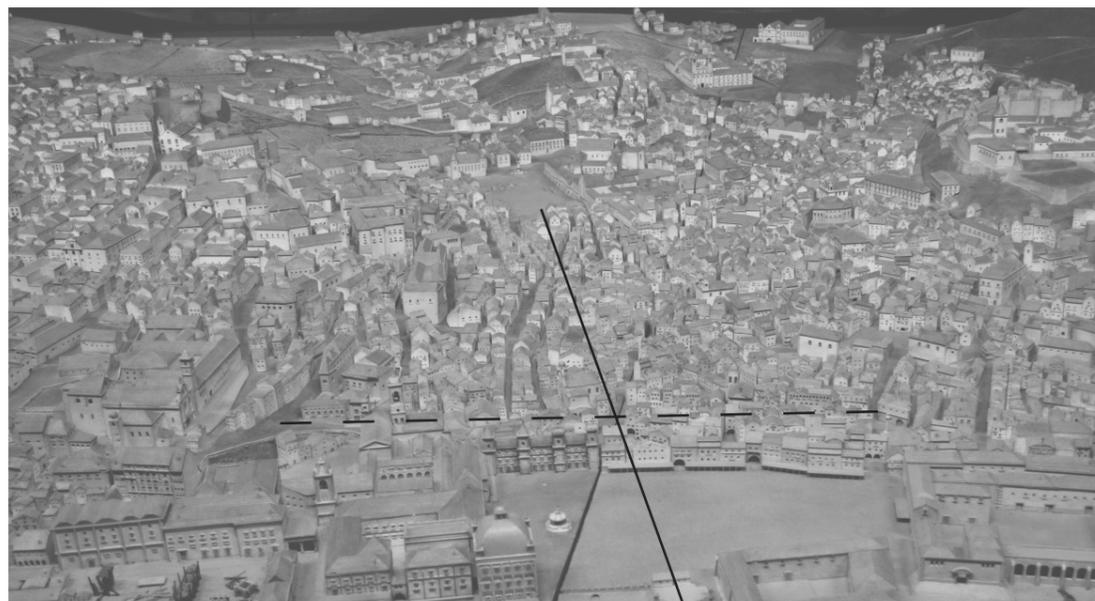


Fig.55. Marcação da Rua Augusta (linha contínua) e da Rua Nova dos Ferros (linha tracejada) sobre a fotografia da maqueta da cidade pré-terramoto © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023. Maquete presente na exposição do Museu de Lisboa- Palácio Pimenta



Fig.56. Vista da Rua Augusta do topo do Arco © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023

CIDADE ANTIGA, CIDADE NOVA

A morfologia urbana da cidade “antiga” no pré-terramoto não apresenta correspondência alguma que seja relacionável à morfologia da cidade “nova” no qual se possa referir a rua Augusta, tendo esta nascido na concretização do projeto de reconstrução, nunca existira a sua presença urbana na vertical como está direcionada. Na cidade “antiga” a Rua Nova dos Ferros, localizava-se na horizontal, estendia-se desde a Praça do Pelourinho Velho até ao largo da Patriarcal. Enquanto a nível programático já seja possível correlacionar: na cidade “antiga” - a rua Nova dos Ferros, devido a ter sido a mais importante, onde se localizavam as mais opulentas lojas da capital, tal como a atualmente manifesta a Rua Augusta na cidade “nova”. A rua Augusta é uma rua construída de raiz sem qualquer antecedente urbano, o qual justifica que a análise desta dissertação seja focada no pós-terramoto até aos dias atuais.

A rua Augusta difere de quaisquer outras ruas que redesenham esta malha pombalina, pela sua importância urbanística no plano da reconstrução da Baixa, todas as ruas são repensadas por um sistema ortogonal e organizadas a partir de um eixo central- Rua Augusta, constituída pela entrada privilegiada a partir do Arco, denominadamente - Arco da Rua Augusta, como a porta da cidade, fazendo-a acompanhar de um pavimento em calçada à portuguesa, branca e negra, com motivos variados.

De toda a Baixa a rua Augusta é o eixo central e estruturante, sendo inicialmente atribuída aos mercadores de tecidos de lã e de seda. Desde os finais dos anos 80 foi fechada ao trânsito convertendo-se em rua pedonal, sendo apenas interrompida com trânsito rodoviário a rua da Conceição, rua de São Julião e a rua do Comércio e frequentemente ocupada por artistas de rua, vendedores ambulantes e artesãos. É uma rua com um fluxo pedonal intenso, resultado dos programas comerciais e de serviços existentes, como as inúmeras esplanadas que nela se instalam.

VIVÊNCIA DA RUA AUGUSTA

Uma rua é acima de tudo uma conexão urbana. A Rua Augusta não é diferente, porém para além deste caráter de conexão acumula um programa intenso de comércio e restauração durante todo o dia. A partir das 9:30 da manhã o eixo central da rua é ocupado por esplanadas quase contínuas, sendo pontualmente interrompidas pelos cruzamentos com as ruas transversais. Estas esplanadas de apoio à restauração e ao comércio que ocupa o rés-do chão ao longo da rua. Mais tarde, por volta da meia-noite, a rua volta a ter uma leitura de vazio urbano, este é o momento em que as sombrinhas das esplanadas fecham e a restauração encerra, permanecendo alguns espaços de comércio ainda abertos.

A Rua Augusta é marcada por intenso fluxo urbano, de caráter pedonal, com grande intensidade a partir do horário do meio-dia, alongando-se pelo horário do início da noite. Estes horários de ocupação humana correspondem inevitavelmente ao horário da ocupação física da rua pelas esplanadas supramencionadas.

A vivência da Rua que descrevemos acima parece acontecer sobretudo através do turismo. Na realidade, a Rua Augusta acumula várias funções: é um elemento de ligação urbana, é uma grande esplanada contínua e linear e é acima de tudo, um corredor turístico, ligando duas das mais visitadas praças da capital (Rossio e Terreiro do Paço).

CENÁRIOS FÍSICOS DA PAISAGEM URBANA

Nesta dissertação entendemos a rua Augusta na sua linguagem geométrica, composta por um conjunto de três planos que pertencem a cenários físicos da paisagem urbana – Dois planos verticais de fachadas e um plano horizontal de pavimento. Estes planos comunicantes para a rua Augusta são repetíveis ao percorrê-la em dezasseis fachadas, incluindo também o plano da fachada do arco sob a rua. Esta análise define o estado de conservação a que se encontra estas



Fig.57. Rua Augusta às 9h30 © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023



Fig.58. Rua Augusta às 12h00 © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023



Fig.59. Rua Augusta às 24h00 © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023

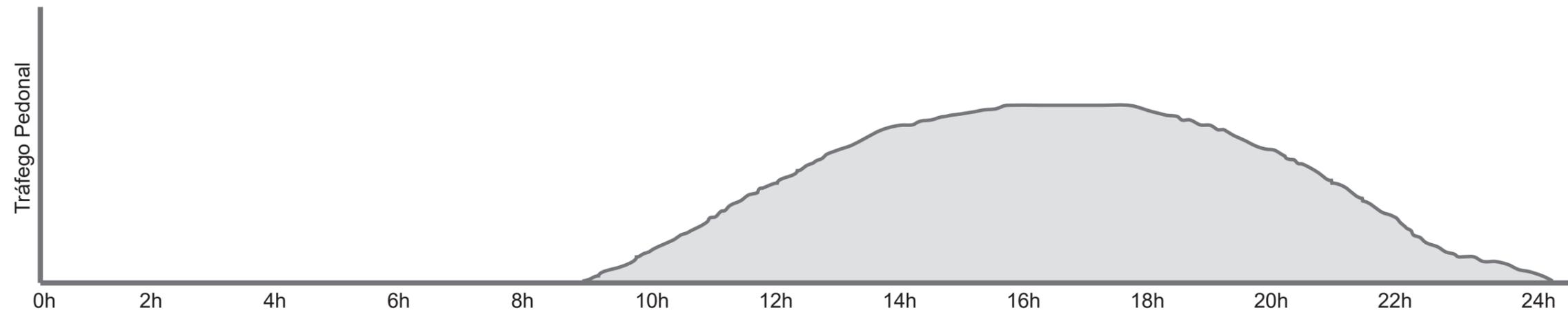


Fig.60. Tráfego pedonal na Rua Augusta ao longo de 24 horas © Gráfico desenvolvido pela autora.

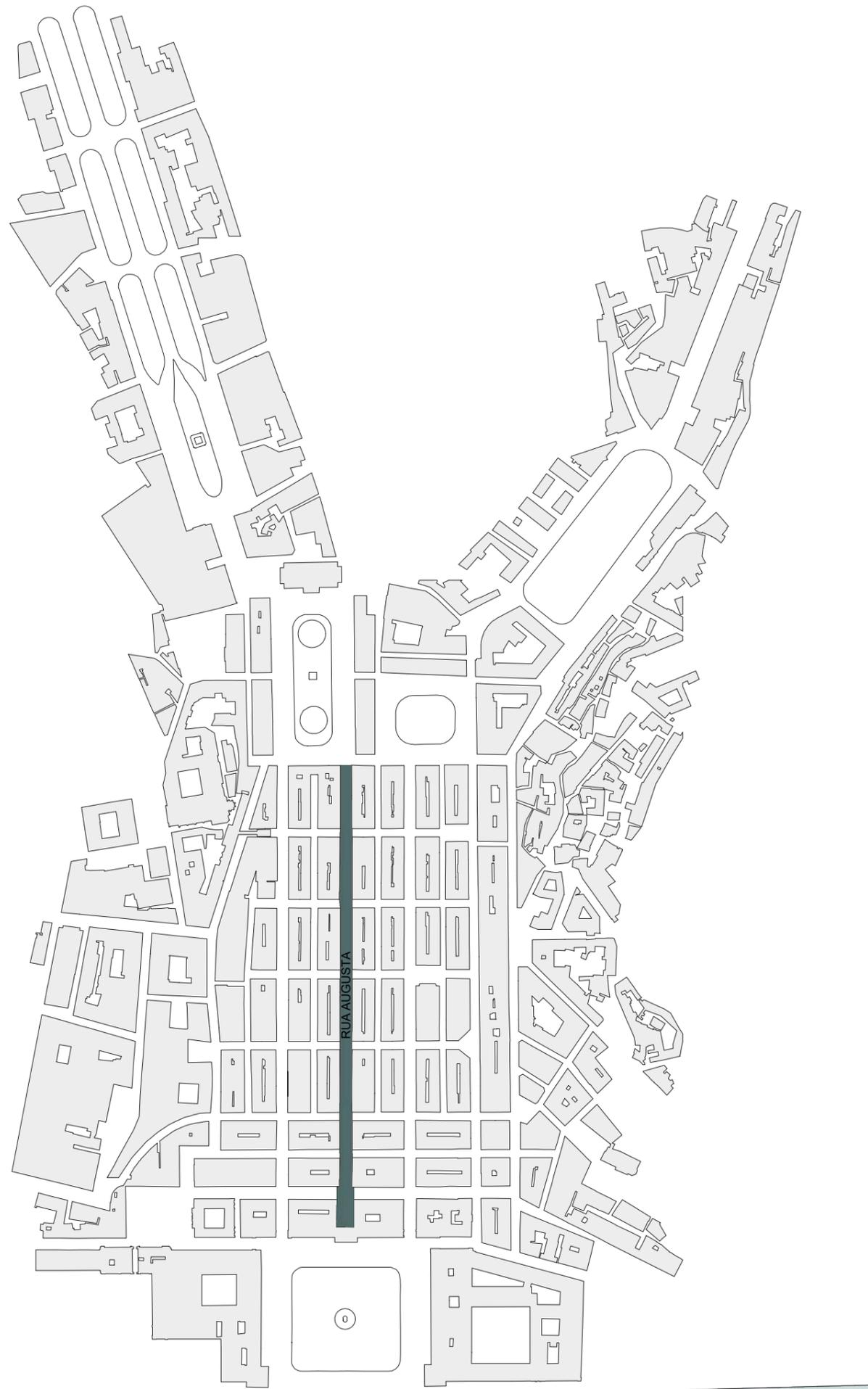
fachadas, aos elementos e materialidades notáveis presentes, ao número de pisos que a compõem, cêrcea máxima e mínima, área de implantação e do lote, índice de ocupação e por fim a utilização por pisos. A definição por pisos é apenas representada nesta dissertação pela definição do piso 0 e piso 1, de modo a realçar o alcançável no uso pedonal pela escala humana.

As fachadas Q3 e Q4, devido a estarem em obras não foram possíveis de serem objecto de análise com a investigação exposta.

A fachada Q3 tem uma obra a cargo de CASAIS, a empresa contratada para a gestão é FICOPE, com projeto de arquitetura de Morchel Arquitetos, URQUOLA e Afaconsult. O investimento é de Vitoria-seguros e de Lace Investment Partners, enquadra-se na transformação de um quarteirão composto por 5 edifícios num hotel de luxo com 169 quartos, de acordo com a projetista das especialidades Afaconsult² a intervenção passará pela demolição de grande parte dos edifícios existentes com manutenção das fachadas e implementação de sistemas completamente novos, nomeadamente a estrutura metálica da cobertura, metodologias aplicadas para dar resposta ao manual de exigências da cadeia turística operadora.

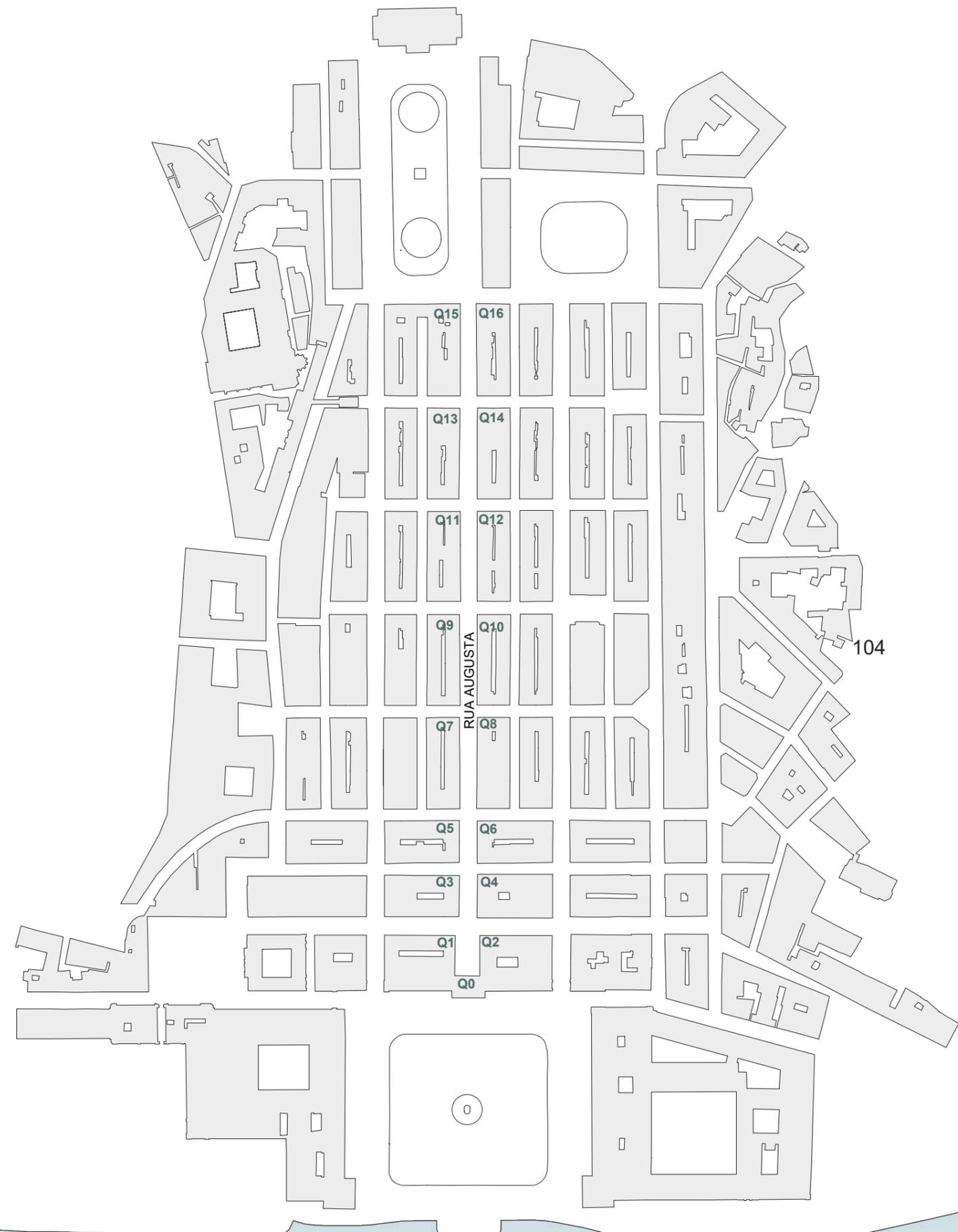
A fachada Q4 referente ao antigo edifício do BNU, actual MUDE (Museu do Design e da Moda), encontrava-se com empreitada de Requalificação Integral do edifício, financiada pelo Turismo de Portugal IP, pelo plano de obras- Imposto Especial de Jogo- Casino de Lisboa e pelo Município de Lisboa, com adjudicatário Teixeira Duarte- Engenharia e Construções S.A. Tem data prevista de abertura no último trimestre de 2023, após sete anos fechado para obras.

² Afaconsult (acedido a 09 de Junho de 2023). "Hotel na Baixa Pombalina." <https://www.afaconsult.com/projects/category/pt/touristic/344>



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA RUA AUGUSTA

0 100 200 400m



PLANTA COM IDENTIFICAÇÃO DOS QUARTEIRÕES DA RUA AUGUSTA

0 50 100 200m



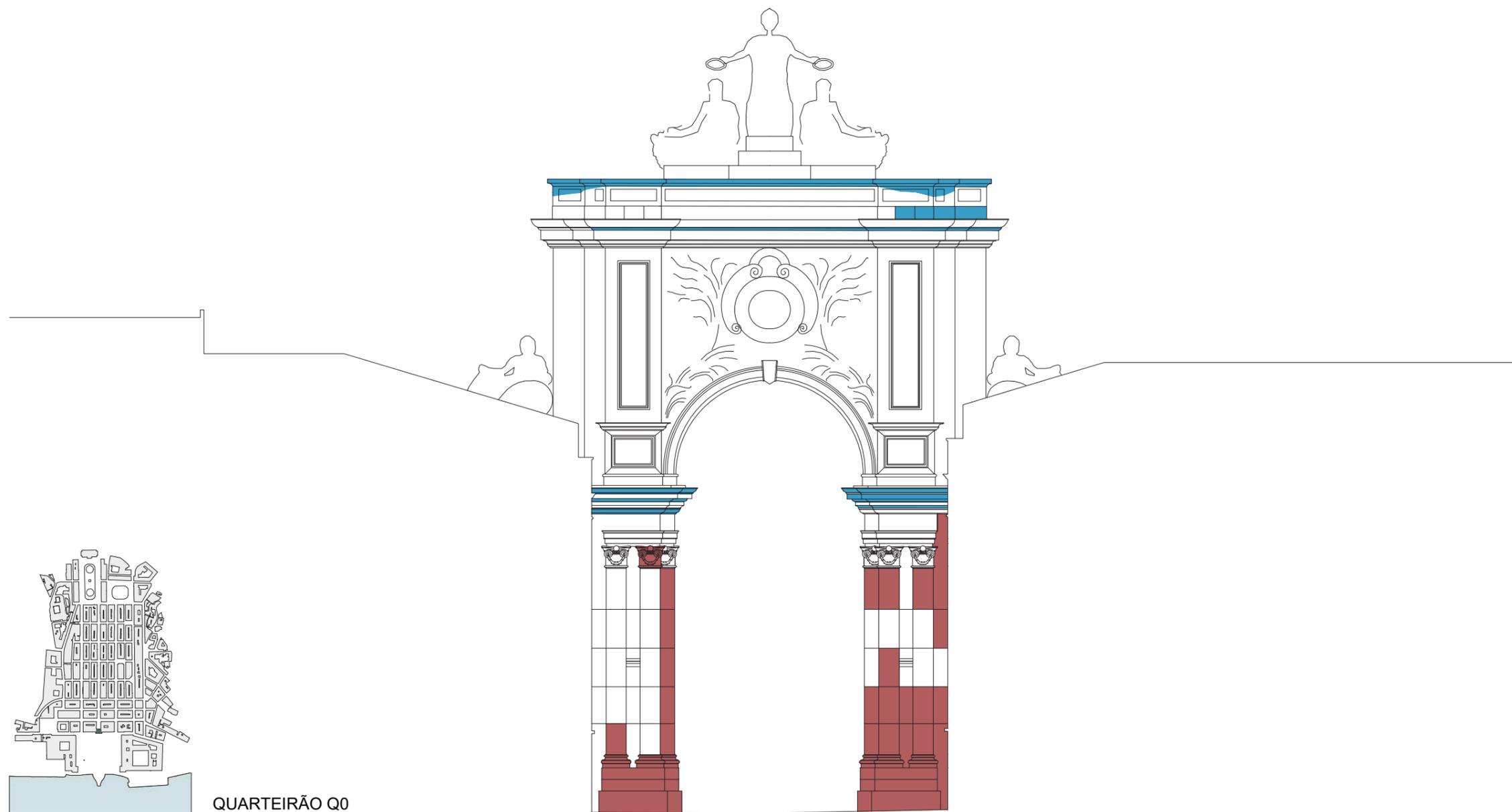
Iniciando o percurso para a Rua Augusta a partir do Terreiro do Paço, somos forçados a passar pelo Arco da Rua Augusta.

O seu alçado para a Rua apresenta uma classificação geral do estado de conservação razoável, devido à presença de eflorescências salinas, manchas de humidade e infiltrações, contendo também a presença de fissuras e desgaste dos elementos em cantaria no embasamento e nos capitéis.

A fachada pode ser considerada toda ela como um elemento notável, sendo construída em cantaria de grande porte e de carácter monumental.

O programa instalado neste arco é de carácter turístico.

Este arco mantém o seu desenho original.



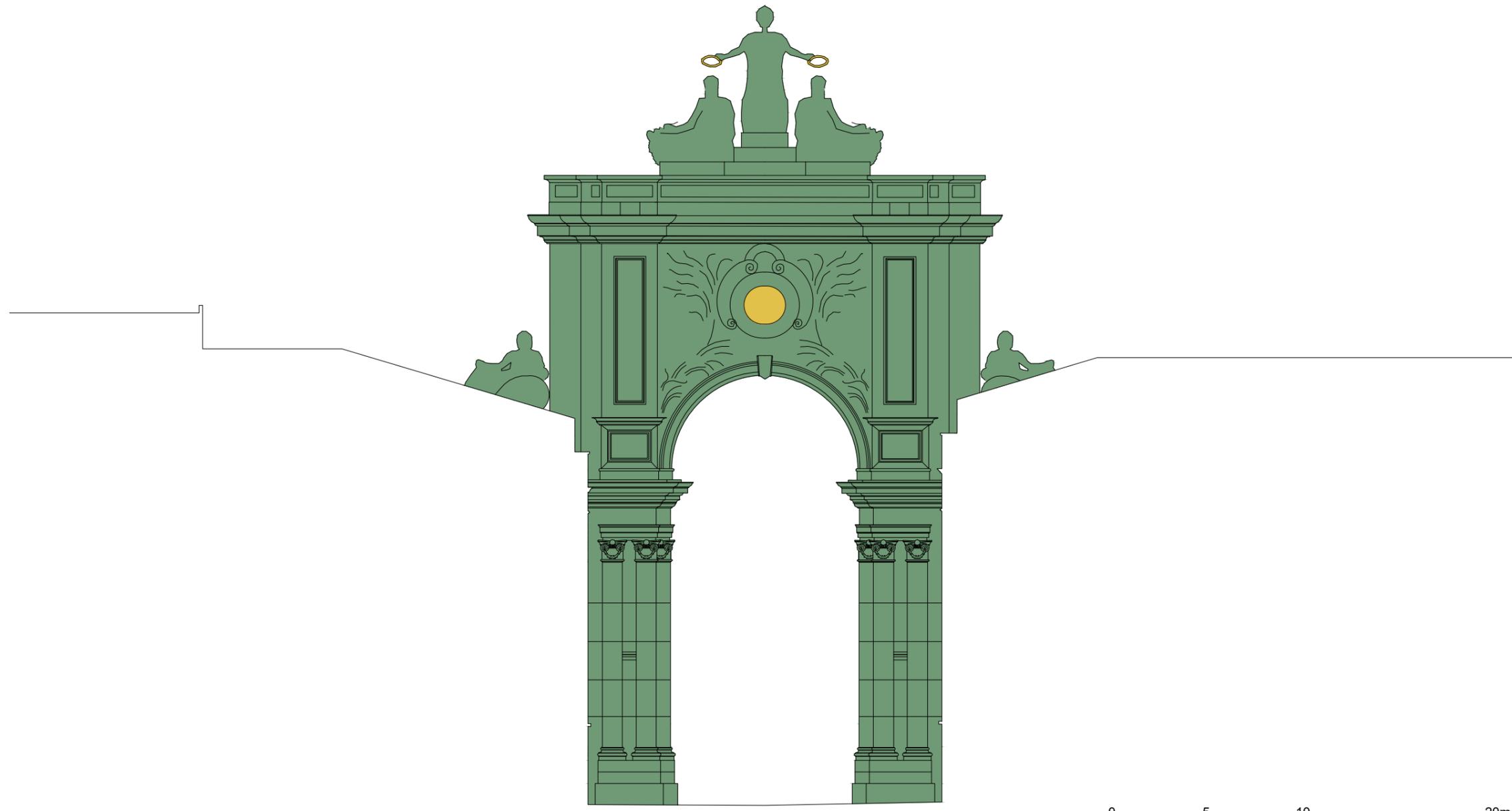
IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)

EFLORÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE

FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS



ARGAMASSAS ALVENARIAS



CANTARIAS



CERÂMICOS AZULEJOS



ELEMENTOS METÁLICOS



ELEMENTOS EM MADEIRA



PINTURA MURAL



QUARTEIRÃO Q1

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	PISO 0 PISO 1	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA CUMEEIRA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO
RAZOÁVEL	●	TURISMO TURISMO	3 33,41m 42,48m 445,89m ² 445,89m ² 1



Fig.61. Vista do Q0 com a envolvente



Fig.62. Vista do Q0



Fig.66. Vista do Q0 para a Rua Augusta



Fig.63. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.64. Pormenor com fracturação de blocos pétreos



Fig.65. Pormenor e anomalias visíveis

Fazendo o percurso da rua Augusta desde o terreiro do Paço até ao Rossio este é o primeiro quarteirão que encontramos à nossa esquerda.

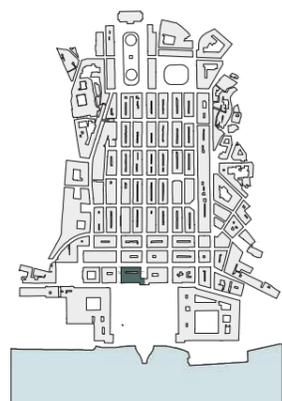
O seu alçado para a rua é composto por duas fachadas: A fachada do arco da Rua Augusta e a fachada do edifício localizado à sua direita.

A fachada do arco é um elemento construído em cantaria de carácter escultórico e ornamentado. Nesta fachada é possível verificar-se alguma presença de colonização biológica localizada pontualmente no embasamento das colunatas. Para além desta colonização biológica deteta-se de uma forma mais generalizada um certo desgaste do embasamento e do topo das colunas e até mesmo de alguns capitéis. Este desgaste, chega a assumir em alguns pontos o carácter de lacuna.

A fachada à direita do arco já segue o modelo definido no cartulário pombalino, neste edifício funciona atualmente o ministério da justiça, sendo que pequena parte do edifício é dedicada ao comércio. O seu revestimento é em reboco e cantaria no rés do chão e balaustrada, a cor predominante é o ocre apesar de se registar uma tonalidade mais clara em parte dessa fachada.

É nas cantarias desta fachada que se registam as maiores anomalias ao estado de conservação, detetam-se escorrências e algumas fendas e fraturas, algumas dessas aparecem colmatadas com argamassas cimentícias.

No geral este quarteirão mantém o desenho original da fachada para a rua Augusta.



QUARTEIRÃO Q1



IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS



UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
|  | ARGAMASSAS ALVENARIAS |  | CANTARIAS |  | CERÂMICOS AZULEJOS |  | ELEMENTOS METÁLICOS |  | ELEMENTOS EM MADEIRA |  | PINTURA MURAL |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------|

0 5 10 20m



QUARTEIRÃO Q1

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	● ● ● ● RAZOÁVEL	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	● ● ● ● ■	PISO 0 PISO 1	COMÉRCIO E INSTITUCIONAL INSTITUCIONAL	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO
	5					31,39m / 17,71m 33,39m / 23,71m 2 440,76m ² 2 593,88m ² 0,94



Fig.67. Vista do Q1 com a envolvente



Fig.68. Vista do Q1



Fig.72. Vista do Q1



Fig.69. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.70. Pormenor de anomalias visíveis



Fig.71. Pormenor e anomalias visíveis

Ao atravessar por baixo o arco da Rua Augusta em direção ao Rossio este é o primeiro quarteirão que encontramos à nossa direita.

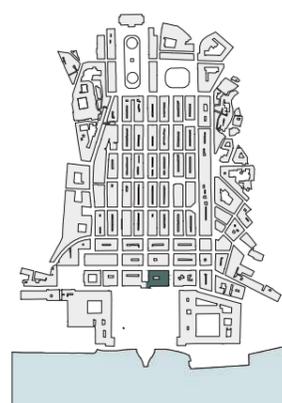
O seu alçado contém dois elementos construídos que o compõem: A fachada do arco da Rua Augusta, localizada no desenho à sua direita e a fachada do edifício localizado à sua esquerda.

A fachada do arco é um elemento construído em cantaria de carácter escultórico e ornamentado. Nesta fachada é possível verificar-se alguma presença de eflorescências salinas/ manchas de humidade localizadas pontualmente no embasamento das colunatas, no seu friso, nas cornijas e no lado direito do intradorso do arco. Numa análise generalizada é possível notar desgaste no embasamento, como nas colunatas e em alguns capitéis, onde apresenta pontualmente fissuras.

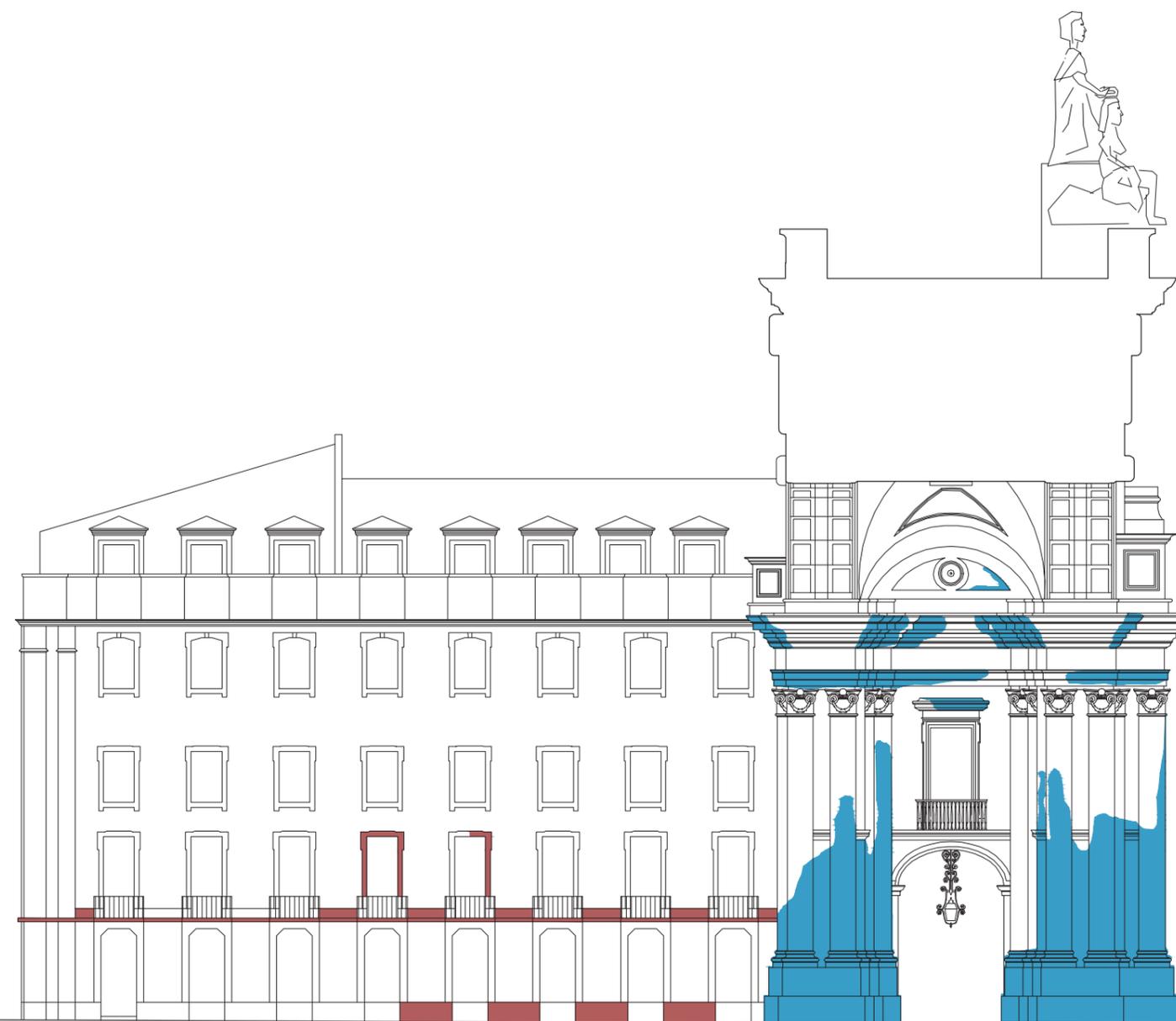
O modelo definido no cartulário está presente na fachada à esquerda do arco, este edifício apresenta-nos um programa turístico e institucional no piso 0 e piso 1, como também contém um programa hoteleiro Pestana Hotel Group, que se encontra de momento desativado. O revestimento presente é reboco, contendo cantaria no piso do rés do chão, no cunhal e balaustrada. Predomina a cor amarelo ocre e amarelo-claro.

O estado de conservação desta fachada analisada apresenta eflorescências salinas, manchas de humidade e infiltrações como também fissuras, podendo ainda assim classificar-se no seu estado geral de conservação como razoável.

No geral este quarteirão mantém o desenho original da fachada para a rua Augusta.



QUARTEIRÃO Q2



IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)

EFLORÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE

FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

ARGAMASSAS ALVENARIAS

CANTARIAS

CERÂMICOS AZULEJOS

ELEMENTOS METÁLICOS

ELEMENTOS EM MADEIRA

PINTURA MURAL

0 5 10 20m



QUARTEIRÃO Q2

	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
●	COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)			
●	EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES			
●	FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS			
	VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS			
RAZOÁVEL	CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	PISO 0 PISO 1	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO
●			TURISMO E INSTITUCIONAL	5
●			TURISMO E INSTITUCIONAL	31,25m / 16,96m
●				33,39m / 23,71m
■				2 519,64m ²
				2 646,18m ²
				0,95



Fig.73. Vista do Q2 com a envolvente



Fig.74. Vista do Q2



Fig.78. Vista do Q2



Fig.75. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.76. Pormenor com anomalias visíveis



Fig.77. Pormenor e anomalias visíveis

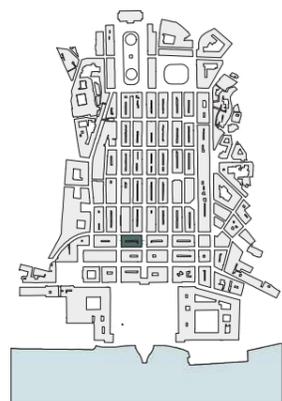
Na mesma direção ao Rossio, já apresentada nos exemplos anteriores, encontramos no terceiro quarteirão à nossa esquerda a fachada deste edifício, se destaca como ponto de elementos notáveis os pormenores em cantarias, as argamassas/alvenarias, alguns elementos metálicos, madeira, as mansardas e o beirado/telhado tradicional de telha de canudo.

O levantamento do estado de conservação nesta fachada, tem uma classificação de mau estado de conservação, pois apresentando colonização biológica (presença de musgos, plantas, fungos), abundantes eflorescências salinas, manchas de humidade e infiltrações, contém em grande número fissuras, fendas e lacunas e vestígios visíveis de elementos antigos.

A sua cor predominante é o tom bege.

A fachada está conforme o modelo definido pelo cartulário pombalino, tendo atualmente um programa de comércio no piso 0 e 1.

No geral este quarteirão mantém o desenho original da fachada para a rua Augusta.



QUARTEIRÃO Q5



IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



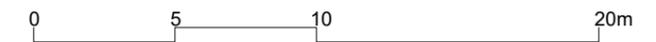
EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

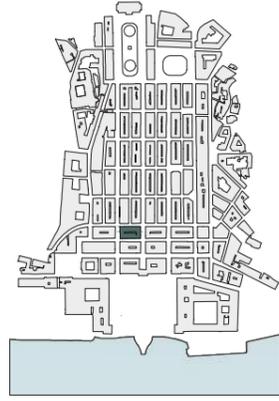


UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ARGAMASSAS ALVENARIAS |  CANTARIAS |  CERÂMICOS AZULEJOS |  ELEMENTOS METÁLICOS |  ELEMENTOS EM MADEIRA |  PINTURA MURAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|



QUARTEIRÃO Q5

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)	●	ARGAMASSAS / ALVENARIAS	●	PISO 0	COMÉRCIO	NÚMERO DE PISOS	7
EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES	●	CANTARIAS	●	PISO 1	COMÉRCIO	CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA	18,80m / 15,13m
FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS	●	CERÂMICOS / AZULEJOS				CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA	25,54m / 19,83m
VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS	●	PINTURA MURAL				ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	1 793,29m ²
CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	MAU	ELEMENTOS METÁLICOS	●			ÁREA DO LOTE	1922,51m ²
		ELEMENTOS EM MADEIRA	●			ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	0,93
		MANSARDAS	●				
		BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL	●				
		CÔR PREDOMINANTE	■				



Fig.79. Vista do Q5 com a envolvente



Fig.80. Vista da fachada do Q5



Fig.84. Vista do Q5



Fig.81. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.82. Pormenor com anomalias visíveis



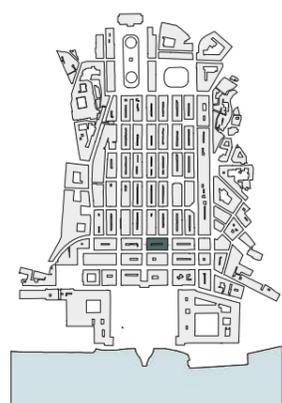
Fig.83. Pormenor e anomalias visíveis elementos notáveis

Localizando-se como o terceiro quarteirão à direita, a sua fachada tem uma classificação geral do estado de conservação como mau, devido à presença de fungos, plantas e musgos, a infiltrações e humidade e a fendas e fraturas.

A análise dos elementos notáveis que são parte desta fachada são os elementos metálicos, mansardas e o telhado e beirado tradicional. A cor que predomina nesta fachada é o bege.

A fachada está conforme o modelo definido pelo cartulário pombalino, tendo atualmente um programa de comércio e restauração no piso 0 e comércio e serviços no piso 1.

No geral este quarteirão mantém o desenho original da fachada para a rua Augusta



QUARTEIRÃO Q6



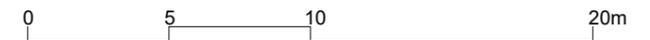
IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)

EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE

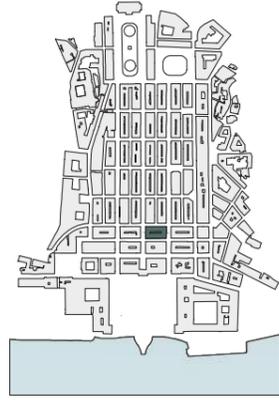
FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ARGAMASSAS ALVENARIAS |  CANTARIAS |  CERÂMICOS AZULEJOS |  ELEMENTOS METÁLICOS |  ELEMENTOS EM MADEIRA |  PINTURA MURAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|



QUARTEIRÃO Q6

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)	●	ARGAMASSAS / ALVENARIAS		PISO 0	COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO	NÚMERO DE PISOS	6
EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES	●	CANTARIAS		PISO 1	COMÉRCIO E SERVIÇOS	CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA	19,90m / 15,06m
FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS	●	CERÂMICOS / AZULEJOS				CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA	23,35m / 18,72m
VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS	●	PINTURA MURAL				ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	1 827,03m²
CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	MAU	ELEMENTOS METÁLICOS	●			ÁREA DO LOTE	1 945,71m²
		ELEMENTOS EM MADEIRA				ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	0,94
		MANSARDAS	●				
		BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL	●				
		CÔR PREDOMINANTE	■				



Fig.85. Vista do Q6 com a envolvente



Fig.86. Vista da fachada do Q6



Fig.90. Vista do Q6



Fig.87. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.88. Pormenor com anomalias visíveis



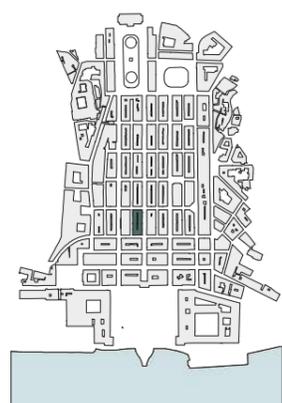
Fig.89. Pormenor e anomalias visíveis

Localizando-se como o quarto quarteirão à esquerda em direção ao Rossio, a sua fachada tem uma classificação geral do estado de conservação como razoável, apresentando colonização biológica (presença de musgos, plantas, fungos), abundantes eflorescências salinas, manchas de humidade e infiltrações, fissuras, fendas e lacunas.

Destaca como elementos notáveis os pormenores em cantarias, as argamassas/alvenarias, alguns elementos metálicos, madeira, as mansardas e o beirado/telhado tradicional de telha de canudo. A cor predominante nesta fachada é a tonalidade bege.

A fachada está conforme o modelo definido pelo cartulário pombalino, tendo atualmente um programa de comércio ativo nos pisos 0 e 1.

No geral este quarteirão mantém o desenho original da fachada para a rua Augusta.



QUARTEIRÃO Q7

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) |  EFLORESCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE |  FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS |  UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

0 5 10 20m



ARGAMASSAS
ALVENARIAS



CANTARIAS



CERÂMICOS
AZULEJOS



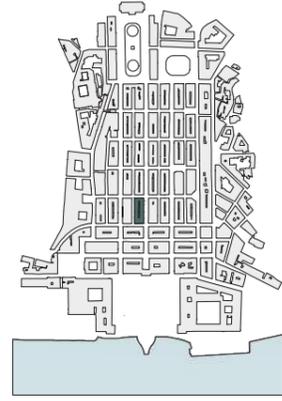
ELEMENTOS
METÁLICOS



ELEMENTOS
EM MADEIRA



PINTURA
MURAL



QUARTEIRÃO Q7

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
<ul style="list-style-type: none"> ● COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) ● EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES ● FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS ● VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS 	CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
RAZOÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> ● ARGAMASSAS / ALVENARIAS ● CANTARIAS ● CERÂMICOS / AZULEJOS ● PINTURA MURAL ● ELEMENTOS METÁLICOS ● ELEMENTOS EM MADEIRA ● MANSARDAS ● BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL ■ CÔR PREDOMINANTE 	<ul style="list-style-type: none"> ● COMÉRCIO PISO 0 ● COMÉRCIO PISO 1 	<ul style="list-style-type: none"> ● NÚMERO DE PISOS ● CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA ● CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ● ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ● ÁREA DO LOTE ● ÍNDICE DE OCUPAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ● COMÉRCIO ● COMÉRCIO 	<ul style="list-style-type: none"> ● 6 ● 22,20m / 14,70m ● 25,19m / 18,57m ● 1 740,37m² ● 1 864,97m² ● 0,93



Fig.91. Vista do Q7 com a envolvente



Fig.92. Vista da fachada do Q7



Fig.96. Vista do Q7



Fig.93. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.94. Pormenor com anomalias visíveis



Fig.95. Anomalias visíveis

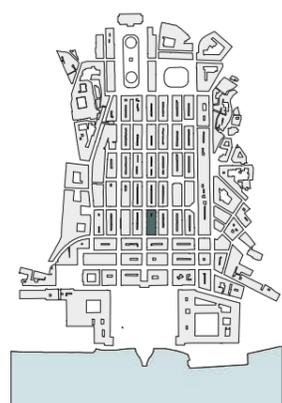
Este quarteirão é o quarto que encontramos à nossa direita quando percorremos a Rua Augusta em direção ao Rossio. A sua fachada para a Rua tem um estado de conservação que podemos classificar como razoável, apresentando ainda assim algumas infiltrações ao nível das cornijas, provocando colonização biológica e manchas de humidade. Ao nível das cantarias, e também de áreas localizadas do revestimento em reboco, é possível detetar algumas fissurações e fraturas.

141

Como elementos notáveis neste quarteirão destaca-se a presença de revestimento de azulejo na porção de fachada mais a norte. Para além disso estão presentes os normais elementos metálicos, as mansardas e o beirado e telhado tradicional de telha de canudo de cor vermelha.

A fachada do quarteirão é dominada pelo programa do Banco Millenium, que ocupa a maior parte da sua extensão e que define a cor predominante, que é o ocre. Para além do programa atrás identificado, existe ainda a ocupação por programa de restauração.

O troço de fachada ocupado pelo banco Millenium mantém o desenho original da fachada definida no cartulário, porém, fora desse troço identifica-se um aumento de cérceas e volumetrias, assim como a presença de grandes montras nos rés do chão.



QUARTEIRÃO Q8

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



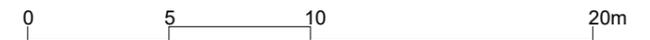
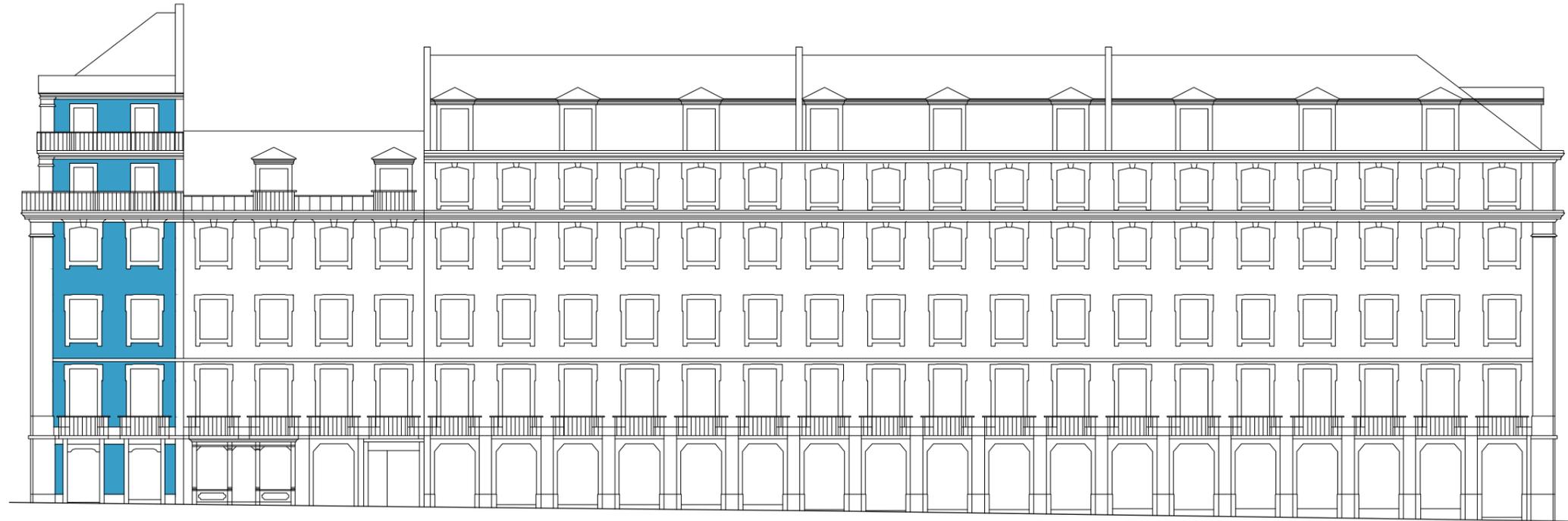
EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

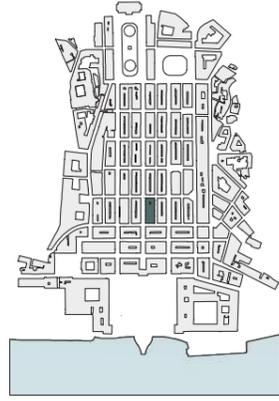


UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ARGAMASSAS ALVENARIAS |  CANTARIAS |  CERÂMICOS AZULEJOS |  ELEMENTOS METÁLICOS |  ELEMENTOS EM MADEIRA |  PINTURA MURAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|



QUARTEIRÃO Q8

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	● ● ● RAZOÁVEL	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	● ● ● ● ● ● ■	PISO 0 PISO 1	BANCO E RESTAURAÇÃO BANCO E RESTAURAÇÃO	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	6 19,10m / 13,63m 23,33m / 17,46m 1 816,51m ² 1 833,29m ² 0,99



Fig.97. Vista do Q8 com a envolvente



Fig.98. Vista da fachada do Q8



Fig.102. Vista do Q8



Fig.99. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.100. Vista com anomalias visíveis



Fig.101. Pormenor com anomalias visíveis

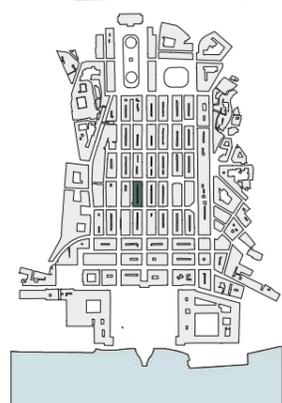
Localizando-se como o quinto quarteirão à esquerda na direção do Terreiro do Paço ao Rossio, a sua fachada está num bom estado de classificação geral. Ainda assim assinala-se uma pontual colonização biológica e algumas manchas de humidade no troço central da fachada, sobretudo nas zonas mais salientes.

147

Destacam-se como elementos notáveis o revestimento azulejar, assim como uma elaborada balaustrada, alguns elementos em cantaria que configuram a varanda do troço central da fachada e ainda a presença de publicidade em elementos metálicos. A cor predominante nesta fachada é a tonalidade bege.

Atualmente, ao nível do piso térreo funciona o programa de comércio, no primeiro piso funciona um programa de turismo e ainda algum comércio que se estende desde o piso térreo.

A fachada apresenta algumas diferenças relativamente ao modelo definido pelo cartulário pombalino, nomeadamente ao nível das cérceas que se viram aumentadas, da configuração das mansardas e dos vãos do piso térreo que foram reconfigurados em montras.



QUARTEIRÃO Q9

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

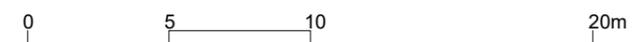


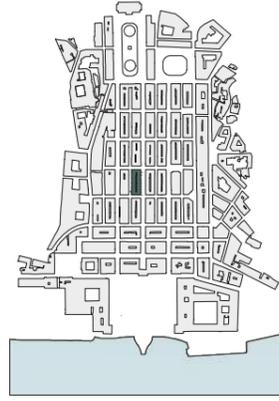
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ARGAMASSAS ALVENARIAS |  CANTARIAS |  CERÂMICOS AZULEJOS |  ELEMENTOS METÁLICOS |  ELEMENTOS EM MADEIRA |  PINTURA MURAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|





QUARTEIRÃO Q9

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
<p>● COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)</p> <p>● EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES</p> <p>FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS</p> <p>VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS</p>			
BOM	CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
●	ARGAMASSAS / ALVENARIAS		
●	CANTARIAS		
●	CERÂMICOS / AZULEJOS		
	PINTURA MURAL		
●	ELEMENTOS METÁLICOS		
	ELEMENTOS EM MADEIRA		
●	MANSARDAS		
●	BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL		
■	CÔR PREDOMINANTE		
COMÉRCIO		PISO 0	
COMÉRCIO E TURISMO		PISO 1	
6		NÚMERO DE PISOS	
22,47m / 14,94m		CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA	
25,97m / 19,75m		CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA	
1 678,43m ²		ÁREA DE IMPLANTAÇÃO	
1822,60m ²		ÁREA DO LOTE	
0,92		ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	



Fig.103. Vista do Q9 com a envolvente



Fig.104. Vista da fachada do Q9



Fig.108. Vista do Q9



Fig.105. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.106. Pormenor com anomalias visíveis



Fig.107. Vista de anomalias visíveis

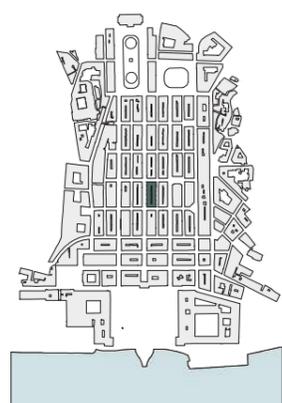
Este é o quinto quarteirão à direita no sentido do Rossio, a sua fachada tem uma classificação geral do estado de conservação como razoável. É possível detectar uma grande presença de manchas de humidade e de escorrências ao nível das cornijas, assim como o desgaste e fraturas das cantarias que fazem a moldura de alguns vãos.

153

Como elementos notáveis destacam-se as montras de dois pisos com molduras em cantaria e estrutura metálica, algum revestimento azulejar, e alguns elementos em cantaria de carácter escultórico, como é o caso da águia presente no cunhal direito e a varanda do quinto piso. A cor que predomina esta fachada é o ocre.

Tanto no piso térreo como no primeiro piso são articulados os programas de comércio e de restauração.

A fachada foge do modelo definido pelo cartulário pombalino, com as suas grandes montras e com o incremento de pisos que provocam a alteração da volumetria da cobertura.



QUARTEIRÃO Q10

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS



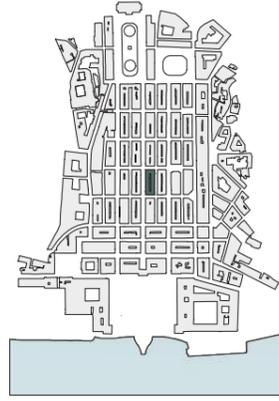
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

0 5 10 20m

- | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|
|  | <p>ARGAMASSAS ALVENARIAS</p> |  | <p>CANTARIAS</p> |  | <p>CERÂMICOS AZULEJOS</p> |  | <p>ELEMENTOS METÁLICOS</p> |  | <p>ELEMENTOS EM MADEIRA</p> |  | <p>PINTURA MURAL</p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|



QUARTEIRÃO Q10

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
<ul style="list-style-type: none"> ● COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) ● EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES ● FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS ● VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS 	<ul style="list-style-type: none"> ● CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO PISO 0 ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO PISO 1 	<ul style="list-style-type: none"> ● NÚMERO DE PISOS ● CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA ● CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ● ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ● ÁREA DO LOTE ● ÍNDICE DE OCUPAÇÃO
RAZOÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> ● ARGAMASSAS / ALVENARIAS ● CANTARIAS ● CERÂMICOS / AZULEJOS ● PINTURA MURAL ● ELEMENTOS METÁLICOS ● ELEMENTOS EM MADEIRA ● MANSARDAS ● BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL ● CÔR PREDOMINANTE 	<ul style="list-style-type: none"> ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO PISO 0 ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO PISO 1 	<ul style="list-style-type: none"> ● 7 ● 20,01m / 14,27m ● 24,98m / 23,01m ● 1 668,33m² ● 1 831,85m² ● 0,91



Fig.109. Vista do Q10 com a envolvente



Fig.110. Vista da fachada do Q10



Fig.114. Vista do Q10



Fig.111. Vista com algumas anomalias visíveis



Fig.112. Pormenor com anomalias visíveis



Fig.113. Pormenor e anomalias visíveis

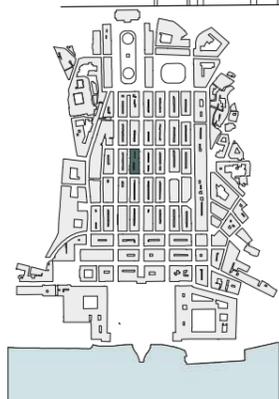
Na direção do Rossio, este é o sexto quarteirão que encontramos à esquerda. A sua fachada tem um estado de conservação razoável, nela encontramos alguma colonização biológica ao nível das cornijas, associada a escorrências que provocam manchas de humidade que se alastram um pouco por todo o troço mais a norte da fachada.

159

Os elementos notáveis identificam-se pelo revestimento azulejar, assim como uma elaborada cantarias presentes, alguns elementos com diferentes materialidades como a madeira e o metal. Esta fachada contém também pintura mural mansardas e beirado/telhado tradicional de telha de canudo. A cor que lhe é predominante é o tom bege escuro, tendo também no edifício restante o tom de amarelo-claro.

Atualmente, ao nível do piso térreo funciona o programa de comércio e restauração, no primeiro piso funciona um programa de comércio.

A fachada apresenta algumas diferenças relativamente ao modelo definido pelo cartulário pombalino, dos vãos do piso térreo que foram reconfigurados em montras.



QUARTEIRÃO Q11

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORESCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

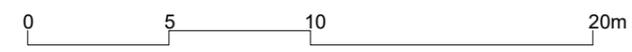


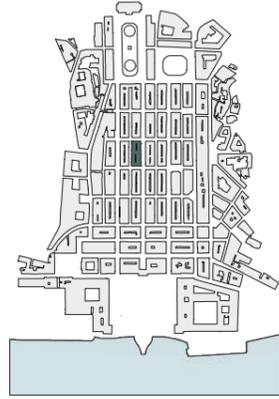
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- ARGAMASSAS ALVENARIAS
- CANTARIAS
- CERÂMICOS AZULEJOS
- ELEMENTOS METÁLICOS
- ELEMENTOS EM MADEIRA
- PINTURA MURAL





QUARTEIRÃO Q11

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	● ● ● RAZOÁVEL	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	● ● ● ● ● ● ● ● ■	PISO 0 PISO 1	COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO COMÉRCIO	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	6 20,53m / 14,27m 22,80m / 18,60m 1 755,89m ² 1827,98m ² 0,96



Fig.115. Vista do Q11 com a envolvente



Fig.116. Vista da fachada do Q11



Fig.120. Vista do Q11



Fig.117. Vista com algumas anomalias visíveis

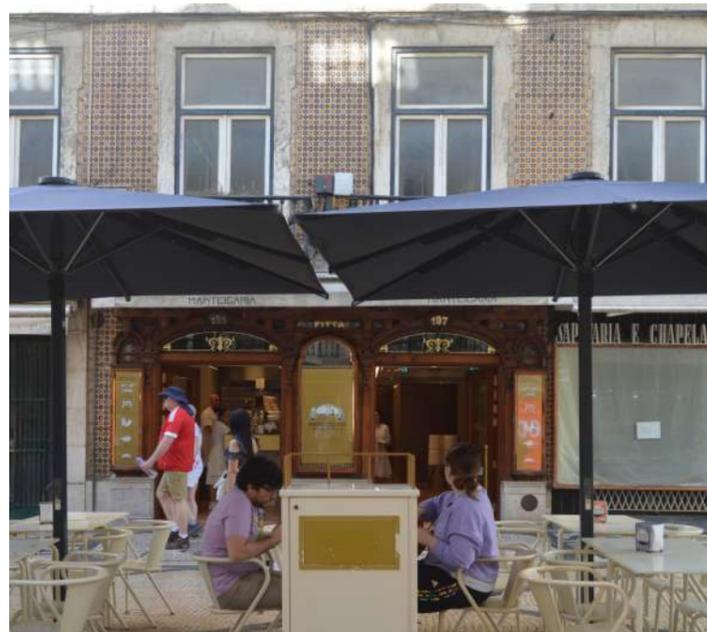


Fig.118. Pormenor com anomalias visíveis



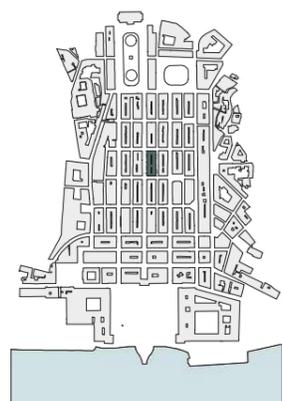
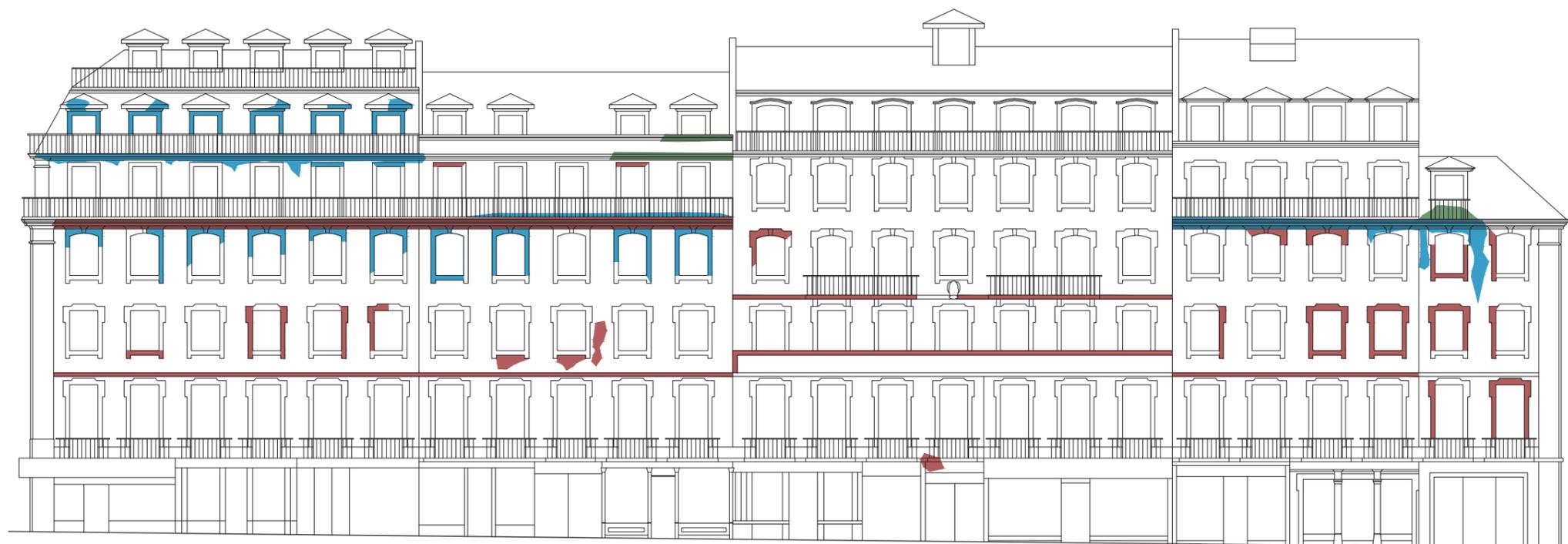
Fig.119. Vista com anomalias visíveis e elementos notáveis

Poderemos caracterizar este quarteirão como o sexto que se direciona ao rossio à direita. A sua fachada tem um estado de conservação razoável, nela encontramos alguma colonização biológica, associada a escorrências que provocam manchas de humidade que se alastram um pouco por todo o troço.

Os elementos notáveis identificam-se pelo revestimento azulejar, assim como uma elaborada cantarias presentes. A cor que lhe é predominante é o cinza escuro, tendo também no edifício restante o tom de amarelo-claro e amarelo-escuro.

Atualmente, ao nível do piso térreo e piso um funciona o programa de comércio e restauração.

A fachada apresenta algumas diferenças relativamente ao modelo definido pelo cartulário pombalino, dos vãos do piso térreo que foram reconfigurados.



QUARTEIRÃO Q12

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS



UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



167

0 5 10 20m

IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS



ARGAMASSAS
ALVENARIAS



CANTARIAS



CERÂMICOS
AZULEJOS



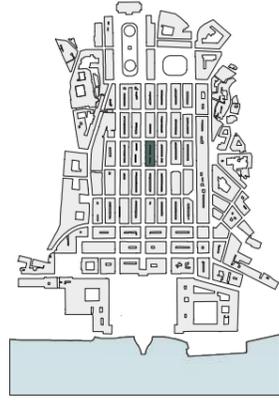
ELEMENTOS
METÁLICOS



ELEMENTOS
EM MADEIRA



PINTURA
MURAL



QUARTEIRÃO Q12

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
<ul style="list-style-type: none"> ● COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) ● EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES ● FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS ● VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS 	CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
RAZOÁVEL	<ul style="list-style-type: none"> ● ARGAMASSAS / ALVENARIAS ● CANTARIAS ● CERÂMICOS / AZULEJOS ● PINTURA MURAL ● ELEMENTOS METÁLICOS ● ELEMENTOS EM MADEIRA ● MANSARDAS ● BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL ■ CÔR PREDOMINANTE 	<ul style="list-style-type: none"> ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO PISO 0 ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO PISO 1 	<ul style="list-style-type: none"> ● NÚMERO DE PISOS ● CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA ● CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ● ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ● ÁREA DO LOTE ● ÍNDICE DE OCUPAÇÃO
		<ul style="list-style-type: none"> ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO ● COMÉRCIO E RESTAURAÇÃO 	<ul style="list-style-type: none"> ● 7 ● 20,31m / 14,44m ● 24,43m / 17,93m ● 1 747,36m² ● 1822,83m² ● 0,96



Fig.121. Vista do Q12 com a envolvente



Fig.122. Vista da fachada do Q12



Fig.126. Vista do Q12



Fig.123. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.124. Pormenor com anomalias visíveis



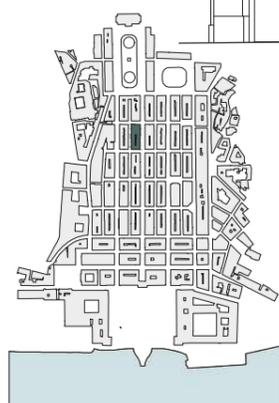
Fig.125. Pormenor e anomalias visíveis

Este quarteirão é o sétimo que encontramos à nossa esquerda quando percorremos a Rua Augusta em direção ao Rossio. A sua fachada para a Rua tem um estado de conservação que podemos classificar como bom, apresentando ainda assim algumas infiltrações, provocando colonização biológica e manchas de humidade. Ao nível das cantarias, e também de áreas localizadas do revestimento em reboco, é possível detetar algumas fissurações e fraturas.

Como elementos notáveis neste quarteirão destaca-se a presença de revestimento de azulejo numa porção da fachada. Para além disso estão presentes as mansardas e o beirado e telhado tradicional de telha de canudo de cor vermelha.

A fachada do quarteirão é dominada pelo comércio, restauração e serviços no piso rés do chão. No primeiro piso apresenta um programa de comércio e turismo. O bege escuro predomina esta fachada, existindo outras que também a caracteriza como o amarelo-claro, branco e o bege.

No geral apresenta o desenho original definido pelo cartulário, apresentando como alterações a presença de grandes montras nos rés do chão que rasgam toda a fachada pombalina.



QUARTEIRÃO Q13

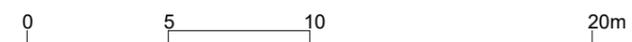
IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)

EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE

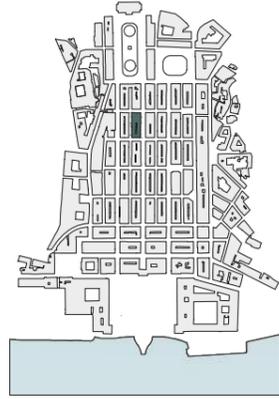
FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

- | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ARGAMASSAS ALVENARIAS |  CANTARIAS |  CERÂMICOS AZULEJOS |  ELEMENTOS METÁLICOS |  ELEMENTOS EM MADEIRA |  PINTURA MURAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|



QUARTEIRÃO Q13

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	● ● ● BOM	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE		PISO 0 PISO 1	COMÉRCIO RESTAURAÇÃO SERVIÇOS COMÉRCIO TURISMO	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE	7 28,18m / 14,38m 29,86m / 18,63m 1 711,52m ² 1789,76m ² 0,96



Fig.127. Vista do Q13 com a envolvente



Fig.128. Vista da fachada do Q13



Fig.132. Vista do Q13



Fig.129. Pormenor com algumas anomalias visíveis



Fig.130. Pormenor com anomalias visíveis



Fig.131. Pormenor de anomalias visíveis

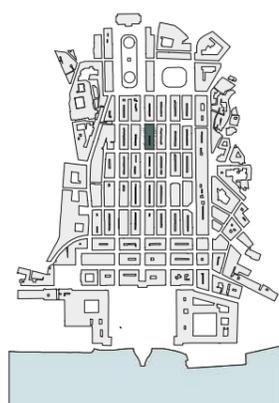
Localizando-se como o sétimo quarteirão à direita na direção do Terreiro do Paço ao Rossio, a sua fachada está num razoável estado de classificação geral. Ainda assim assinala-se uma pontual colonização biológica e algumas manchas de humidades e infiltrações bastante evidentes. Apresenta desgaste sendo expresso através das fissurações presentes, fraturas e lacunas.

177

Destacam-se como elementos notáveis o revestimento cerâmico azulejar, as cantarias, os elementos metálicos, as mansardas e o telhado com beirado tradicional. A cor predominante nesta fachada é a tonalidade castanho-claro, apresentado outras porções com tom azul-claro, amarelo-claro, e amarelo-ocre.

Atualmente, ao nível do piso térreo funciona o programa de comércio e restauração, no primeiro piso funciona um programa comércio que faz ligação com o piso térreo.

A fachada apresenta algumas diferenças relativamente ao modelo definido pelo cartulário pombalino, nomeadamente nos vãos do piso térreo que foram reconfigurados em montras.



QUARTEIRÃO Q14

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORESCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS



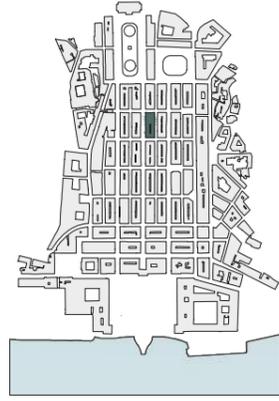
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

0 5 10 20m

- | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  ARGAMASSAS ALVENARIAS |  CANTARIAS |  CERÂMICOS AZULEJOS |  ELEMENTOS METÁLICOS |  ELEMENTOS EM MADEIRA |  PINTURA MURAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|



QUARTEIRÃO Q14

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	● ● ● RAZOÁVEL	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	● ● ● ● ● ● ■	PISO 0 PISO 1	COMÉRCIO RESTAURAÇÃO COMÉRCIO	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	7 21,99m / 14,39m 25,32m / 17,51m 1 757,35m ² 1834,94m ² 0,96



Fig.133. Vista do Q14 com a envolvente



Fig.134. Vista da fachada do Q14



Fig.138. Vista do Q14



Fig.135. Vista com algumas anomalias visíveis



Fig.136. Pormenor com elementos notáveis e anomalias visíveis



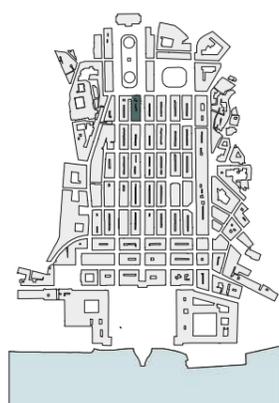
Fig.137. Pormenor de anomalias visíveis

Na direção do Rossio, este é o oitavo quarteirão que encontramos à esquerda. A sua fachada tem um estado de conservação razoável, nela encontramos alguma colonização biológica, está associada a escorrências que provocam manchas de humidade que se alastram. Estão presentes fissuras/fendas ao longo desta fachada.

Os elementos notáveis identificam-se pelos elementos metálicos, mansardas e beirado/telhado tradicional. A cor que predomina é o cinza claro.

Atualmente, ao nível do piso térreo e primeiro piso o programa é comércio e restauração.

A fachada apresenta algumas diferenças relativamente ao modelo definido pelo cartulário pombalino, dos vãos do piso térreo que foram reconfigurados em rasgos de envidraçados.



QUARTEIRÃO Q15

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)

EFLORÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE

FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS

UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS



ARGAMASSAS ALVENARIAS



CANTARIAS



CERÂMICOS AZULEJOS



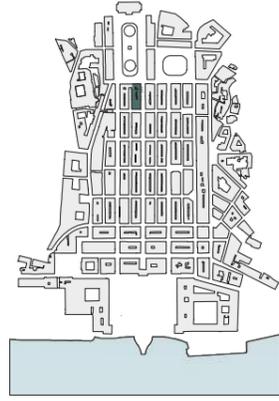
ELEMENTOS METÁLICOS



ELEMENTOS EM MADEIRA



PINTURA MURAL



QUARTEIRÃO Q15

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		ELEMENTOS NOTÁVEIS		PROGRAMA		CARACTERÍSTICAS GERAIS	
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO	● ●	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	● ● ● ■	PISO 0 PISO 1	COMÉRCIO RESTAURAÇÃO COMÉRCIO RESTAURAÇÃO	NÚMERO DE PISOS CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO ÁREA DO LOTE ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	6 18,28m / 14,13m 22,84m / 18,22m 1 771,81m ² 1846,81m ² 0,96



Fig.139. Vista do Q15 com a envolvente



Fig.140. Vista da fachada do Q15



Fig.144. Vista do Q15



Fig.141. Vista da fachada com algumas anomalias visíveis

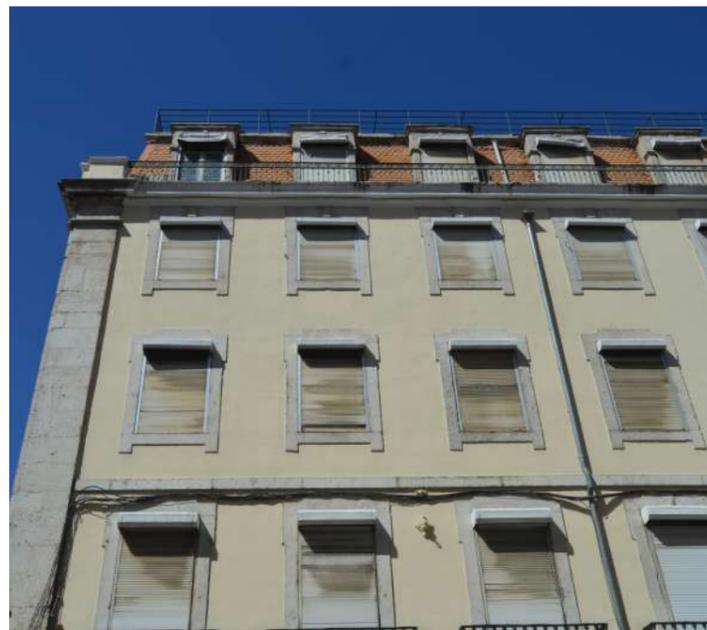


Fig.142. Pormenor com anomalias visíveis



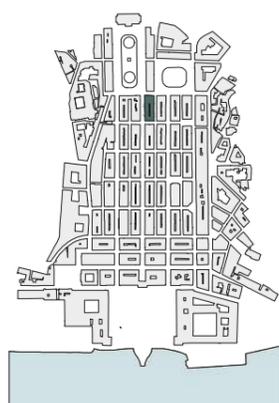
Fig.143. Pormenor de fachada com anomalias visíveis

Poderemos caracterizar este quarteirão como o oitavo que se direciona ao rossio à direita. A sua fachada tem um estado de conservação bom, apresenta ligeiras fissuras.

Os elementos notáveis identificam-se pelas suas argamassas e alvenarias presentes, pelos habituais elementos metálicos que se repetem no geral no desenho das fachadas pombalinas, as mansardas e por fim o beirado/telhado tradicional de telha de canudo vermelha. Predomina a cor cinza-escuro.

Atualmente, ao nível do piso térreo está explorado o comércio e a restauração, estendendo-se para o primeiro piso o comércio.

A fachada apresenta bastantes diferenças relativamente ao modelo definido pelo cartulário pombalino, nos vãos do piso térreo que foram alterados.



QUARTEIRÃO Q16

IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO



COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA
(FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS)



EFLORASCÊNCIAS SALINAS
MANCHAS DE HUMIDADE



FISSURAS / FENDAS
FRATURAS / LACUNAS



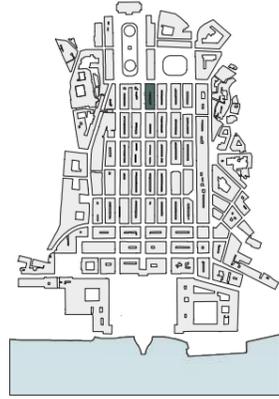
UTILIZAÇÃO DE ARGAMASSAS
CIMENTÍCIAS



IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS NOTÁVEIS

0 5 10 20m

- | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  <p>ARGAMASSAS ALVENARIAS</p> |  <p>CANTARIAS</p> |  <p>CERÂMICOS AZULEJOS</p> |  <p>ELEMENTOS METÁLICOS</p> |  <p>ELEMENTOS EM MADEIRA</p> |  <p>PINTURA MURAL</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



QUARTEIRÃO Q16

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	ELEMENTOS NOTÁVEIS	PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS GERAIS
COLONIZAÇÃO BIOLÓGICA (FUNGOS / MUSGOS / PLANTAS) EFLORESCÊNCIAS SALINAS MANCHAS DE HUMIDADE INFILTRAÇÕES FISSURAS / FENDAS FRATURAS / LACUNAS VESTÍGIOS VISÍVEIS DE ELEMENTOS ANTIGOS CLASSIFICAÇÃO GERAL DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO BOM	ARGAMASSAS / ALVENARIAS CANTARIAS CERÂMICOS / AZULEJOS PINTURA MURAL ELEMENTOS METÁLICOS ELEMENTOS EM MADEIRA MANSARDAS BEIRADO / TELHADO TRADICIONAL CÔR PREDOMINANTE	PISO 0 PISO 1	NÚMERO DE PISOS 6 CÉRCEA MÁXIMA / MÍNIMA 20,38m / 15,43m CUMEEIRA MÁXIMA / MÍNIMA 25,00m / 17,82m ÁREA DE IMPLANTAÇÃO 1 798,57m ² ÁREA DO LOTE 1888,50m ² ÍNDICE DE OCUPAÇÃO 0,95



Fig.145. Vista do Q16 com a envolvente



Fig.146. Vista da fachada do Q16



Fig.150. Vista do Q16



Fig.147. Fachada do Q16 com anomalias visíveis



Fig.148. Pormenor de elementos notáveis na fachada



Fig.149. Pormenor de anomalias visíveis

CAPÍTULO IV

SÍNTESE CRÍTICA

Este último capítulo serve de conclusão a esta investigação.

Inicia-se com a análise crítica dos paradigmas que se vivem no momento da redação desta dissertação. Esses paradigmas serão sempre associados ao Fachadismo, que é o tema desta dissertação.

Seguir-se-á a Síntese da Investigação onde se irá recapitular aquilo que temos estudado ao longo desta dissertação. Passando em revista todos os capítulos do corpo deste documento.

Alimentado pelo trabalho realizado ao longo de toda a dissertação e particularmente pelos Paradigmas e pela Síntese da Investigação, irá propor-se um conjunto de Boas Práticas a ser aplicadas na Rua Augusta.

PARADIGMAS

FACHADISMO E POLÍTICA

O fenómeno do fachadismo na cidade de Lisboa e em particular na Rua Augusta, parece encontrar um enquadramento num certo ambiente económico, político e social.

O historiador Paulo Pereira assume que este fenómeno de fachadismo e de profundas alterações na baixa de Lisboa não é novo, na realidade, esta zona tem sido palco de profundas e violentas transformações. Aquilo a que assistimos nos dias de hoje é provocado pela explosão de um certo turismo algo insustentável, que se assume como o principal suspeito na causa de outros problemas, como a gentrificação, a especulação imobiliária e a difusão do alojamento local. Mesmo assumindo que este é um fenómeno que vem acontecendo desde há muito tempo, Paulo Pereira defende que “o processo de gestão deste espaço, que é valioso, tem que ser muitíssimo mais cuidadoso do que está a ser.”¹

O diagnóstico que Paulo Pereira faz, assumindo que o turismo é a principal causa destes fenómenos, parece ser corroborado pela crescente monofuncionalidade. Tal como demonstrámos no terceiro capítulo desta dissertação, na Rua Augusta nota-se uma certa homogeneidade de programa arquitectónico.

De acordo com reportagem de julho de 2023 realizada pelo jornal Expresso, este carácter da Rua Augusta parece alargar-se a toda a Baixa Pombalina. De acordo com a referida reportagem, a Baixa, “a zona da cidade que chegou a ser o grande centro comercial do país entrou em declínio no virar do milénio, encontrou

¹ Pereira, Paulo. (2018). “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.173.

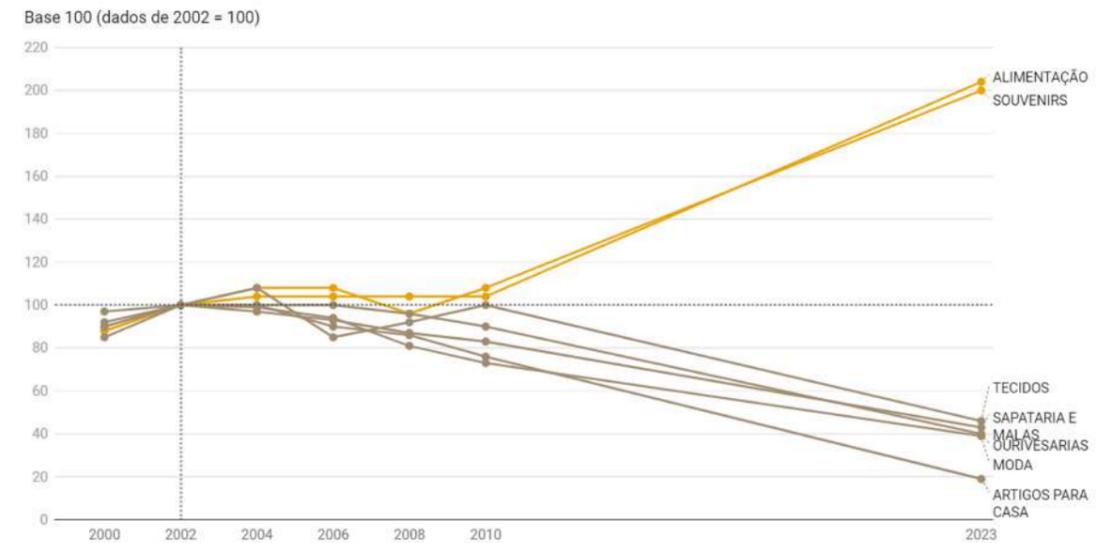


Fig.151. Dados do Recenseamento Comercial da rua Áurea, Fanqueiros, Prata e Augusta dos anos 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010 (último disponível). Os dados de 2023 foram compilados pelo jornal Expresso, com base num levantamento inicial feito pela Associação de Dinamização da Baixa Pombalina (ADBP). As sete áreas de negócio assinaladas cobrem cerca de 77% das lojas das quatro ruas principais da Baixa. © Pereira, João Vieira (direção de reportagem). (13 de julho de 2023). “Baixa de Lisboa: liquidação total.” Expresso

solução no turismo e especializou-se nele.”² Esta perda de diversidade vulnerabiliza este espaço urbano, a sua resiliência vê-se afetada e fica exposto a um risco de declínio caso Lisboa deixe de ser um destino turístico tão apetecível como tem sido.

O palco do fachadismo é também o da especulação imobiliária. O arquitecto Walter Rossa afirma que este fenómeno surge conectado com um modelo de rápido desenvolvimento que nos tem deixado “inebriados” e que se baseia no turismo e no grande investimento propiciado por políticas como a dos Vistos Gold (política que, a troco de um investimento financeiro avultado, permite a autorização para entrada e residência em Portugal de cidadãos estrangeiros, não naturais da União Europeia ou residentes fora do Espaço Schengen).³

O grande investimento imobiliário que à primeira vista parece ser benéfico para a salvaguarda do património arquitectónico, parece revelar-se uma solução algo contaminada. Esta visão é acompanhada pelo pensamento da historiadora Raquel Henriques da Silva que assume que a abundância de fundos pode traduzir-se numa certa irracionalidade na intervenção arquitectónica sobre o património. A historiadora afirma mesmo que “A pobreza é má conselheira. Mas a pobreza preservou, por exemplo, as vilas, aldeias e mesmo cidades alentejanas, ali conservadas em pobreza e nós hoje gostamos delas e achamos que vale a pena mantê-las.”⁴

² Pereira, João Vieira (direção de reportagem). (13 de julho de 2023). “Baixa de Lisboa: liquidação total.” Expresso. <https://multimedia.expresso.pt/baixadelisboa/#group-section-Creditos-BMy1JSTZ36>

³ Rossa, Walter. (2018). “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.151.

⁴ Silva, Raquel Henriques da. (2018). “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.151.

FACHADISMO E PENSAMENTO ARQUITETÓNICO

A relação de fachadismo com o pensamento arquitetónico parece não ser pacífica. Esta operação, conforme analisámos anteriormente, caracteriza-se pela ruptura de relações entre a fachada e o interior do edifício, esta ruptura física tem origem num conjunto de rupturas de pensamento arquitetónico.

Em “Da Organização do Espaço”, obra quintessencial do pensamento arquitetónico português e bibliografia inevitável para todos os arquitetos e estudantes de arquitetura portugueses, Fernando Távora conclui que: “projetar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquiteto na criação de formas vazias de sentido, impostas por capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para o tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem.”⁵

198

A defesa do conhecimento e entendimento da circunstância e do enquadramento da proposta arquitetónica de forma harmoniosa nessa circunstância, tal como apresentada por Távora tem sido alicerce para a escola de pensamento arquitetónico em Portugal, ideia corroborada por Siza em *Imaginar a Evidência*, obra onde através de alguns projetos, Siza demonstra a sua constante busca pelo equilíbrio entre a obra e a envolvente.⁶

Se como vimos anteriormente o fachadismo assenta na ruptura de relações e o pensamento arquitetónico corrente em Portugal assenta na valorização de relações, podemos detectar um evidente conflito filosófico.

Este conflito é entendido por Walter Rossa que assume que “a arquitetura portuguesa sempre se pautou pela sobriedade, racionalidade, compreensão do lu-

⁵ Távora, Fernando. (2008). *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP, p.20-21

⁶ Siza, Álvaro. (2012). *Imaginar a Evidência*. Coimbra: Almedina, Edições 70.

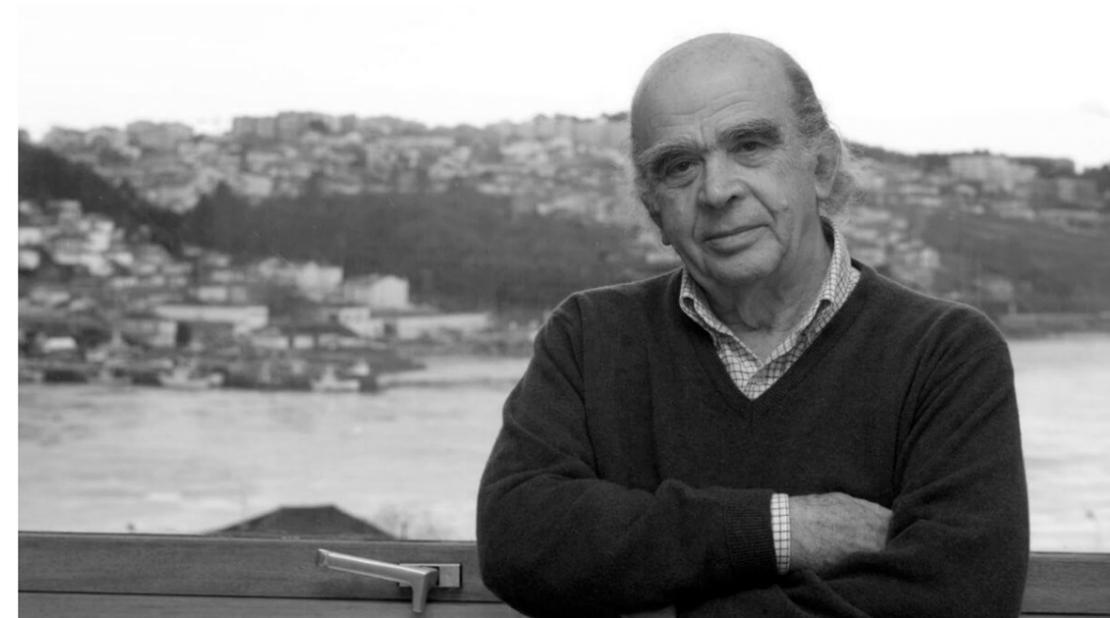


Fig.152. *Fernando Távora (2003)*, fotografia do grupo Pessoa cedida por Carlos Pintella © <https://tinyurl.com/2vphaz9v> acedido a 18 Setembro 2023

gar, pragmatismo. Pela compreensão daquilo que é básico que é o valor estrutural, telúrico da arquitetura. Quando se adota o tal modelo do “fachadismo”, está-se a negar tudo isto (...).”⁷

Concluimos assim que o fachadismo, na sua opção pela remoção de parte do edifício, para satisfação de qualquer outra premissa que não a da salvaguarda desse edifício, provoca rupturas com o pensamento arquitetónico. Para além desta ruptura, estamos a incorrer numa outra, relativa à História. A demolição implica sempre a supressão de alguma obra realizada em algum momento na História, sobre isto, o historiador Rui Tavares defende que o fachadismo “reflete no fundo uma certa dificuldade na relação com o passado.”⁸

PROPOSTA DE CONCEITO FACHADISMO

O conceito de Fachadismo no entendimento comum, não passa de uma ação: da manutenção da fachada e da demolição do interior do edifício. Quando investigamos deparamo-nos que não se consegue definir baseando-se na ação, mas sim consegue-se definir se entendermos que essa ação parte de um conceito que posteriormente advém de uma ideia, onde conseguimos entender que existem os dois elementos que trabalham em conjunto numa só unidade. Este conceito não tem capacidade para ser generalizado se é boa ou má prática, pois é um conceito que se particulariza analisando caso a caso, edifício a edifício, que devemos balançar as suas patologias e as suas anomalias, os seus riscos identitários e urbanos e

⁷ Rossa, Walter. (2018). “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.151.

⁸ Tavares, Rui. (2018). “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.165.

as propostas que lhe estão a ser confrontadas.

Concluimos assim que sem um estudo da edificação em causa não se pode caracterizar as boas e más práticas do Fachadismo. Não se poderá proibir a demolição do interior quando essa construção põe em causa todo o património que se possa salvaguardar, é necessário pesar e discutir quais os valores patrimoniais que pretendemos salvaguardar enquanto sociedade. Quando a premissa é outra que não a salvaguarda de um bem maior torna-se difícil a defesa de uma operação de fachadismo, porque nessa situação, e como vimos anteriormente a operação é profundamente oposta ao pensamento arquitectónico de continuidade e harmonia entre intervenção e existência.

É necessário perceber que tal como um terreno de reserva agrícola nacional não pode ser afecto a um programa dissonante da sua vocação também os edifícios históricos não devem ser adaptados por meios intrusivos a programas para os quais não tem adaptabilidade possível. Forçá-los a assumir um programa para o qual não são adaptáveis não é diferente da imposição da destruição de valores patrimoniais pela obra.

200

GESTÃO URBANÍSTICA NA RUA AUGUSTA

No dia 23 de Outubro de 2009 foi publicado em Diário da República o Decreto-Lei 309/2009, este Decreto-Lei veio, para além de estabelecer e definir o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e o regime das zonas de proteção, veio também, e mais pertinentemente para esta dissertação, providenciar o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda. Esta legislação foi feita com o objetivo de compatibilizar a proteção do património cultural com o sistema de ordenamento do território, com vista ao desenvolvimento sustentável das comunidades. Para conseguir o seu desiderato, o decreto aposta na articulação com os municípios na tarefa comum de proteger os bens classificados. Deste modo, as zonas de protecção passam a ser

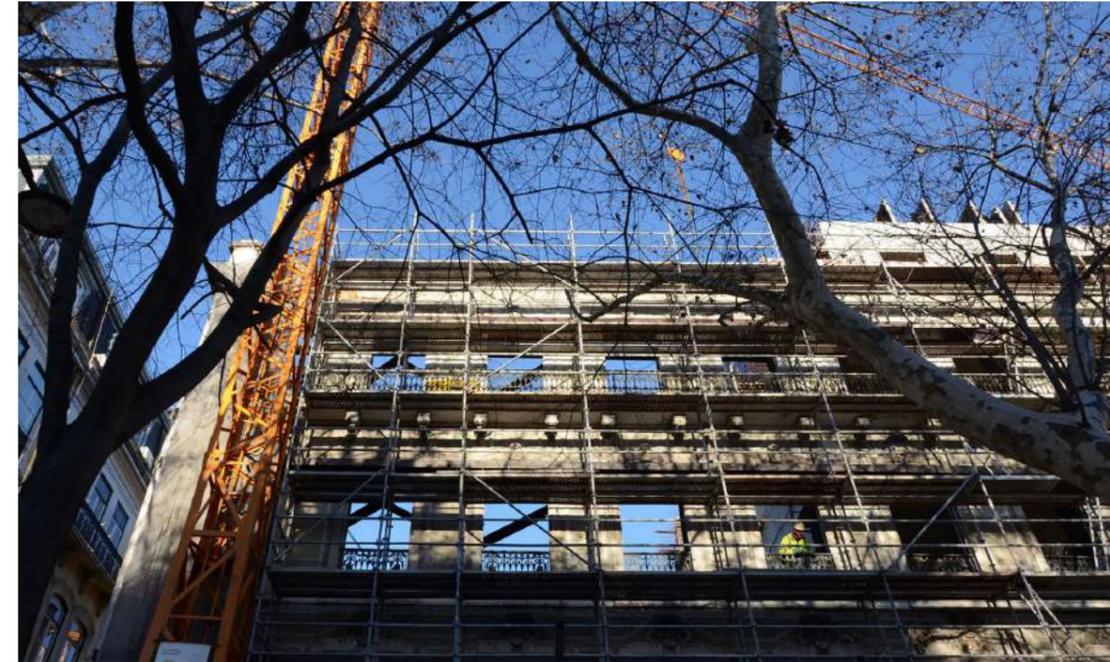


Fig.153. Operação de fachadismo na Avenida da Liberdade, perto dos Restauradores, em Lisboa © Jornal Arquitectos, acedido a 28 Setembro 2023

entendidas como unidades de planeamento autónomas, abrindo caminho para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda, cuja iniciativa e elaboração compete ao respetivo município.⁹

Foi no seguimento do Decreto-Lei apresentado no parágrafo anterior que, dois anos depois, foi aprovado o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, no dia 18 de março de 2011.¹⁰ Até então, a gestão urbanística desta zona de Lisboa era feita em sede dos normais Planos Municipais de Ordenamento do Território. Situação que, de uma forma ou de outra foi permitindo as alterações urbanísticas que conduziram à situação atual da Baixa Pombalina e em particular, conduziram à situação atual da Rua Augusta - situação essa que estudámos exaustivamente no terceiro capítulo desta dissertação.

Este Plano de Pormenor de Salvaguarda veio estabelecer o regime de uso do solo para a Baixa Pombalina, vinculando as entidades públicas e privadas ao conjunto de normas que define quanto ao tipo de operação urbanística admitido para cada edifício ou parcela incluído na área de abrangência do plano. Entre os objetivos identificados no texto do regulamento desse plano, destaca-se: a salvaguarda patrimonial; a revitalização da Baixa; o melhoramento da segurança e salubridade do edificado; a regulamentação das condições de integração de diversos programas no edificado; e, muito importante, o estabelecimento de regras para a conservação e reabilitação do edificado. É importante referir que este plano tem prevalência sobre o Plano Director Municipal de Lisboa na respectiva área de intervenção.¹¹

201

⁹ Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro. Diário da República n.º 206/2009, Série I. (Lisboa: Ministério da Cultura). <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/309/2009/p/cons/20121228/pt/html>

¹⁰ Aviso n.º 7126/2011, de 18 de março. Diário da República n.º 55/2011, Série II. (Lisboa: Município de Lisboa). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/7126-2011-2299819>

¹¹ Aviso n.º 7126/2011, de 18 de março. Diário da República n.º 55/2011, Série II. (Lisboa: Município de Lisboa). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/7126-2011-2299819>

Este plano foi inovador em todo o país, tendo sido o primeiro plano a ser desenvolvido ao abrigo do Decreto-Lei 309/2009. Em entrevista ao jornal Público, o arquiteto Ricardo Carvalho, um dos autores do projecto de instalação do Museu do Design e da Moda (Mude) na Rua Augusta, afirmou que apesar dos aspetos positivos, o plano surgiu como resposta ao “estado de absoluto desregulamento, abandono e incúria a que o centro da cidade chegou”, assumindo mesmo que: “Durante muitos anos foi possível transformar a Baixa sem qualquer critério de qualidade”. Apesar destas afirmações, o arquiteto considerou que o plano apresentava um “carácter aparentemente conservador”, que tenta “corrigir erros grosseiros do passado.”¹²

O Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina integra os desenhos dos alçados de todos os quarteirões desta zona da cidade. Sobre esses desenhos são assinaladas e mapeadas as alterações admissíveis nas fachadas, volumetrias e nas coberturas dos edifícios. Segundo o regulamento do plano, são quatro as formas possíveis de actuar sobre o edificado: remoção de elementos e/ou pisos descaracterizadores ou nefastos do ponto de vista estrutural ou conceptual, reposição da métrica dos vãos, reformulação volumétrica, formal ou material de determinados elementos e aumento de volumetria. Todas estas medidas são definidas com um objetivo de atingir um fim: a repriminização das fachadas ao “estado original”, conforme definido no Cartulário Pombalino que abordámos anteriormente.¹³

Deste modo, o plano propõe-se eliminar intervenções realizadas ao longo de dois séculos e meio de história, com o objetivo de criar em pleno século XXI o cenário definido nos planos do século XVIII. Não querendo assumir esta alteração como um conjunto de camadas que foram realizadas para adaptar os edifícios à

¹² Boaventura, Inês. (2 de maio de 2010). “Um Plano de Salvaguarda Único.” Público.<https://www.publico.pt/2010/05/02/jornal/um-plano-de-salvaguarda-unico-19302909>

¹³ Aviso n.º 7126/2011, de 18 de março. Diário da República n.º 55/2011, Série II. (Lisboa: Município de Lisboa). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/aviso/7126-2011-2299819>

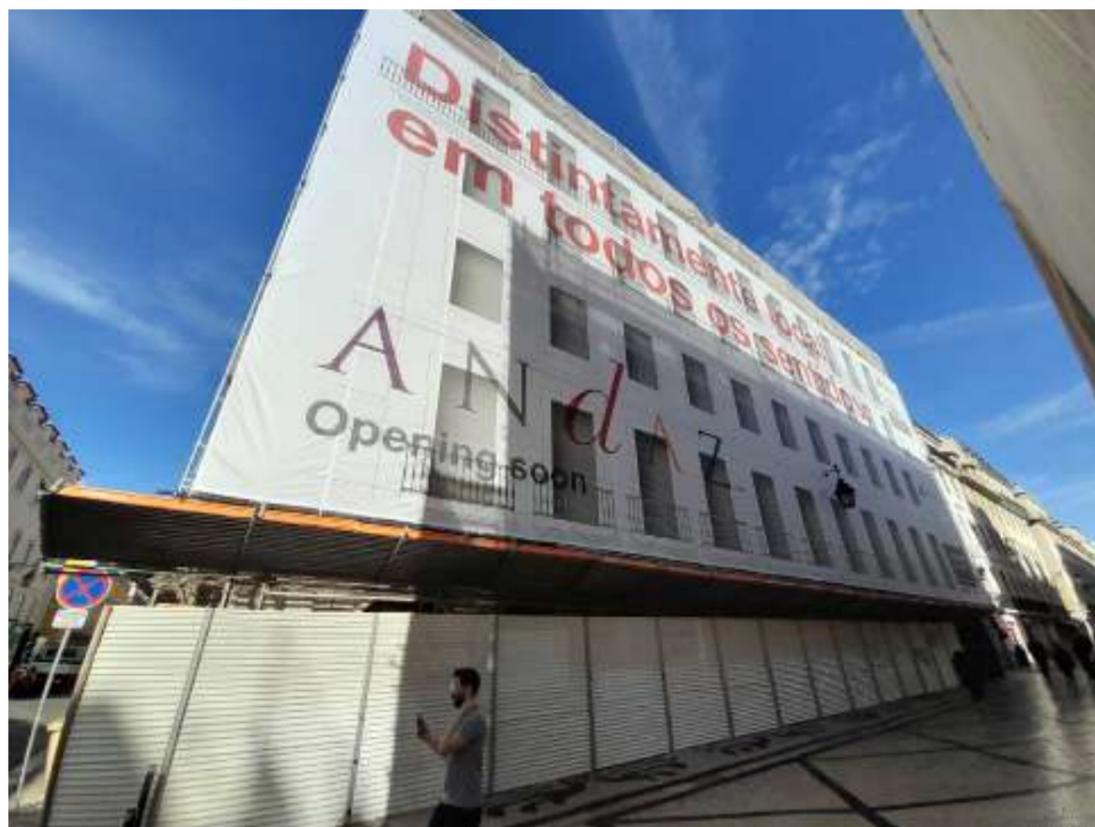


Fig.154. Obras a decorrer no quarteirão Q3 © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023

época, aos seus usos e aos seus programas. O plano opta por apagar tudo o que permitiram que fosse feito, como se nunca tivesse acontecido, intervindo na fachada e forçando-a sofrer novamente, de modo a apagar os erros do passado e criar um cenário do séc.XVIII que não tem a mesma essência, a mesma identidade e nunca a patine do tempo.

Estas fachadas são enganosas para o público urbano, fingem ser de um século onde já não pertencem, oferecendo um esquecimento de dois séculos e meio de história a quem passa em plena Rua Augusta. Atualmente ainda conseguimos, ao longo do percurso pela Rua Augusta depararmo-nos com esta colagem de épocas, do que outrora já foi permitido o que hoje se quer esconder, eliminando as intervenções realizadas. Ainda assim, já é possível assistir à colocação em prática deste plano, já são várias as montras que se converteram em vãos com moldura de pedra que tenta imitar o desenho definido no cartulário. Desde o terramoto que este espaço está em constante metamorfose, neste momento da história talvez seja o primeiro em que essa metamorfose parece acontecer no sentido inverso ao decorrer do tempo.

Como abordado anteriormente, os quarteirões Q3 e Q4, à data da elaboração desta dissertação, encontram-se em obra, o Q3 para albergar uma unidade hoteleira, o Q4 para albergar o MUDE (Museu do Design e da Moda). Ambos os projetos foram realizados após a entrada em vigor do plano de pormenor em questão pelo que o cumprem. No caso do MUDE, o plano exige a manutenção da fachada, premissa cumprida pelo projeto. No caso da unidade hoteleira prevista para o Q3, o plano exige a demolição de um volume de áreas técnicas construído sobre a cobertura, exigência que parece ser cumprida no projeto, ainda assim, o cumprimento deste plano permite a demolição de grande parte dos interiores existentes e a implementação de sistemas estruturais completamente novos.

Conclui-se, assim, questionando a futura classificação da Baixa Pombalina como Património Mundial da Unesco: Em que parâmetros esta classificação irá valorizar este espaço? Classificar-se-á no cenário do séc.XXI e assumindo-o como

uma camada de história? Ou será que vamos classificar um pastiche Lisboeta de um cenário pleno do séc.XVIII? Poderemos estar a aproximar-nos de um restauro estilístico ao modo de Villet-Le-Duc?

204



Fig.155. Obras a decorrer no quarteirão Q4 © Registo fotográfico da autora, captada a 28 de abril 2023

SÍNTESE DA INVESTIGAÇÃO

ENQUADRAMENTO

Nesta investigação foi já analisado anteriormente o conceito de Fachadismo através do pensamento de José Aguiar: “O Fachadismo é, hoje, uma das máximas expressões de um processo substitutivo da cidade histórica e do seu património edificado, recusando ou impedido as expressões da arquitetura contemporânea porque na prática impede que tenha um rosto público-, destruindo valores essenciais da arquitetura antiga, ao fragmentar as relações entre fachadas e organização dos espaços interiores, (...)”¹⁴ Ou seja, atualmente a ideia de “cidade antiga” está presente, antes de qualquer ação, no primeiro pensamento de intervenção num edifício, de modo a não apagar os seus valores- mantendo a fachada, mesmo que todo o seu interior seja de carácter contemporâneo. Interior este, que está mascarado com uma fachada histórica sem nunca exprimir a contemporaneidade do que está para além desse cenário, trabalhando o edifício com duas expressões, a essência e a aparência da sua face e do seu miolo que não se relacionam entre si, rompendo essa analogia de um edifício como um só elemento. Sendo essa a expressão assumida da fragmentação da prática do Fachadismo por José Aguiar.

Nesta dissertação um projeto exemplar para esta analogia deste fenómeno de “Fachadismo” é o edifício da Casa dos Bicos, já analisado nesta dissertação, que oferece um destaque primordial ao simbolismo da sua fachada de referência histórica, deixando-a trabalhar como um elemento autónomo, existindo uma rutura de simbiose com todo o interior. Esta fragmentação expõe-se com clareza neste caso prático, como uma moeda de duas caras.

¹⁴ Aguiar, José. (1999). “A conservação da Identidade do Património Urbano e o Lugar das Novas Arquitecturas”, 1º Fórum internacional do Urbanismo, estratégias de reabilitação dos centros históricos. Vila Real: URBE, P.27-46.

No exemplo prático do Cine-teatro Éden, anteriormente analisado, exprime a perfeita noção da identidade e memória que toda uma fachada, está responsável de transmitir ao público urbano enquanto todo o resto está liberto para ter outra função e se adequar conforme a necessidade que lhe queiram oferecer. Assemelha-se à ideia de uma múmia, de um corpo vazio.

O Salão Central Eborense “Se assemelha em parte ao conceito de Fachadismo, onde todo o interior foi eliminado à exceção da consolidação das paredes portantes”¹⁵, toda a estrutura exterior trabalha como uma caixa onde o seu interior serve para satisfazer o projetista e o seu exterior para continuar a alimentar a memória a todos os Eborenses.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

206

Como analisado anteriormente nesta dissertação e neste capítulo, o fachadismo parte da ideia de que a fachada é um elemento autónomo do edifício, elemento onde são depositados os valores estéticos, históricos e de relação com a cidade e os seus habitantes. Imbuídos pelo espírito dessa premissa, se recuarmos ao segundo capítulo desta dissertação, relativo ao enquadramento Histórico da Rua Augusta no contexto da Baixa Pombalina, perceberemos que desde que Lisboa tremeu em 1755, a Rua Augusta tem sido um palco para o fachadismo.

Para corroborar o que afirmamos acima, pensemos no plano elaborado pela Casa do Risco das Reais Obras Públicas e que serviu para a reconstrução da Baixa. Nesse plano foram definidas implantações de quarteirões em planta, onde se definiam os limites e os logradouros de cada quarteirão, daí, ao invés de se passar por um processo de definição de espaços interiores, avançou-se para a definição de

¹⁵ Malhado, Patrícia. (2021). “Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva.” dissertação de mestrado: Universidade de Évora, p.158

alçados. O cartulário Pombalino é constituído sobretudo por desenhos de alçados, sendo muito escassos os desenhos de plantas. Com a elaboração dos alçados, os autores definiram uma nova imagem para a cidade, solucionando os quarteirões a partir da definição dos seus planos exteriores.

Se nas tendências de fachadismo do século XX se mantinham as fachadas para reestruturar os interiores, no século XVIII o plano da baixa desenhava os alçados para depois estruturar os interiores, em ambos os casos a fachada é entendida como um elemento autónomo do edifício. Deste modo, existe um certo pensamento “fachadista” que está na origem do próprio plano para a Baixa. Talvez por essa razão, este tem sido um espaço suscetível de receber intervenções que partem de pensamentos fachadistas semelhantes.

Após a construção de acordo com o plano da Baixa, o espaço da Rua Augusta foi estando sujeito às vicissitudes e à voracidade do tempo que lhe provocou alterações, motivadas sobretudo pela evolução dos padrões de consumo e da economia. Até certo ponto, essas alterações foram sendo facilitadas pela lógica independente e modular dos alçados, sendo proporcionada a adaptação dos vãos a montras, ou a conexão entre vários lotes do mesmo quarteirão.

Em conclusão, podemos assumir que fachadismo e Rua Augusta são temas indissociáveis pois a própria Rua foi concebida tendo por base esse conceito, o fachadismo sempre existiu na rua Augusta, e por esse mesmo motivo histórico, o mais provável é que continue a existir.

RUA AUGUSTA

No terceiro capítulo desta dissertação realizámos uma análise a cada fachada de cada quarteirão que definem os planos verticais da Rua Augusta. Para além da informação direta que podemos extrair de cada uma das peças gráficas e dos textos relativos a cada quarteirão, se nos debruçarmos com um espírito crítico

sobre a totalidade desses elementos, podemos extrair informações de grande pertinência.

A primeira coisa que podemos observar é que, no geral, a Rua está num estado de conservação que podemos classificar como razoável. Esse estado de conservação é consideravelmente melhor nos elementos notáveis identificados para cada fachada, daqui subentendemos que existe um maior cuidado relativamente a estes elementos, o que por sua vez revela um reconhecimento generalizado do valor dos mesmos.

Ao afinarmos a análise, começamos a perceber uma certa tendência que se vai repetindo em cada alçado: notamos que parece existir um certo degradê no estado de conservação à medida que o nosso olhar se afasta do piso térreo para as coberturas. A cada piso, o estado de conservação parece agravar-se, e à medida que os nossos olhos se aproximam das coberturas vamos encontrando cada vez mais presença de colonização biológica, fraturas, lacunas ou presenças de humidade, mesmo as caixilharias dos pisos superiores parecem estar mais degradadas que as dos pisos inferiores.

A este *degradê* do estado de conservação, parece ser inversamente proporcional um outro *degradê* que tem que ver com as alterações realizadas ao desenho da fachada conforme definida no cartulário. Em qualquer quarteirão desta rua, o piso térreo é aquele que revela maiores alterações, sobretudo ao nível dos vãos que surgem transformados em montras. Nalguns casos, estas alterações são prolongadas pelos pisos seguintes, sempre em menor grau, sendo que os últimos pisos são os que revelam menos alterações.

Estes *dois degradês* inversamente proporcionais estão relacionados entre si, ambos possuem a mesma causa, o uso (que também foi objeto de análise no terceiro capítulo desta dissertação).

Ao associarmos a nossa análise por quarteirão à análise histórica do segundo capítulo da dissertação, percebemos que a utilização dos pisos térreos tem sido

constante e contínua desde a construção da Rua Augusta. Isto demonstra que a utilização de um espaço é um garante da manutenção do seu estado de conservação, é nos pisos onde escasseia o programa que o estado de conservação se agrava. Por outro lado, a utilização motiva alterações, sobretudo uma utilização que está sujeita à alteração dos padrões de consumo e da economia, que pela força do tempo se vê obrigada a provocar alterações na arquitetura que lhe serve de suporte. Onde não existe programa, a arquitetura inevitavelmente será preservada, por outro lado, onde esse programa existe, ocorrerão sempre alterações à arquitetura que mais não são que um acrescento de camadas de história.

BOAS PRÁTICAS

Após a profunda análise realizada nesta investigação, são fornecidas ferramentas que nos permitem confrontar o estado em que se encontra a Rua Augusta atualmente, permitindo a proposta de boas práticas. Após a investigação foram analisados os diferentes paradigmas, conceitos e paralelismos, conjuntamente com a defesa do conhecimento e entendimento da circunstância com que esta sociedade é confrontada diariamente, de modo a realizar uma proposta harmoniosa dentro dessas mesmas circunstâncias face às boas práticas que assentam na valorização deste espaço.

No levantamento arquitectónico realizado para os propósitos desta dissertação, foi possível detetar que, em plenas fachadas da Rua Augusta é visível a existência de uma certa quebra no seu estado de conservação, como um *degradê* que se demonstra do piso máximo da fachada a que corresponde um mau estado de conservação, até ao piso rés do chão, a que corresponde um razoável/bom estado de conservação. Para além disso, é possível notar uma maior adulteração do desenho das fachadas nos seus pisos térreos, nomeadamente ao nível dos vãos. É possível verificar que a métrica dos vãos pombalinos foi alterada, para que fosse possível a criação de montras, foi desta forma que o desenho da fachada pombalina presente no cartulário se foi adaptando a tempos e usos.

A causa para estes fenómenos detetados no levantamento realizado, parece evidente: falamos do uso do espaço. É um facto que, desde a construção da Rua Augusta no século XVIII, os pisos 0 e 1 teriam um programa associado à atividade económica, fosse de comércio ou restauração ou até serviços; e os pisos superiores estariam vocacionados para o programa da habitação. Os pisos inferiores, de uma forma ou outra, foram mantendo o seu programa, o que provocou alterações no desenho dos espaços, ao mesmo tempo que incentivava um maior cuidado com o estado de conservação. Por outro lado, o programa da habitação tem vindo a enfraquecer na Rua Augusta, sendo inevitável a manutenção do desenho dos espaços, que não tiveram necessidade de se adaptar, sendo consequência uma certa



Fig.156. Rua Augusta no horário da noite, onde a iluminação revela os usos. © Fotografia da autora

falta de cuidado com o estado de conservação. O levantamento realizado para esta investigação, acompanhou a Rua Augusta nas várias horas do dia, e no horário da noite foi possível observar presença de luz, logo, de uso nos pisos baixos, em contraste com uma total escuridão vinda dos vãos dos pisos superiores, sendo esta escuridão disfarçada nalguns casos com iluminação de fachada, o que revela uma ausência de uso.

O levantamento realizado tornou mais claro e evidenciou alguns problemas existentes na Rua Augusta, problemas que surgem do facto de a preocupação com este espaço estar constantemente focada na fachada. Abaixo apresentam-se um conjunto de boas práticas que tentam propor soluções para os problemas encontrados aquando do levantamento, tentando um ponto de vista que está menos assente num conceito de fachadismo, do que as propostas de soluções que têm sido feitas para a Rua Augusta.

O Arquitecto e a Parcimónia

A tratadística para a intervenção arquitectónica em património aconselha um cuidado em minimizar o impacto da proposta do arquitecto. Esta recomendação mantém-se atual e aconselhável a qualquer arquitecto que tencione intervir onde outros já interviram. O Arquitecto deve de agir com sobriedade e parcimónia na sua ação. Ao agir desta forma, será possível evitar uma perda de camadas históricas, ao mesmo tempo que se adapta a construção ao tempo da intervenção, de modo a que ambas se relacionem. Muitas vezes se revela que, quando o arquitecto muito pode fazer, em intervenções onde abundam fundos económicos, a intervenção é invadida por uma certa irracionalidade, que é resultado de uma certa falta de limitações económico-orçamentais.

O Arquitecto e a História

É inevitável e necessário assumir que todas as alterações que se encontram

nas fachadas da Rua Augusta, já descritas anteriormente, devem ser vistas como mais uma camada de vivência, mais uma camada de história a que todas estas fachadas estiveram sujeitas, e a uma adaptação aos novos usos que a sociedade lhes foi exigindo. Estas quebras transmitem uma evidência: nem toda a fachada acompanhou o tempo por completo, não apresentando a mesma leitura, parecendo uma colagem de épocas diferentes numa só fachada. É necessário reforçar que as camadas de história presentes no edifício, independentemente da sua qualidade, fazem parte da sua imagem.

O Arquitecto deve ter uma boa relação com a História. No momento da sua proposta de intervenção, os autores dos projetos devem procurar conhecer profundamente todo o edifício, incluindo-se todas as camadas de história presentes e referidas no parágrafo anterior. Deste modo, a intervenção será uma continuação da História do edifício e não uma rutura. O Arquitecto deve lembrar o tema da colaboração vertical, de modo a respeitar os arquitectos que o antecederam na intervenção sobre determinado objeto.

212

O Arquitecto e a Metodologia

No ato da intervenção é exigível ao arquitecto que seja crítico com a sua própria metodologia no modo como atua. O espírito crítico em relação à própria obra é fundamental em Arquitectura, e é ainda mais fundamental quando se trata de objetos tão sensíveis e valiosos como o património. No caso da Rua Augusta é necessário definir métodos antes de qualquer intervenção, métodos que permitam atingir o objetivo comum da conservação daquele espaço.

O Arquitecto Urbanista e os Usos

Após a investigação e teorização realizada nesta investigação, chega-se à conclusão que não é de um cenário estético que esta Rua precisa. A Rua Augusta

precisa de vivência, num todo. Não é sustentável que apenas o comércio, os serviços ou a restauração contribuam para a coesão de todo aquele espaço urbano. Não é sustentável que a Rua seja inteiramente dedicada ao turista, a Rua Augusta também deve ter lugar para o Lisboaeta. Esta proposta foca-se na questão urgente a ser respondida: A revitalização do espaço da Rua Augusta.

É necessário dar resposta musculada face ao abandono nos pisos superiores, de modo a criar condições básicas de habitabilidade, segundo o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, no qual se incidem fundamentalmente em quatro pontos específicos e básicos como eletricidade, gás, água e saneamento destinados à ocupação humana no paradigma atual. Recomendações de utilização como o melhoramento do conforto térmico, acústico, sonoro e de segurança, para que cumpra condições de ser habitado. É tarefa difícil, mas devemos garantir que estes espaços construídos no século XVIII garantam as condições de conforto e de habitabilidade exigíveis no século XXI.

Para além destas normas de habitabilidade serem necessárias, é fulcral acompanhar políticas de habitação para esta zona com políticas de transportes. Devemos reconhecer como necessário o melhoramento urgente das acessibilidades à Rua Augusta, para que se torne mais cómoda e com condições básicas de ser acessível e habitada. Isto conseguir-se-á melhorando os transportes públicos, como foco na sustentabilidade e evitando a necessidade de automóvel particular que será entrave à habitabilidade e à convivência de programas nesta rua. Estas boas práticas desafiam-nos a superar as dificuldades existenciais e a adoção de soluções sustentáveis, é necessário adotarmos alternativas viáveis de modo a uma melhor gestão daquele lugar.

213

O Arquitecto Urbanista e o Plano

O Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, que analisámos anteriormente, não fornece respostas às problemáticas urbanísticas que precisam

de resposta urgente. Pois este plano apenas consiste em criar um cenário que apague dois séculos e meio de história, que apenas se foca em intervir na fachada e forçando-a sofrer novamente, de modo a apagar os erros do passado que foram cometidos.

As boas práticas que se procuram estabelecer nesta dissertação não podem permitir que seja possível uma intervenção deste tipo nas fachadas da Rua Augusta, intervenções que consideramos que decorrem no sentido inverso ao do tempo, eliminando a patina da sua história. Tal como mencionado anteriormente, consideramos que a patina e as intervenções realizadas devem ser assumidas como mais uma camada de história. Este plano tem alguns méritos, entre eles destaca-se a preocupação com a manutenção e conservação das fachadas pombalinas que de alguma forma resistiram às vicissitudes do tempo, por outro lado, este plano é muito criticável na sua ambição de reverter camadas de história presentes no edifício.

Quem planeia e quem decide deve ter em atenção as boas práticas que foram aconselhadas neste capítulo. Caso isto tivesse acontecido, o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina poderia ter sido diferente. Para além da conservação das fachadas Pombalinas, talvez o plano devesse optar pela conservação de todas as fachadas, incluindo todas as camadas de história presentes. Caso as boas práticas enunciadas anteriormente tivessem sido observadas na elaboração do plano, a sua posição estaria menos assente num certo pensamento fachadista, pensamento que ambiciona a Rua Augusta como um cenário; optando por um pensamento mais holístico que tivesse em conta o que existe para além das fachadas, observando mesmo as preocupações expostas anteriormente, relacionadas com a causa da habitação nos pisos superiores dos edifícios pombalinos.

Como é importante realçar, estas boas práticas não poderão ser solitárias no seu caráter vantajoso, pois é necessário termos a noção de que a resolução de alguns problemas poderá trazer novos dilemas. É possível prever que a habitação melhorada, em particular nesta zona da cidade, poderá trazer o problema da gentrificação ainda mais assumida. Tendo sido as boas práticas analisadas com

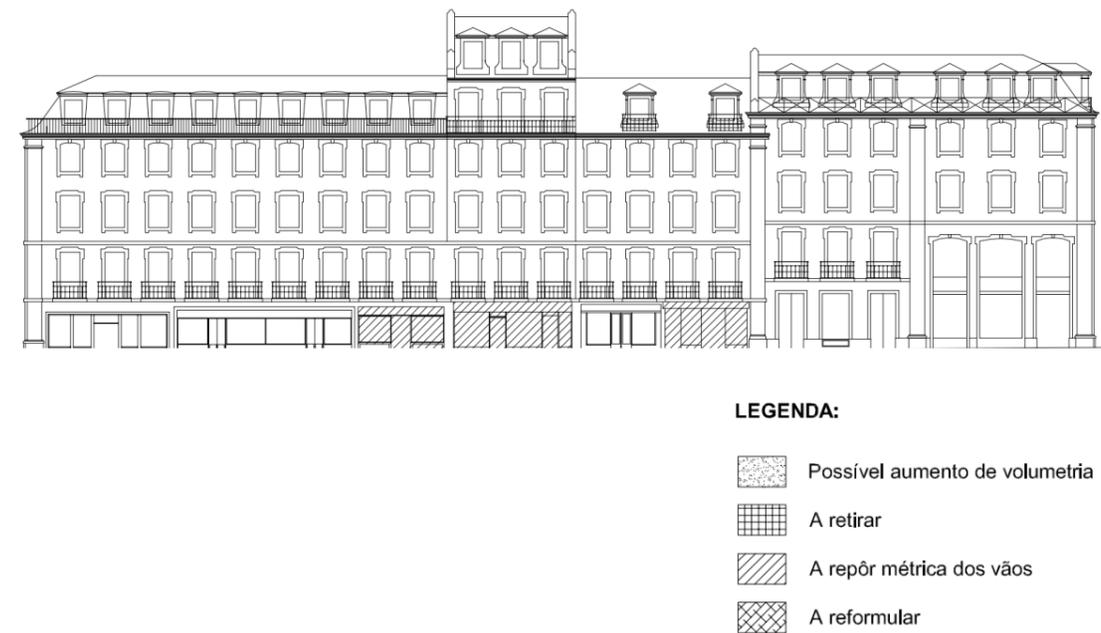


Fig.157. Extrato do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, referente ao quarteirão Q15 © Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, CML



Fig.158. Obra a decorrer no quarteirão Q15, onde à direita está protegida a intervenção que se realiza na montra que está ser revertida para o desenho dos vãos pombalinos. © Fotografia da autora

esses aspetos positivos e negativos, a nossa proposta de boas-práticas surge de um balanço avaliado: Será que valerá mais lidarmos com o desgaste do edifício e abandono de uma zona da cidade para a entregar ao turismo e à falta de identidade, até um dia o perdermos de todo? Ou será que estas habitações podem ser alvo de investimentos por grupos de elevado poder económico ou a pessoas individuais e investidoras sejam pessoais ou famílias? Para os propósitos desta dissertação, consideramos menos prejudicial sujeitar esta zona urbana a um processo de gentrificação, que a um processo de abandono.

Conclui-se assim que é necessário utilizar a Rua Augusta na sua plenitude e não apenas nos seus pisos térreos. O turismo já nos trouxe programa capaz de ocupar estes pisos inferiores mas não tem dado resposta para os pisos superiores, e por isso é necessário focarmo-nos em garantir condições para que esses pisos possam ser usados em habitação, porque só com pessoas que se fixem no local é que o local poderá ter valores humanos e possuir uma identidade. Pois, neste momento, a identidade que existe é artificial, porque corresponde a uma procura pela população turística que ocupa esta rua durante o dia.

Esta situação poderá agravar este cenário de identidade artificial, caso a gestão urbanística para esta Rua seja limitada a intervir apenas em fachadas, deste modo a identidade da Rua continuará artificial, inevitavelmente, esta situação irá provocar um esvaziamento da arquitectura, que se vê desprovida de identidade.

É deste modo que a arquitectura se converte em cenário.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Rita Soares Baptista de. “Um Novo Olhar sobre a Baixa Pombalina: Turismo e Residencialidade.” dissertação de Mestrado em Antropologia: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2017.

Albuquerque, Raquel; Figueiredo, Jaime; Bastos, Joana Pereira; ““Gentrificação”, “bomba-relógio”, “insustentável”: preços das casas empurram 76 mil pessoas para fora de Lisboa e Porto em três anos.” Expresso, 1 de dezembro de 2022, <https://expresso.pt/sociedade/2022-12-01-Gentrificacao-bomba-relogio-insustentavel-precos-das-casas-empurram-76-mil-pessoas-para-fora-de-Lisboa-e-Porto-em-tres-anos-6f96727d>

Almeida, Elsa Maria Alves de. “Reconversão do património: o caso das pousadas de Portugal.” Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.

Aguiar, José., “A conservação da identidade do património urbano e o lugar às novas arquiteturas”, 1º Fórum Internacional de Urbanismo, Estratégias de Reabilitação dos Centros Históricos. Vila Real: URBE, 1999, pp. 27-46

Arce, Rodrigo Perez de. As faces do moderno: O interior, o exterior e a ideia da fachada. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 1997.

Belo, André. “Between History and Periodicity: Printed and Hand-Written News in 18th-Century Portugal”. University of Lille 3. 2004.

Beltrami, Luca. “Il restauro dei monumenti e la critica”, Il Marzoco, 18 dezembro 1901, <https://www.vieusseux.it/coppermine/index.php?cat=25>

Brandão, Arlinda. “Lisboa avança com candidatura da Baixa pombalina a Património Mundial.” RTP, 13 de janeiro de 2023.

Brandi, Cesare. Teoria del Restauro. Torino: Einaudi, 2014.

Cabral, Carla Bertrand. Património Cultural Imaterial - Convenção da Unesco e seus Contextos. Lisboa: Edições 70, 2011.

Câmara Municipal de Évora [CME]. “O edifício do antigo Salão Central Eborense está reconstruído”. publicado em 19 de outubro de 2021, atualizado em 27 de outubro de 2021. <https://www.cm-evora.pt/o-edificio-do-antigo-salao-central-eborense-esta-reconstruido/>

Carreira, Adélia Maria Caldas. “Lisboa de 1731 a 1833: Da desordem à ordem no espaço urbano.” Tese de Doutoramento em História de Arte: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Castilho, Júlio de. Lisboa Antiga: Bairros Orientais, 2ª Edição, Volume X. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1937.

Choay, Françoise. L'allégorie du patrimoine. Paris: Éditions du Seuil, 1992

Coldwell, Will. “First Venice and Barcelona: now anti-tourism marches spread across Europe.”, The Guardian. 10 Agosto, 2017. <https://www.theguardian.com/travel/2017/aug/10/anti-tourism-marches-spread-across-europe-venice-barcelona>

Conselho Europeu. Convenção Do Conselho Europeu Sobre o Valor do Património Cultural Para a Sociedade. Faro, 2005.

Costa, Alexandre Alves. “Outros estados da matéria”, entrevistado por Jorge Figueira, Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, Catálogo de Exposição, p.148. 2018.

Dias, Marina Tavares. “Lisboa Desaparecida” – volume 2. Lisboa: Quimera, 1988.

DN/Lusa. “Já encerraram mais de 150 lojas históricas em Lisboa” Diário de Notícias, 17 de fevereiro de 2022.

Domingues, Álvaro. "Património e turismo: de um casamento promissor a um divórcio litigioso", RP – Revista Património, nº5 (2017-2018).

Fernandes, Ana Cristina Pinto. "O Edifício Sede do BNU - Reutilização adaptativa no contexto da Baixa Pombalina: de Banco a Museu." Dissertação de Mestrado em Arquitectura, IST - Técnico Lisboa, 2013.

Fernandes, José Manuel. "A Casa dos Bicos "Travesti"", Jornal de Letras, nº73, p. 27. 29 novembro a 5 dezembro de 1983.

Figueira, Jorge. "Físicas do Património Português. Arquitectura e Memória", Físicas do Património Português. Arquitectura e Memória, editado por Jorge Figueira, Carlos Machado e Moura. Lisboa: DGPC, 2018. Catálogo de Exposição.1987.

Fondazione Ferrara Arte. "Storia." Palazzo dei Diamanti. <https://www.palazzodiamanti.it/chi-siamo/>

França, José Augusto. Lisboa Pombalina e o Iluminismo. Venda Nova: Bertrand Editora, 1987.

Friedman, David. Palaces and the street in late-medieval and Renaissance Italy. London: Urban Landscapes: International Perspectives, 1992.

Garcia Lamas, José R. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

Gomes, Paulo Varela. "Arquitectura, os Últimos Vinte e Cinco Anos". Paulo Pereira (dir.). História da Arte Portuguesa. III Volume, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

ICOMOS. Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. Veneza, 1964.

ICOMOS, Conferência Internacional sobre Conservação. Carta de Cracóvia 2000: Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído. Pa-

ris: 2000

ICOMOS. "Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos", 17ª Assembleia Geral do ICOMOS. Paris: ICOMOS, 2011. https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf

ICOMOS, The Nara Document on Authenticity. Nara: 1994

Infante, Sérgio. "Autenticidade, continuidade e mudança", Arquitectura e vida nº15. Lisboa. Abril 2001

Jokilehto, Jukka. A History of Architectural Conservation. Oxford: Elsevier Ltd, 1999

Jokilehto, Jukka. "International Trends in Historic Preservation: From Ancient Monuments to Living Cultures." APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology 29, no. ¾. 1998. doi:10.2307/1504606.

Lisboa, Sociedade de Geografia de. Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa. [S.l.: s.n.] 1998.

Le Corbusier, Vers Une Architecture. Paris: Les Éditions G. Crès et Cie, 1925

Leal, João. Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e identidade nacional. Lisboa: Etnográfica Press, 21 de janeiro de 2019.

Leão, Sílvia Lopes Carneiro. "A evolução do conceito de fachada: Do renascimento ao modernismo." Arquisur Revista, nº4. Junho 2012.

Letts, Rosa Maria. El Renacimiento. Barcelona: Gustavo Gili, 1996.

Lévi-Strauss, Claude. Tristes Tropiques. Londres: Penguin Books, 1955

Loos, Adolf. Ornamento e crime. Lisboa: Cotovia, 2004

Lopes, Carlos Nuno Lacerda. Edifício de habitação e comércio - Terraços de Bragança - Álvaro Siza Vieira. Porto: Frente e Verso, Ed. CIAMH, 2015.

Mantas, Helena e Gama, Marta. "Salão Central Eborense" IPA.00009562. S.I.: SIPA, 2002. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9562

Martins, João Paulo. "Arquitetura contemporânea na Baixa de Pombal", Monumentos, nº 21, p.145, setembro de 2004.

Melâneo, Paula. "Exposição A Lisboa que Teria Sido - Uma visão sobre a necessidade de mudança", Jornal Arquitectos 255, nº 3. 2017.

Melâneo, Paula. "O Fachadismo da Reabilitação" Jornal Arquitectos nº255-256, Maio de 2018.

Malhado, Patrícia. "Salão Central Eborense: reabilitações de uma memória colectiva." dissertação de mestrado: Universidade de Évora, 2021.

Mob, Atelier. "Salão Central Eborense." 17 de abril de 2017. <https://www.ateliermob.com/post/salao-central-eborense>

Moreira, Cristiana Faria. "Lisboetas escrevem a Nadal a pedir que "não mate" as memórias do Rossio." Público, 28 de junho de 2018.

Morosi, Silvia e Rastelli, Paolo. "Dov'era e com'era: la ricostruzione del campanile di Venezia", Corriere della Sera, 14 julho, 2016. http://pochestorie.corriere.it/2016/07/14/dovera-e-comera-la-ricostruzione-del-campanile-di-veneziah/?refresh_ce-cp

Moudon, Anne Vernez. "Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field", Urban Morphology (27 March 1997)

Norberg-Schulz, Christian. Arquitectura Occidental. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.

Pane, Roberto. "Il restauro dei monumenti", Aretusa, vol. 1, nº 1. Março-Abril de 1944.

Pardal, Sídónio Costa; Correia, Paulo V.D.; Lobo, Manuel L. Da Costa; Normas Urbanísticas, vol.II: Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e apreciação de planos. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1991.

Pereira, Cláudio Calovi. "Prática profissional e projeto de palácios menores no renascimento italiano." Arqtextos: Interfaces nº1, p.38-47. Janeiro de 2001.

Pereira, Paulo. "O Património como Problema e como Ideologia". Intervenções no Património, 1997.

Pinto, P.T. Cassiano Branco (1897-1970). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015. Portugal. Instituto Nacional de Estatística, Censos 2021: resultados definitivos. Lisboa: INE, 2012.

Ribeiro, Ana Isabel e Canelas, Alexandra. José D. Santa-Rita, Arquitecto: obra, marcas e identidade[s] de um percurso. Almada: Casa da Cerca, 2010.

Richards, Jonathan; Façadism. Londres: Routledge, 2015

Salgueiro, Teresa Barata. "Da Baixa aos centros comerciais. A recomposição do centro de Lisboa", Monumentos, nº 21, p.215, setembro, 2004.

Santa-Rita, José D. e Vicente, Manuel. "Casa dos Bicos." Revista Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento, nº 151, p.70-72. 1983.

Saraiva, José Hermano. "A alma e a gente- Manuel da Maia, o Terramoto e Torre." Programa televisivo, RTP - Videofono. 2004.

Sequeira, Gustavo de Matos. História do Teatro Nacional D. Maria II: publicação comemorativa do centenário 1846-1946, vol. I. Lisboa: Ramos, Afonso e Moita, LDA, 1955.

Silva, João. "Casa de Brás de Albuquerque / Casa dos Bicos" IPA.00002489, SIPA, 1992. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=2489

Silva, João. Teatro Éden. IPA.00006228. S.I.: SIPA, 1992. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6228

Silva, Susana Constantino Peixoto da. Arquitectura de Cineteatros: Evolução e Registo [1927 1959] equipamento de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo. Coimbra: Edições Almedina SA, 13 de outubro de 2015.

Toker, Franklin. "Gothic Architecture by Remote Control: An Illustrated Building Contract of 1340." The Art Bulletin, Vol.67, Nº1, p.75. Março de 1985.

UNESCO. Convenção Para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris: 1972.

UNESCO. General Conference; 25th session, Draft Medium-term plan, 1990-1995; Paris: 1989.

Vale, Teresa e Gomes, Carlos. "Baixa Pombalina / Lisboa Pombalina / Baixa de Lisboa," IPA.00005966. SIPA: s.n., 1985 http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5966

Valente, António José da Silva. "A estátua equestre de D. José I de Machado de Castro 1775." dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade Lusíada, 1998.

Vaz, Sérgio Miguel Lopes Pereira. Morfologia Urbana e Espaço Público - Abordagens comparativas no contexto europeu. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, 2013

Vieira, Álvaro Siza. entrevistado por Dominique Machabert e Laurent Beaudouin, Álvaro Siza, uma questão de medida. Entrevistas com Dominique Machabert e Laurent Beaudouin. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.

Vilela, Joana e Fernandes, Pedro. Lisboa, anos 80. Alfragide: D. Quixote, 2016.

Viollet-le-Duc, Eugène-Emmanuel. Dictionnaire Raisoné de L'Architecture Française du XI au XVI siècle, tome. 8. Paris: A. Morel, 1867-1868

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Arquivo do Banco de Portugal

Banco Burnay, Banco de Portugal, PT/BP/IGCS-BBUR. Datas de produção 1925-05-24 - 1970-02-04. 1 Caixa; Papel.

Banco Lisboa & Açores, Banco de Portugal, PT/BP/IGCS-BLA. Datas de produção 1921-09-15 - 1969-11-14. 1 Caixa; Papel.

Arquivo Municipal de Lisboa

Arquivo Fotográfico

PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FEC/000357 - Estátua de Dom José I. Autor: Cunha, Ferreira da. Dimensão: 9 x 12 cm. Suporte: Negativo de gelatina e prata em vidro.

PT/AMLSB/ORI/000830 - Arco Triunfal da Rua Augusta: construção. Autor: Cifka, Wenceslau. Datas: entre 1862 e 1873. Dimensão: 22,1 x 27,3 cm. Suporte: Prova em albumina.

PT/AMLSB/POR/051946 - Fotografia aérea da praça do Comércio. Dimensão: 11,9 x 17,2 cm. Suporte: Prova em papel de revelação baritado.

Arquivo Histórico

PT/AMLSB/CMLSBAH/PURB/007 - Cartulário Pombalino. Datas de produção 1758-1846. Dimensão: 71 pt. (2,60 m.l.) Suporte: Papel.

